



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**UMA INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMPACTOS DA  
HIDRELETICA BELO MONTE: ESTUDO DE CASO DA VILA SANTO  
ANTONIO E DA COMUNIDADE BABAQUARA NA MICRORREGIÃO DE  
ALTAMIRA-PA.**

**DARLENE COSTA DA SILVA**

BELÉM-PA  
2016

**UMA INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMPACTOS DA  
HIDRELETICA BELO MONTE: ESTUDO DE CASO DA VILA SANTO  
ANTONIO E DA COMUNIDADE BABAQUARA NA MICRORREGIÃO DE  
ALTAMIRA-PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre. Orientador: Prof. Dr. José Antonio Herrera. Co-orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território  
Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Icat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

COSTA DA SILVA, DARLENE  
UMA INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMPACTOS DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE:  
UM ESTUDO DE CASO DA VILA SANTO ANTÔNIO E DA COMUNIDADE BABAQUARA NA  
MICRORREGIÃO DE ALTAMIRA-PA / DARLENE COSTA DA SILVA. — 2018  
153 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG), Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. JOSÉ ANTÔNIO LEBRERA  
Coorientação: Prof. Dr. João Santos Nátum.

1. Amazônia. 2. Hidrelétrica Belo Monte. 3. Espaço. 4. Lugar. 5. Pertencimento. I. HERRERA, JOSÉ  
ANTÔNIO, *orient.* II. Título

---

CDD 910.1333

**DARLENE COSTA DA SILVA**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Antonio Herrera (Orientador - PPGeo/UFPA)

---

Prof. Dr. João Santos Nahum (Co-orientador-PPGeo/UFPA)

---

Prof. Dr. João Márcio Palheta (Examinador Interno – PPGeo/UFPA)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante (Examinadora Externa – UNIR - PP)

À minha família pelo companheirismo na caminhada, pelo incentivo, que com veemência ajudou-me a vencer os desafios, sempre pronta a auxiliar-me nas dificuldades.

## AGRADECIMENTO

A DEUS pela vida, mesmo com inúmeras dificuldades conseguir elaborar e concluir esse trabalho;

Aos meus filhos Darlan e Isabela pelo companheirismo e a paciência que tiveram pelo tempo que fiquei ausente;

De maneira especial, agradeço à população da Comunidade Babaquara e da Vila Santo Antônio, pois sem a sua colaboração e participação não seria possível à concretização dessa pesquisa;

Aos meus pais Lourenço e Antônia, pelo apoio;

A minha irmã Edilene, pelo grande apoio e por fazer-me acreditar que seria capaz de realizar esse desafio;

A José Antônio Herrera, pela orientação e prestimosa colaboração, bem como toda sua paciência e dedicação;

A João Nanhum, pelas sugestões na qualificação e suas contribuições como coorientador;

Ao motorista da UFPA Sr. Francisco Erenasio, pela atenção dispensada durante o trabalho de campo;

Ao pessoal, que colaborou através da aplicação dos formulários;

Aos professores Sonia Magalhães e Carlos Bordalo, examinadores do relatório de qualificação, pelas valiosas contribuições ao prosseguimento do estudo;

Ao Marinho também por suas sugestões em conversas informais desde a organização do projeto de mestrado e na qualificação;

Aos colegas do GEDTAM (Grupo de Estudos Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia), pelas discussões que contribuíram para aprimoramento intelectual;

A Igor Renan, Pedro Pojo, Isa Alencar pela atenção e elaboração dos mapas, planilhas e gráficos;

A Gleiciely pela ajuda na organização da planilha e parceria na reta final dessa caminhada;

A Yuri pela dedicação na tabulação dos dados;

A Ravena e Hemerson Lucas pela dedicação nas transcrições;

À família Barbosa (Junio, Marinalva, Francisca e Luidy) pelo apoio incondicional de cuidar dos meus filhos na minha ausência;

A Rodolfo Pragana por todos os momentos que me estendeu as mãos sem medir esforços;

A Enoque Moraes meu guru e amigo que nunca se limitou ao meu ajudar quando pedia socorro e pela força tarefa no último instante para a formatação do trabalho; A Gracilene amiga sempre presente quando estive em Belém longe da minha família;

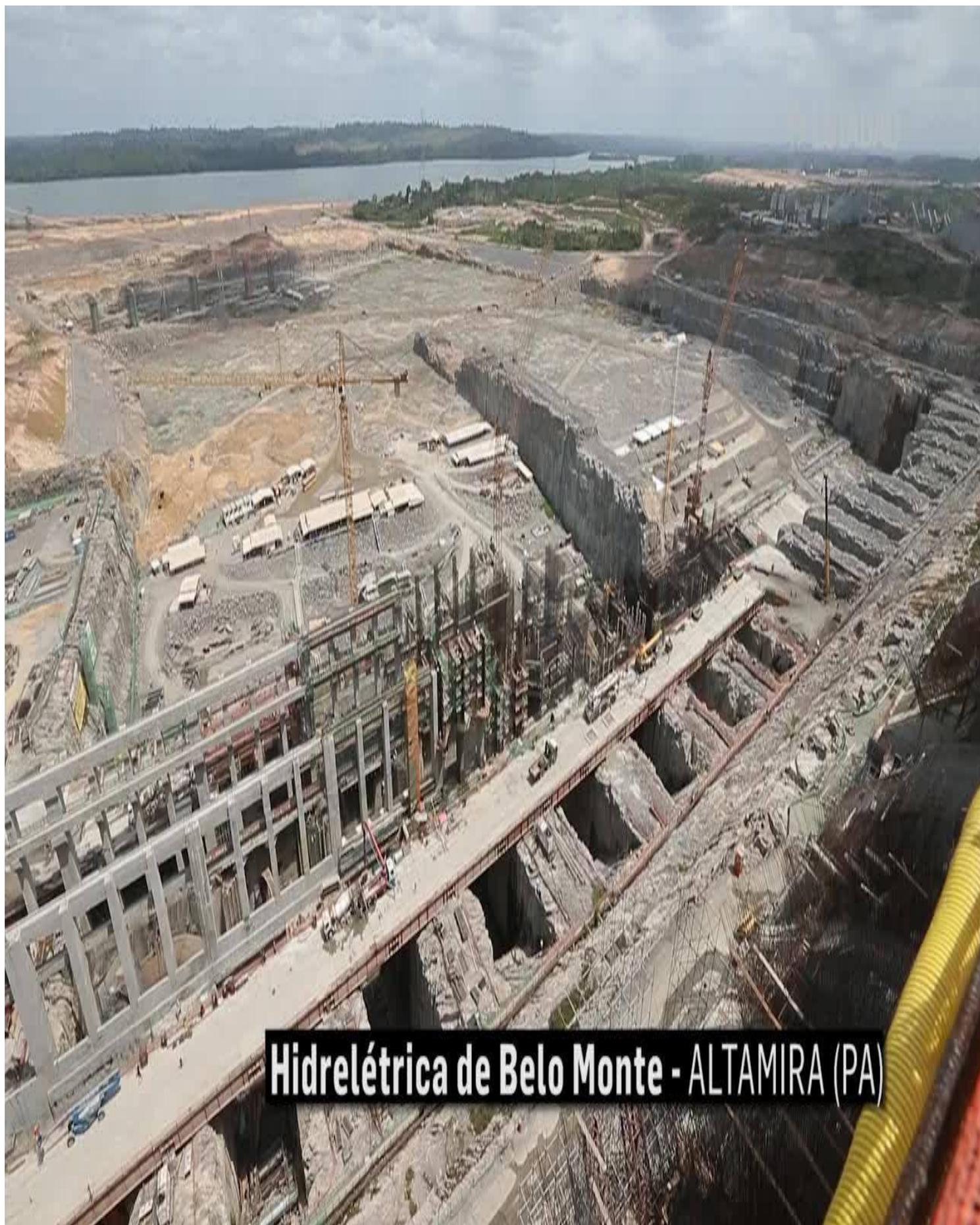
Aos colegas da turma 2014 por compartilhar os momentos de conhecimentos;

Aos professores do PPGE0 pelo conhecimento mediado no processo de construção da dissertação;

Ao término dessa jornada não poderíamos deixar de agradecer àqueles que (por meu esquecimento) mesmo não sendo citados nominalmente, foram essenciais nessa trajetória;

Obrigado a todos que contribuíram de maneira direta ou indireta para que fosse possível a realização dessa pesquisa.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).



**Hidrelétrica de Belo Monte - ALTAMIRA (PA)**

## **UMA INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMPACTOS DA HIDRELETICA BELO MONTE: ESTUDO DE CASO DA VILA SANTO ANTONIO E DA COMUNIDADE BABAQUARA NA MICRORREGIÃO DE ALTAMIRA-PA.**

### **RESUMO**

Nesta dissertação, discute-se o processo de transformação do espaço agrário da Comunidade Babaquara e da vila Santo Antônio, sendo assim, o objetivo geral é compreender as mudanças ocorridas nos lugares impactados com a instalação da hidrelétrica Belo Monte. Para tanto traçou como objetivos específicos: 1. Resgatar a história das famílias em relação ao lugar e aos modos de vida; 2. Caracterizar a produção do espaço vivido pelos moradores do lugar; 3. identificar os elementos de mudança nos modos de vida das famílias afetadas, e; 4. Verificar as perspectivas das famílias com as mudanças em função dos efeitos da construção da hidrelétrica em seus cotidianos. A Comunidade Babaquara, localiza-se na área rural de Altamira e a vila Santo Antônio, pertencem ao município de Vitória do Xingu. Ambas tiveram sua formação socioespacial vinculada à colonização da região (dirigida e espontânea). Foi possível constatar que com a construção da usina os lugares da vila e da comunidade vivenciaram transformações drásticas que afetaram os modos de vida das famílias residentes. Metodologicamente, foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais junto ao IBGE, INCRA e CEPLAC, aplicação de formulários com vinte e quatro famílias, sendo doze moradores da comunidade Babaquara e doze ex-moradores da vila Santo Antônio. A Comunidade Babaquara apresenta os problemas vividos pelos moradores que ficam tanto na parte de terra firme quanto na margem direita do rio e que deste modo, faz-se o esforço em pesquisa para delinear as consequências às famílias que tiveram seus modos de vida alterados, destacando o fato de permanecerem no lugar de origem, necessitando reestruturar seus sistemas de produção devido à intervenção do empreendedor na comunidade. No caso da vila Santo Antônio, foi localizado (mapeado) os ex-moradores do lugar, de modo a verificar as principais consequências em função do não realocamento da vila como estava previsto identificando quais as perspectivas dessas famílias mediante a mudança ocorrida em suas vidas.

**Palavras chave:** Amazônia; hidrelétrica Belo Monte; espaço; lugar; pertencimento.

**AN INTERPRETATION GEOGRAPHICAL HYDROELECTRIC IMPACTS OF  
BELO MONTE: CASE STUDY OF SANTO ANTONIO VILLAGE AND  
BABAQUARA COMMUNITY IN ALTAMIRA-PA MICRIREGION.**

**ABSTRACT**

In this dissertation, the process of transformation of the agrarian space of the Babaquara Community and the village of Santo Antônio is discussed, and the general objective is to understand the changes occurred in the places impacted with the installation of the Belo Monte hydroelectric plant. For this purpose, the following specific objectives were defined: 1. To rescue the families' history in relation to the place and the ways of life; 2. Characterize the production of the space lived by the locals; 3. identify the elements of change in the livelihoods of affected families, and; 4. Check the perspectives of families with the changes in function of the effects of the construction of the hydroelectric in their daily life. The Babaquara Community, located in the rural area of Altamira and the village Santo Antônio, belonged to the municipality of Vitoria do Xingu. Both had their socio-spatial formation linked to the colonization of the region (directed and spontaneous). It was possible to verify that with the construction of the plant the places of the village and the community experienced drastic transformations that affected the livelihoods of the resident families. Methodologically, bibliographical and documentary surveys were carried out with the IBGE, INCRA and CEPLAC, application of forms with twenty-four families, twelve residents of the Babaquara community and twelve former residents of the village of Santo Antônio. The Babaquara Community presents the problems experienced by residents living both on the mainland and on the right bank of the river and in this way the research effort is made to delineate the consequences to the families that have had their way of life altered, highlighting the fact that they remain in the place of origin, needing to restructure their production systems due to the intervention of the entrepreneur in the community. In the case of the Santo Antônio village, the former inhabitants of the place were located (mapped) in order to verify the main consequences due to the non-relocation of the village as it was foreseen identifying the perspectives of these families through the change in their lives.

**Keywords:** Amazon; hydroelectric Belo Monte; space; place; belonging.

**LISTA DE MAPAS**

Mapa 01- Localização das áreas de estudo.....	24
Mapa 02- Mapa de localização da Vila Santo Antônio - 2011.....	38
Mapa03- Mapa de localização da comunidade Babaquara.....	47
Mapa 04-Mapa localização dos antigos moradores da Vila Santo Antônio.....	82
Mapa05- Mapa localização entrevista Comunidade Babaquara.....	85
Mapa06- Mapa série histórica da Comunidade Babaquara.....	94
Mapa07- Mapa do raio de localização da vila e da comunidade.....	98
Mapa08- Mapa da localização de onde era a vila Santo Antônio.....	111

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01- Tipos de financiamentos.....	46
Gráfico 02 – Tipos de documentos.....	90
Gráfico 03: Motivo de migração.....	112
Gráfico 04: Fonte de renda atual.....	114

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 01- Índia Tuíra no encontro de 1989 – Altamira –Pará.....	61
Figura 02- Índios Caiapós atacando representantes da Eletrobrás .....	62
Figura 03- Áreas de influências AHE Belo Monte.....	71
Figura 04- Disposição geral do núcleo de referência rural Santo Antonio.....	73
Figura 05-- Subárea 5: Reservatório do Xingu Margem direita.....	75
Figura 06- Área remanescente indenizada.....	88
Figura 07- Croqui da comunidade Babaquara.....	92

**LISTA DE FOTOS**

Foto 01- Vila Santo Antonio.....	34
Foto 02- Queima de lixos nos quintais.....	34
Foto 03- Infraestrutura da Vila Santo Antonio.....	35
Foto 04- Embarcações usadas para o trabalho.....	36
Foto 05- Comercio da Vila como ponto de parada os viajantes.....	37
Foto 06- Espaços de sociabilidade da Vila Santo Antônio – 2011.....	40
Foto 06- Momento de culto na Vila Santo Antônio.....	54
Foto 08-Destruição residência da Vila Santo Antonio.....	66

Foto 09- Destruição da Residência Comunidade Babaquara .....	66
Foto 10-Aviso da detonação.....	78
Foto11- Estrada construída na vila Santo Antonio.....	78
Foto 12- Placas colocadas nas propriedades e ao longo dos igarapés.....	91
Foto13- Evento Xingu mais 23 .....	103
Foto14- convite do último festejo.....	103
Fot15- Caminhada com o mastro .....	104
Foto-16 Realização da missa.....	104
Foto17- Retirada da Mata auxiliar .....	105
Foto18- Assoreamento dos igarapés.....	105
Foto19- Chave de uma casa da antiga vila de Santo Antonio.....	106
Foto20- Desestruturação da Vila Santo Antonio com a implantação de Belo Monte.....	107
Foto21- Antiga Vila Santo Antonio.....	108
Foto22- Cemitério da ex-vila Santo Antonio.....	118

#### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01- Cronologia da historia – da hidrelétrica de Belo Monte.....	58
Quadro 02- Locais das audiências.....	62
Quadro 03- Financiamento da construção da hidrelétrica de Belo Monte.....	63

#### **LISTA DE TABELA**

Tabela 01- Origem dos entrevistados.....	28
Tabelo 02- Estado civil dos entrevistados.....	29
Tabela 03- Escolaridade dos entrevistados.....	30

**LISTA DE SIGLAS**

ADA- Área Diretamente Afetada.

AID- Área influência direta.

AII- Área de influência indireta.

ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica.

APP- Áreas de preservação permanente.

BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

CEB's- Comunidades Eclesiais de Base

CIMI- Conselho Indigenista missionário.

CNPE- Conselho Nacional de Política Energética.

CSE – Cadastro Socioeconômico.

EIA- Estudo de impacto ambiental.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FADESP – Fundação de Amparo de Desenvolvimento da pesquisa.

FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

GEDTAM- Grupo de estudos desenvolvimento e dinâmicas territoriais na Amazônia.

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PBA- Projeto Básico Ambiental

LI- Licença de Instalação.

LP- Licença Prévia.

MPF- Ministério Público Federal.

NESA – Consorcio Norte Energia S.A

ONGS- Organização Não Governamental.

OEA- Organização dos Estados Americanos

PIC - Programa Integrado de Colonização.

PT- Partido dos trabalhadores

RIMA- Relatório de Impacto Ambiental.

SEMA- Secretária Estadual do Meio Ambiental.

STF- Supremo Tribunal Federal

TR- Taxa Referencial.

TRF1- Tribunal Regional Federal do Pará.

UHE – Usinas Hidrelétricas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>METODOLOGIA</b> .....	20
<b>CAPÍTULO I – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA VILA SANTO ANTÔNIO E NA COMUNIDADE BABAQUARA.</b> .....	25
1.1. Características socioespaciais das famílias responsáveis pela produção do espaço antes da construção da hidrelétrica Belo Monte.....	27
1.2. O espaço produzido na vila Santo Antônio antes da construção da hidrelétrica Belo Monte. ....	32
1.3. O espaço produzindo na comunidadeBabaquara antes da consrução da hidreletrica Belo Monte.....	41
1.4. O lugar da condição camponesa: a comunidade e a vila.....	48
<b>CAPÍTULO II - A HIDRELETRICA BELO MONTE QUE APORTA NA MICRORREGIÃO DE ALTAMIRA.</b> .....	58
2.1. O espaço como oportunidade para construção da hidrelétrica Belo Monte .....	63
2.2. Os desencontros entre os documentos oficiais e as realidades vividas pelas famílias atingidas.....	69
<b>CAPÍTULO III – MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA DA VILA SANTO ANTÔNIO E DA COMUNIDADDE BABAQUARA</b> .....	96
3.1. A desestruturação socioespacial da vila santo Antônio.....	97
3.2. A reorganização socioespacial da Comunidade Babaquara. ....	109
<b>CAPÍTULO IV – E AGORA, COMO VIVEREMOS? PERPECTIVAS DOS EX-MORADORES DA VILA SANTO ANTÔNIO E MORADORES DA COMUNIDADE BABAQUARA.</b> .....	116
4.1. Enterrei meu coração na curva daquele rio: relatos de ex-moradores da vila santo Antônio .....	116
4.2. Aqui ainda é o meu lugar? Depoimentos dos moradores da Comunidade Babaquara...	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	124
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA</b> .....	126
<b>APÊNDICES</b> .....	131
<b>ANEXOS</b> .....	151

## INTRODUÇÃO

A integração da Amazônia no cenário nacional, resulta da ação antrópica no alicerce das diferentes escalas e períodos, implicando na exploração da natureza e na modificação das bases políticas, econômicas e socioculturais locais. Exemplo clássico desta intervenção é a exploração econômica do espaço agrário para suprir as necessidades das elites nacionais e internacionais. Essa demanda tem como pano de fundo o consumo excessivo de energia e a busca de minério nas fronteiras agrícolas do país. De acordo Herrera (2012), desde pelo menos a década de 1950, quando o Governo Federal considerou que as dinâmicas locais ou o povoamento por migrantes descapitalizados não garantiriam o desempenho regional esperado, projetando cenários para a integração avassaladora da região.

A exploração dos recursos naturais, em específico do potencial hídrico, acontece dissociada de interesses e perspectivas locais, sendo estabelecida a partir dos interesses de conglomerados minero metalúrgicos e da exploração energética, que têm se instalado para a exploração dos recursos naturais. Nestes termos, concorda-se com o exposto por Aranha Silva (2010), ao apontar à desconsideração das bases materiais e culturais das populações que são atingidas pelas barragens no Brasil.

A construção de uma usina hidrelétrica pauta-se no discurso ideológico como uma fonte energética limpa, renovável e barata e os projetos são justificados em nome do interesse público e do progresso. Entretanto, os empreendimentos não consideram as bases materiais e culturais da população ribeirinhas, as quais são, na verdade, desterritorializadas, arrancadas do seu território, da base física necessária para sua reprodução e o seu elo com a terra e o rio é ceifado (ARANHA SILVA, 2010).

Destaca-se aqui que a exploração energética, a construção de várias usinas nos diferentes espaços amazônicos, acontece, ora para atender os interesses do consumo nacional, ora para o abastecimento dos empreendimentos internacionais que fortalecem suas marcas em um mundo sob a égide de um Estado neoliberal, que executa a ideia da exploração de matrizes energéticas limpas e renováveis. Em específico, entende-se que espaço agrário afetado pela hidrelétrica Belo Monte, na microrregião de Altamira, tem enfrentado inúmeras consequências, no caso dos remanejados ou indenizados, antes, durante e após a saída de suas casas para uma nova morada. No caso dos que permaneceram no lugar, as consequências estão em função da reorganização do espaço. Pois, as raízes históricas e culturais estão sendo devastada de forma substancial, transformando os modos de vida da população local em função do atendimento das

demandas nacionais provocando transformações e nova significação para o lugar, dimensão construída historicamente pela subjetividade da relação sociedade-espaço.

O estudo tem como balizador o entendimento de Santos (2008), para quem o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Espaço que se reorganiza em função de um evento que interage com as rugosidades do lugar, condicionando esse a estabelecer novos conteúdos e criando novas formas. Portanto, tem-se que a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHE Belo Monte), na microrregião de Altamira, no Sudoeste Paraense, outrora, Complexo Hidrelétrico Kararaô, é um evento, o qual reorganiza a paisagem, a configuração territorial, a dinâmica social, enfim o espaço geográfico ou território usado (NAHUM; SANTOS, 2012).

Esse evento transforma e altera o modo de vida das duas localidades estudadas, desencadeando o anseio pelo processo de cadastramento para receber indenização, a chegada de pessoas para residir com a finalidade de ser indenizado, a saída dos jovens principalmente em busca de trabalho na obra, fluxos do capital, especulação imobiliária entre outros. Os moradores são subordinados e dependente do comando exógenos de pessoas que vem de outros lugares para ditar as regras de como será a partir desse processo de transformação como o início da instalação da hidrelétrica.

Os lugares são transformados, o cultivo da agricultura tradicional é abandonado para atuação da nova dinâmica exposta pela empresa construtora. As atividades praticadas antes pelos moradores da vila e da comunidade como: coleta de frutos, sementes, pesca e caça não pode ser, mas desenvolvida, por ter sido proibida pela Norte Energia que marca o lugar com placa de advertência.

Mediante ao exposto, foi traçado para a dissertação o objetivo de compreender as mudanças ocorridas nos lugares impactados com a instalação da hidrelétrica Belo Monte, tendo como objeto de estudo duas localidades. As quais segundo os documentos oficiais do empreendedor assimilariam os efeitos da construção da UHE Belo Monte de forma diferenciada por serem classificadas no EIA-Rima (2009) como Área Diretamente Afetada (ADA) a Vila de Santo Antônio, no município de Vitória do Xingu, e Área de Influência direta (AID) a Comunidade Babaquara, no município de Altamira. Como objetivos específicos foram estabelecidos: resgatar a história das famílias em relação ao lugar e aos modos de vida; caracterizar a produção do espaço vivido pelos moradores do lugar; identificar os elementos de mudança nos modos de vida das famílias afetadas, e; verificar as perspectivas das famílias com as mudanças em função dos efeitos da construção da hidrelétrica em seus cotidianos.

A dissertação é organizada em quatro capítulos: O primeiro, Produção do espaço da vila Santo Antônio e da comunidade Babaquara na microrregião de Altamira, no qual se apresenta a situação geográfica da vila Santo Antônio e da comunidade Babaquara antes da implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, destacando alguns elementos básicos no âmbito da formação e da consolidação das áreas de estudo, o mote está em apreender acerca dos modos de vida, da estruturação do trabalho, da consolidação da identidade, da condição camponesa e das transformações históricas ocorridas nesses espaços de sociabilidade por meio da observação, de entrevistas e da aplicação de formulários.

O segundo capítulo denominado, O espaço usado pela hidrelétrica Belo Monte na microrregião de Altamira, enfatiza-se como projetos hidrelétricos como a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, causaram (ou ainda causam) impactos nas comunidades rurais, para as populações ribeirinhas e para o meio ambiente. As características econômicas, sociais, culturais e ambientais são transformadas avassaladoramente. Neste contexto, o choque com as populações rurais ficou evidente, os afetados foram os pescadores, os índios, os quilombolas, os barqueiros, os ribeirinhos, os moradores das ilhas, os camponeses e outros sujeitos locais. A partir de então fica o questionamento, o que foi o evento para a população local?

Neste capítulo, verifica as discordâncias existentes entre os documentos oficiais da Norte Energia e as percepções dos moradores da vila Santo Antônio, que deveriam ter sido realocados para uma área próxima ao canteiro de obra, não os distanciando do lugar de origem, e que no transcorrer da negociação não aconteceu. No caso da comunidade Babaquara os moradores que vivem à margem direita do rio Xingu a montante da hidrelétrica, local que se tornará um reservatório deveria ter sua propriedade toda indenizada, sofreram uma paralisação forçada no período de produção, inclusive abandono, mas tiveram apenas parte dos lotes indenizados.

O terceiro capítulo: As mudanças nos modos de vida e na condição camponesa dos moradores da vila Santo Antônio e da comunidade Babaquara. Neste capítulo discute-se sobre as dinâmicas das localidades. Buscando perceber a partir dos modos de vidas dos dois lugares os impactos gerados pelo evento (empreendimento Belo Monte), apontando as mudanças e o (re) funcionalização dos cotidianos vividos e como ficou a reorganização socioespacial desses lugares. Enfatizando que na vila Santo Antônio, a população antes da interferência propagada pela construção da Hidrelétrica Belo Monte vivia da pesca artesanal para a comercialização como fonte para subsistência e de rendimento via a comercialização do excedente. Enquanto outros moradores trabalhavam nas fazendas circunvizinhas como força de trabalho construindo

currais, cercas, trabalhando no plantio e na colheita de cacau, plantio de capim, limpeza dos pastos, na base da Petrobras e os que recebiam benefícios como aposentadoria.

Na comunidade Babaquara, destaca-se que os moradores em sua maioria são agricultores que residem próximo às margens do rio Xingu ou na parte de terra firme ao longo dos igarapés, Conradinho e Babaquara, e que realizavam a agricultura de pequena escala para o consumo da família, monocultura de cacau, criação de bovino como fonte de rendimento, à medida que garante a diversidade do estabelecimento como forma de regular a manutenção da família na propriedade.

O quarto capítulo trata das Perspectivas dos ex-moradores da vila Santo Antônio e dos moradores da comunidade Babaquara. Os moradores de Santo Antônio e Babaquara suportaram processos que levaram a desestruturação material e subjetiva do espaço, no trabalho, a transformação aconteceu com a ruptura dos moradores com seus locais de trabalho e de convivência.

Os traumas enfrentados pelas localidades afetadas pelas hidrelétricas são destacados por outros autores, como Sigaud (1992). Esta autora retratou os efeitos da Usina Hidrelétrica de Sobradinho e na situação descompassada como foram feitas as negociações com os atingidos. Semelhante ao que vem ocorrendo com os moradores de Santo Antônio e Babaquara. As famílias que moravam em Santo Antônio estão vivendo hoje em diferentes localidades e em outras cidades. Os moradores de Babaquara alguns que residiam às margens do rio ou até mesmo alguns do núcleo de terra firme abandonaram os lotes por diversos motivos como indenização, falta de mão de obra ou saíram em busca de emprego na obra.

Neste capítulo foi mapeado onde estão morando as doze famílias, das quarenta cinco famílias afetadas da vila Santo Antônio, enfatizando o processo de reorganização de suas vidas. Além de evidentemente, haver caracterização do que está sendo transformado na lógica da comunidade Babaquara, na qual se tem acompanhado doze famílias das quarente e duas, com visitas sistemáticas, para registrar as novas relações sociais e os novos arranjos produtivos, que permitem desde já assumir a (re) funcionalização da comunidade Babaquara como principalmente consequência dos efeitos da construção da hidrelétrica.

## **METODOLOGIA**

### O método

O método refuta o senso comum por si só, que se expressa na simples aparência dos objetos; ultrapassa essa simples aparência, buscando a verdade, isto é, a essência dos objetos, a qual é o fruto da razão (SPOSITO, 2004). Quem opta pelo método dialético, não deve trabalhar com fatalismos, mas sim com processos (MANDEL, 1978). Os homens, nesse ínterim, enquanto produto das condições materiais determinadas, fazem a sua própria história. Tais condições materiais decorrem da *práxis* social. A dialética é o “método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa [a essência do concreto], e, portanto, compreender a coisa” (KOSIK, 2010, p. 18).

Em Geografia, não se deve, em hipótese alguma, tentar compreender a realidade somente por dados quantitativos, sendo imprescindível a realização, com afinco, de pesquisa de campo, visando uma interpretação qualitativa do real.

Nestes termos, trabalhar com o método dialético é atentar para a materialidade (concreto) em movimento (KOSIK, 2010), o que revela inúmeras contradições, que estão em unidade (combinadas), integrando o mesmo processo (o capitalista).

De acordo com Sposito (2004), no método dialético, sujeito e objeto são intrínsecos; o sujeito se constrói e se transforma, construindo e transformando, ao mesmo tempo, o objeto, que construído (fruto do trabalho humano) influencia as ações do sujeito.

Essa concepção, trazida para a ciência geográfica, pode ser exemplificada pela relação homem ou sociedade (sujeito) e espaço (objeto): os homens produzem historicamente o espaço, fazendo dele um reflexo das ações humanas; contudo, enquanto produto social, o espaço condiciona a *práxis* dos homens, sendo, portanto, reflexo e condicionante. Assim, o espaço é social, interessando ao geógrafo as diferentes e desiguais produções do espaço que são colocadas em xeque pelos variados agentes sociais (hegemônicos ou não).

A ciência, numa perspectiva dialética, alicerça-se na noção de historicidade, ou seja, na transformação da realidade, a qual é analisada de modo crítico, dedicando a interpretação da totalidade em movimento, chegando, dessa maneira, a essência do concreto, isto é, às contradições, às desigualdades e às possibilidades de mudança rumo a um futuro diferente do presente. Portanto, é adotar em pesquisa esse caminho científico é se comprometer com a maioria dos agentes sociais, ou seja, é fazer a opção em realizar a pesquisa de maneira engajada, trabalhando com a possibilidade futura de uma transformação na estrutura da sociedade e no espaço.

Partindo da premissa de pesquisa alicerçada pela noção de historicidade e produção do espaço, foi feita a opção por utilizar do estudo da memória, que se deu na reconstituição da história da vila e da comunidade através do relato dos moradores, em primeiro momento de forma individualizada, onde cada entrevistado constituía o que vivenciava no seu cotidiano nas várias atividades desenvolvidas na vila Santo Antônio e na comunidade Babaquara, em outra etapa a promoção do encontro coletivo entre esses moradores para montar o mosaico da história que um dia ficaria no esquecimento da sociedade. Sendo assim, foi assumindo como aporte para o método a reflexão feita por Halbwachs (2004), a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças sejam constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões atribuídas, na verdade, são inspiradas pelo grupo.

Assim, de certa forma, a coesão no grupo, à unidade coletiva, é concebida pelo pensador como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros (HALBWACHS, 2004, p.51). A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, portanto, “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Que deve ser inclusive analisado considerando o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 2004, p.55).

Quanto à escrita, assume a forma ensaísta, permitindo a leitura dos capítulos isoladamente, mais do que revelador de um gênero textual, o ensaio é um elemento de prática social. Ele revela um sujeito sócio historicamente situado, que escreve a partir de um ponto e que pensa a partir desse ponto. Cabe, portanto, entender o lugar cultural no contexto do sujeito, de onde ele fala e cria sua voz. O sujeito age ao escrever, pois na escrita ele argumenta, expõe sentimento, relata e retrata. Quando se produz linguagem, se executa. Como o próprio Marcuschi (2005, p.74) destaca “se linguagem é atividade, parece razoável admitir a atividade como unidade de análise e foco da observação”.

A este propósito, tem-se no ensaio não somente uma exposição, mas uma construção de sentido. Aquele sentido revelado pelo ensaísta acaba por ser o objeto de análise dos leitores que, ao lerem, dialogam com o autor, ora concordando, ora refutando, mas, o que é mais importante, construindo sentidos. Esses sentidos só são possíveis no diálogo intersubjetivo, pois é na compreensão subjetiva de cada um que ele se torna objetivo. A estabilização do conhecimento só é realizada quando negociada.

E isso não significa determinar o conhecimento, mas sim que ele se constrói cotidianamente, afinal, o que pensamos hoje pode ser refutado amanhã. Larrosa (2004, p. 32) considera que “o ensaio é uma atitude existencial, um modo de lidar com a realidade, uma

maneira de habitar o mundo, mais do que um gênero da escrita”. Isso realmente vem comprovar os nossos argumentos de que o ensaio deve ser entendido como uma prática social: Uma prática que leva em conta o sujeito e seu contexto, seus conhecimentos prévios de mundo, suas argumentações a respeito, um sujeito situado socialmente, que ensaia as possibilidades de falar sobre algo, que ensaia, inclusive, sobre sua vida.

Ao ensaiar construiu-se sentido, expondo um ponto de vista que poderá ser negociado na interação social. Essa interação, que se processa no ato da leitura do ensaio, pode ajudar na reconstrução de sentido por parte do leitor, que, por sua vez, poderá observar outra percepção sobre um determinado assunto. Não se observa o certo e o errado, mas o possível e imaginável em cada realidade de vida. São construções de sentido que se baseiam em sujeitos sócios historicamente situados, os quais, através dos tempos, vão se mesclando, se transformando. E o ensaio, como prática sócio cognitiva, auxilia nessa percepção de mundo.

#### Procedimentos Metodológicos

Como procedimento metodológico adotou-se a vivência *in locus* - a realização de entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade Babaquara e os ex-moradores da vila Santo Antônio<sup>1</sup>, aplicação de dois formulários sendo um para as duas localidades o formulário de entrevista domiciliar – rural (Apêndice 01) e o formulário agrícola e florestal (Produtor Rural) (Apêndice 02), somente na comunidade Babaquara pela diferença de atividade realizada entre as duas.

Foi realizado levantamento de dados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Secretarias Municipais de Saúde e Educação. Destaca-se que nestas visitas foram feitas conversas com servidores públicos acerca da ocupação e consolidação dos espaços, bem como os entrevistados entendiam os processos e tinham a dimensão das mudanças percebidas.

Importante destacar que o recorte para as duas localidades acontece em função de ter sido oportunizado durante a graduação em geografia no Campus de Altamira acompanhar os processos vivenciados pelas famílias. A oportunidade foi gerada mediante a construção do trabalho de conclusão de curso, em que se buscou diagnosticar os efeitos da usina nas localidades afetadas pelo empreendimento.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Em apêndice quadro demonstrativo das entrevistas coletadas na pesquisa de campo/2015 e duas transcrições sendo a número 1 – Babaquara e a 2- Santo Antônio.

<sup>2</sup> No decorrer do texto fragmento de entrevistas coletadas no período da graduação/ 2011 a 2013

Em campo adotou a pesquisa participante, a qual “[...] caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas pesquisadas” (MATOS; VIEIRA, 2001, p.46). Do universo de oitenta e sete (87) famílias, quarenta e duas da comunidade Babaquara (42) e quarenta e cinco (45) da Vila Santo Antônio<sup>3</sup>, foram acompanhadas e entrevistadas, doze (12) famílias em ambas as localidades, totalizando uma representação de 27,6% da amostra total de famílias naqueles espaços. ( Apêndice 03)

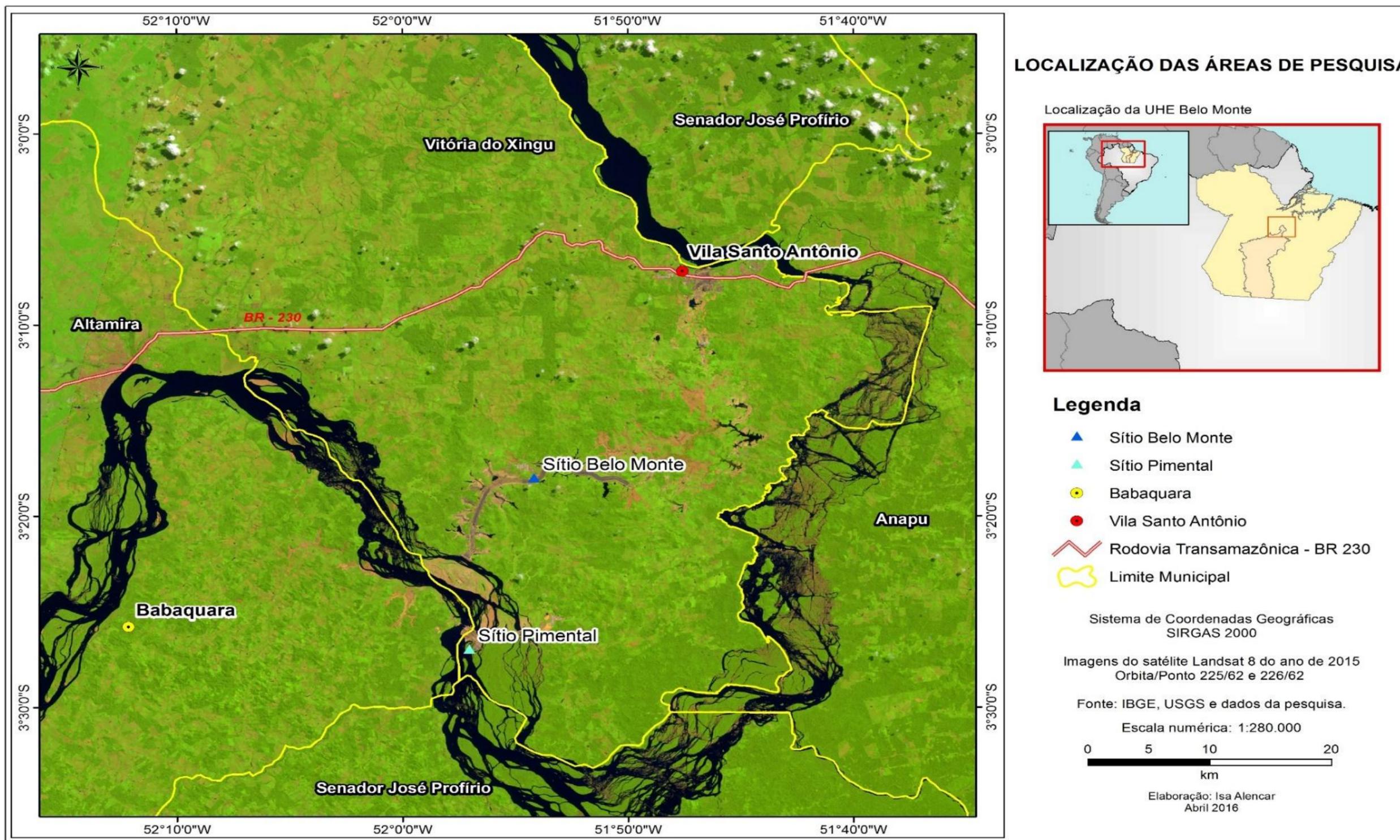
As entrevistas foram realizadas no período de novembro de 2014 a novembro de 2015 e contou com auxílio de formulários contendo questões abertas e fechadas. Os entrevistados (responsáveis pela família) possuíam entre (26) vinte e seis e (78) setenta e oito anos de idade. Os participantes da pesquisa foram definidos em função do tempo de residência nas localidades, contemplando os moradores mais antigos tanto da vila quanto da comunidade, os quais contribuíram sobre maneira para compreensão da formação socioespacial dos lugares. Uma dificuldade que deve ser registrada aqui foi o fato de apesar das localidades terem mais de quarenta anos de existência, não foram encontrados estudos ou documentários sobre as mesmas que retratassem a história de ocupação e formação das áreas. Ratificando a necessidade de construção a partir da história oral dos moradores mais antigos.

Durante as entrevistas não foram realizadas interferências na maneira como os entrevistados narravam suas experiências, por considerá-los sujeitos autônomos e parte interessada na compreensão do evento. Durante a elaboração do texto usou do entendimento feito acerca de questões apresentadas pelos entrevistados e, assim, além de usar na integra os relatos, foram transcritos trechos com a impressão da pesquisa sobre temas tratados durante as entrevistas( Apêndice 04). A seguir, MAPA (01), destaca-se a localização das áreas de estudo, a vila Santo Antônio no município de Vitoria do Xingu e a comunidade Babaquara no município de Altamira no Pará.

---

<sup>3</sup> De acordo com o Rima 2009, p.461 A vila tinha um total 105 imóveis rurais para a caracterização fundiária, 04 estabelecimentos produtivos, 39 grupos domésticos abrangendo um total de 151 pessoas com vistas a obter informações sobre as condições de vida da população residente, cabendo destacar entre esses 80 proprietários e 03 produtores rurais distintos. No universo da pesquisa/20015 – segundo informação dos entrevistados são 243 lotes oficiais registrados pelo INCRA, no total de 45 famílias residente na vila até 2010. E a explosão populacional a partir da confirmação da construção da hidrelétrica.

Mapa 01: Localização das áreas de pesquisa



Fonte: IBGE,USGS e dados da pesquisa. Elaboração : Isa Alencar

## **CAPÍTULO I – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA VILA SANTO ANTÔNIO E NA COMUNIDADE BABAQUARA.**

As transformações ocorridas recentemente na microrregião de Altamira resultam em grande escala da execução da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Essa obra ocasionou diversos impactos no espaço agrário e em particular nas localidades que ficam no entorno do empreendimento. Importante ratificar que o espaço é entendido como produto e produtor das relações sociais Lefebvre (2006).

Quando uma obra aporta no espaço apropriada, domina, reformula antigas estruturas sociais de produção e cria outras. Em específico no espaço agrário, a reprodução das dinâmicas capitalistas cria elementos para a dissolução das relações de produção calcadas no valor de uso. Esta premissa tem como estrutura de reprodução do capital a mercantilização e a especialização produtiva. Paralelo a isso, acontece à concretização das forças produtivas materiais, como aponta Barrios (1986, p. 05), ao analisar as práticas econômicas e o próprio espaço.

No sistema capitalista, em particular, a reprodução dos grupos dominantes estará centrada em torno da acumulação do capital. O sistema produtivo estabelecido, a tecnologia desenvolvida e as adaptações ambientais realizadas responderão, por conseguinte, aos fins assinalados. Não obstante, as classes dominadas, em seu intento de sobrepor-se às limitações materiais que para elas decorrem da racionalidade imperante, tratam também de intervir, na medida de suas possibilidades, no meio que as circunda.

A respeito da produção do espaço, concorda-se com Harvey (2005), Carlos (2011) e Moreira (2012) para quem o espaço faz parte da história do homem e da história da natureza, influenciando-as. Cabe aqui, sobremaneira, concordar que a produção do espaço acontece ao mesmo tempo da alienação do espaço, pois as relações predominantes são aquelas marcadas pelo valor de troca, pela dominação do espaço e pela espoliação das classes subalternas. No caso específico das famílias afetadas com a construção da hidrelétrica Belo Monte, os moradores de comunidades e vilas da microrregião de Altamira, materializa-se a representação desse tipo de dominação do espaço, como pode ser percebida no fragmento de entrevista do senhor. A.F., concedida em 2015, ex-morador da vila Santo Antônio.

Um belo dia estávamos reunindo e de repente começa a chegar vários carros do outro lado da rodovia ficamos assustados com a cena tão inesperada, desceu uns encamisados e se dirigiram até onde nós estávamos, se apresentaram e foram logo falando que a partir de agora vamos começar a construir o canteiro de obra para dar início a construção da barragem de Belo Monte. Neste momento faltou chão, ficamos sem ação, sem atitude e sem palavras diante da informação. Meu compadre e que ainda conseguiu perguntar e quando vai ser isso. A resposta foi rápida, logo. (A.F, 2015).

O espaço agrário segue o ritmo de transformação e de reprodução desigual que imprime novas formas de manutenção das relações sociais, ora associadas, ora contraditórias as práticas vividas no momento de formação socioespacial das localidades. No caso específico da vila Santo Antônio e na comunidade Babaquara, foi possível perceber as transformações dos espaços antes mesmo do período de inicialização das obras, refletindo desigualdades e fragmentações socioespaciais no bojo da produção do espaço antes de 2011, quando ainda especulavam acerca do empreendimento, como observado no fragmento de entrevista apresentado anteriormente.

Assim, as formas espaciais foram alteradas e o espaço modificado à medida que a sociedade era transformada. As diferentes relações e os interesses de domínio espacial nas localidades ficaram evidentes na relação entre os moradores e os sujeitos do empreendimento. Lefebvre (2006) ao analisar as desigualdades na produção do espaço, revela que as contradições da sociedade se elevam no espaço, no nível do espaço, engendrando contradições no espaço.

Para Harvey (2004) o desenvolvimento geográfico desigual dificulta a unificação dos múltiplos interesses das classes sociais. No caso do espaço transformado pela obra de Belo Monte, as famílias tiveram que readequar a condição camponesa que foi drasticamente alterada com o início da construção da hidrelétrica, tendo que reinventar suas atividades produtivas (econômicas e financeiras) ao mesmo tempo em que necessitavam conviver com as transformações ocorridas no lugar e nos seus modos de vida. Noutros termos, a produção do espaço consistiu na produção de objetos geograficamente desiguais, tanto na ordem econômica, cumprindo funções diferenciadas, quanto na reprodução das relações sociais de produção, estruturada sob a égide da divisão do trabalho. Por isso, assumiu em análise o espaço como afirmou Santos (2012).

[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2012, p.63).

Logo, cabe aqui, entender as relações anacrônicas e a expropriação material e imaterial das populações afetadas em face de construção do grande projeto. Ou seja, a compreensão sobre a natureza do espaço, não em uma perspectiva estanque, tampouco uniforme, mas no cerne de interações dialéticas entre a população, os sujeitos do capital e o próprio espaço. Para isso, considerou importante fazer a caracterização básica das famílias, os responsáveis pela produção do espaço geográfico, na vila Santo Antônio e na comunidade Babaquara, antes do evento,

configurando o modo de vida camponês antes dos efeitos gerados por Belo Monte. Segundo Nabarro a definição mais completa no que tange ao entendimento do modo de vida camponês na contemporaneidade é elaborada por Suzuki (2013, p.633).

(...) poderíamos redefinir modo de vida pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem o espaço, mediados pelo conjunto de suas práticas cotidianas e por sua história, posição que ocupam na sociedade envolvente e forma específica que assegura a sua reprodução social, constituindo-se no modo pelo qual o grupo social manifesta sua vida. O modo de vida se realiza, então, a partir de dimensões materiais e imateriais, como forma de apropriação e de reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, definindo práticas territoriais, como produção de territorialidades e territórios, relacionados, assim, à sociedade e à natureza.

A formatação da comunidade Babaquara remonta a década de 1960, enquanto que a conjectura da vila Santo Antônio tem como marco o início da década de 1970 no contexto de construção da Rodovia Federal Transamazônica (BR-230). Ambas foram edificadas com subjetividades construídas na relação sociedade-espaço, que ora a população local, ora os colonos, mantiveram com aquele espaço.

1.1. Características socioespaciais das famílias responsáveis pela produção do espaço antes da construção da hidrelétrica Belo Monte.

Em função da pequena variação entre as características verificadas nas duas localidades, as informações foram agrupadas e tratadas simultaneamente na intenção de representar de maneira geral as famílias que sofreram impactos com a construção de Belo Monte e perderam conseqüentemente a autonomia na produção do espaço.

Primeira característica marcante entre as famílias das localidades estudadas está no fato de que em sua maioria, mais de 60%, dos entrevistados assumiram ser natural do estado do Pará. Durante as entrevistas foi destacado por muitos o fato de seus avós e/ou pais terem se deslocado, oriundos de outras regiões, para o estado pelo anseio de ter a terra própria. Na tabela 01 a seguir são apresentados os dados quanto à naturalidade dos participantes da pesquisa.

**Tabela 01:** origem dos entrevistados

UF	Babaquara	Vila Santo Antônio	Total Geral
PA	46,15%	83,33%	64,00%
MA	30,77%	0,00%	16,00%
GO	7,69%	0,00%	4,00%
CE	7,69%	0,00%	4,00%
BA	7,69%	0,00%	4,00%
MG	0,00%	8,33%	4,00%
Sem Resposta	0,00%	8,33%	4,00%
<b>Total Geral</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015.

Foi verificado com a pesquisa de campo que as famílias, mais de 40%, representavam a segunda geração das famílias de migrantes, sendo que os entrevistados da vila Santo Antônio apresentaram em média menor idade (moda igual a 39), pois foi estimulada a fixação na terra após a abertura da rodovia, quando constitui efetivamente a vila as margens da Transamazônica. Conforme pode ser observado na entrevista concedida pelo senhora C.A, em 2015, na qual chama atenção para o início da vila a margem da rodovia.

Minha família chegou à vila em 1973, meu pai e meu tio ficaram sabendo que o INCRA estava distribuindo lotes. A vila antes era uma reserva do INCRA. Então depois da doação começamos a construir nossas casas e avisamos aos parentes e amigos que não tinham terra para vir até aqui que íamos doar um pedaço de terra para eles. E assim a cada dia a população aumentava novas moradias e muita alegria, tudo era festa, os passeios na praia, os jogos no campo a princípio improvisado e o nosso marco maior a festividade de Santo Antônio. A nossa vila era a melhor que tinha na Transamazônica (C.A, 2015).

No caso da comunidade Babaquara, os responsáveis pelas famílias apresentaram idades mais elevadas, oscilando entre 50 e 70 anos, esses ocupam a área (atual comunidade) após o declínio das atividades extrativas da região, principalmente ouro e borracha, não tendo como sair da microrregião fixam na terra e iniciam a agricultura como forma de manter a reprodução familiar. Mais de 50% dos entrevistados responderam ser casada e na tabela 02, com uma observação a maioria desses estabeleceram o matrimônio com parcerias da própria comunidade, representando de forma significativa os laços de parentesco.

**Tabela 02:** Estado civil dos entrevistados

	Babaquara	Vila Santo Antônio	Total Geral
Casado	69,23%	33,33%	52,00%
União Estável	23,08%	16,67%	20,00%
Solteiro	7,69%	8,33%	8,00%
Separado	0,00%	16,67%	8,00%
Viúvo	0,00%	8,33%	4,00%
Sem resposta	0,00%	16,67%	8,00%
<b>Total Geral</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015

Os laços de parentescos sem dúvida alguma representa uma estratégia de reprodução da condição socioespacial do camponês. Para Woortmann (1995, p.40) (...) “a reciprocidade entre famílias é um componente central dos valores culturais e expressa sempre relações de parentesco”. Essa reciprocidade familiar pode ser notada na entrevista concedida pelo senhor. E.A., no ano de 2015, na qual faz referência à dinâmica estabelecida na vila Santo Antônio antes de sair do lugar.

A vila Santo Antônio era um lugar tranquilo, cercado de muito carinho e dedicação, fazíamos as tarefas juntos pelo bem comum de todos. A maioria é parente, compadre ou amigo de longa data assim construímos um lugar onde todos se sentem bem e você não escutava ninguém dizendo que queria ir embora para outro lugar. Como éramos uma grande família de vez enquanto acontecia àquela encrenca de família, mas logo resolvia por ali mesmo. Posso dizer que vivíamos no céu, o rio pertinho, a floresta e terra boa para plantar. E no mês de junho era só alegria com a festividade do nosso padroeiro Santo Antônio. (E.A, 2015).

A reciprocidade foi registrada na comunidade Babaquara e pode ser expressa no fragmento do senhor P.A, de acordo a entrevista concedida no ano 2014.

... Aqui é bom demais de viver, mesmo com as dificuldades de escoar nossa produção vivemos felizes. Trabalhávamos pelo bem comum de todos realizávamos os mutirões para abrir as estradas, ajudar os outros nas colheitas de arroz, organizar o porto onde esperávamos o barco no final de semana e ainda aproveitávamos para nos divertir (P.A, 2014).

As famílias em média eram e ainda são numerosas, sendo que 25% da amostra possuem mais de 7 moradores e 37% das famílias possuem entre 4 e 6 membros. Apesar do número representativo de membros que compõem as famílias, nos últimos anos, no período que antecede a o início da obra (2009 a 2011) aconteceu à saída principalmente dos filhos mais velhos que buscaram se capacitar almejando emprego nos canteiros de obra da própria Usina.

Em análise, entende-se que esse processo foi estimulado como *start* para desmobilização da condição camponesa na área impactada pelo empreendimento. É de conhecimento que a força motriz, a mão de obra, disponível nos estabelecimentos familiares é prioritariamente composto pelos filhos mais velhos e solteiros que residem junto com os pais. O registro feito nos dados quantitativos durante a pesquisa pode ser ratificado no trecho da entrevista concedido pelo senhor F.C, no ano de 2014 na comunidade Babaquara.

A nossa comunidade já foi referência na questão de produção de lavoura branca, agora os colonos deixaram de produzir para ir atrás de emprego na cidade no Consorcio, esquecendo as atividades que desenvolviam na agricultura, ninguém quer plantar mais nada, pode procurar aqui não encontrar mais arroz, feijão, mandioca, milho nada disso. O vizinho tem uma máquina de pelar arroz que antes funciona agora está parada por falta do que pelar (F.C, 2014).

As famílias permaneceram em média com 03 membros nos domicílios, sendo 02 maiores de idade, a maioria dos domicílios apresentam 01 homem e 01 mulher, e pelo menos uma pessoa do domicilio frequenta a escola, e a maior parte das crianças com idade escolar estão estudando, como podem ser observados na tabela 03, 40% do universo total de membros das famílias indicam possuir o ensino fundamental incompleto, dentre eles as crianças em idade/escola regular que frequentam ou frequentavam as escolas existentes próximas às localidades.

**Tabela 03:** Escolaridade.

Nível	Babaquara	Vila Santo Antônio	Total Geral
Analfabeto	23,08%	25,00%	24,00%
Fundamental incompleto	53,85%	25,00%	40,00%
Fundamental Completo	7,69%	8,33%	8,00%
Médio incompleto	7,69%	0,00%	4,00%
Médio Completo	0,00%	16,67%	8,00%
Superior incompleto	0,00%	8,33%	4,00%
Superior Completo	7,69%	8,33%	8,00%
Sem resposta	0,00%	8,33%	4,00%
<b>Total Geral</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015

As Escolas contam com o programa mais educação, 36% das crianças ou adolescentes participavam de projetos sociais, principalmente o projeto mais educação. Essas famílias vivem uma “condição socioespacial camponesa” por ter o entendimento que mesmo antes do início da

obra Belo Monte apresentavam características de apropriação e uso do espaço destoantes do entendimento clássico de camponês.

Sem perder a gênese e a essência da responsabilidade pela organização do espaço e condutora do processo de produção, as famílias das localidades estudadas aos poucos foram refuncionalizando o lugar, principalmente devido aos baixos incentivos a produção diversificada e em pequena escala; ausência de assessoria técnica; aumento nos custos de produção; e ainda pelo envelhecimento dos responsáveis, passando esses a viverem com auxílio da aposentadoria e menos das práticas agrícolas. Dentre os participantes da pesquisa 32% assumem ter como maior percentual de rendimento o valor absorvido em aposentadoria.

Mais do que isso, em pesquisa foi registrado que 76% das famílias recebem algum tipo de benefício governamental, destaque para a bolsa família, pois 40% das famílias contam com esse benefício que ajuda na manutenção da reprodução familiar. Deste modo não se pode menosprezar a importância dos benefícios para o cotidiano das famílias afetadas, pois em média cada domicílio é beneficiado com o valor de R\$ 700,85.

Outro dado importante quanto à metamorfose em curso do espaço agrário amazônico, percebido nas localidades estudadas está no fato de que 50% dos entrevistados informaram que pelo menos uma pessoa do domicílio exerce uma função trabalhista fora do estabelecimento, ou seja, apresenta complementação de renda ao estabelecimento agrícola. A média da renda global registrada entre as famílias foi de R\$ 1464,76.

Em tese significa dizer que as famílias no geral estão abaixo do nível de reprodução simples, pois se dividir a renda média por pessoa que esteja na faixa etária de força de trabalho, tem um resultado inferior ao mínimo previsto como remuneração.

Nestes termos, faz-se importante destacar a condição camponesa, muito embora matematicamente a representação aponte para famílias em condições desfavoráveis, o atrelamento com o lugar, a relação com o natural e a dinâmica de parentesco permite uma reprodução social satisfatória para maioria das famílias e nesse sentido que foi apresentado a maior angústia dos moradores em função do impacto de Belo Monte. Como pode ser observado no fragmento de entrevista do Senhor E.A, que menciona a satisfação de se viver na vila Santo Antônio e ter como parâmetro a relação de produção estabelecida com o rio.

Vivíamos felizes na vila, associávamos o trabalho com lazer saindo todos os dias para pescar recebendo a brisa da manhã sem preocupação com trânsito, como estacionamento ancorávamos o barco debaixo da primeira árvore que encontrava para começar a tarefa do dia. Pescar e ser feliz. Não consigo me imaginar morando em outro lugar e fazendo outra atividade a não ser o ato e o amor pelo rio e suas maravilhas que me deixam estarecido. E confesso que dói só em pensar nesta história de barragem (E.A, 2015).

O registro para comunidade Babaquara não diferencia da formação verificada na vila Santo Antônio. Babaquara data um período anterior à década de 1970, ou seja, antes da abertura da rodovia e apresentava forte relação com o rio Xingu, como se observa na fala do entrevistado L.F, entrevista de 2015.

Nessa época nos reunimos aos domingos na beira do rio para brincar, comer carne de caça assada e beber uma birita que trocávamos com os regatões. Tudo era muito sadio, sem briga ou confusões, compartilhávamos tudo. (L.F, 2015).

O sentimento de pertencimento e a dinâmica socioespacial são sucumbidos na reorganização do espaço feita pelo evento ao interagir com as rugosidades do lugar. A bem da verdade, os modos de vida tradicionais são afetados e se relacionam numa fase de construções e reprodução dos valores morais e sociais pautados no poder hegemônico dos meios de comunicações das políticas públicas de “desenvolvimento” implantadas pelo Estado a partir das premissas neoliberais (NABARRO, 2014, p.54).

## 1.2. O espaço produzido na vila Santo Antônio antes da construção da hidrelétrica Belo Monte.

Apontamentos sobre a formação socioespacial de comunidades agrícolas e ribeirinhas requer um retorno ao passado com as histórias de vida dessas populações. Importante frisar que não se defende o localismo atomizante, entendendo ser claro que as comunidades foram (e ainda são) influenciadas por dinâmicas macroestruturais do capitalismo globalizado.

Mas, isto não quer dizer que as comunidades não tenham construído histórias de vida particulares e, muitas vezes, singulares, principalmente no bojo da sua relação com a terra, com os animais, com o rio e com os modos de vida local.

A vila Santo Antônio foi fundada em 1973 como área de colonização dentro do Programa Integrado de Colonização (PIC) na Amazônia, este programa, anunciado naquela década pelo governo militar do presidente Emílio Garrastazu Médici foi circunstancial para a colonização dirigida do espaço amazônico.

Incluía-se neste programa a construção de várias rodovias federais, entre elas a Transamazônica (BR-230), e a construção de vários núcleos de povoamento em áreas consideradas “despovoadas” ou de “vazios demográficos” na Amazônia. Neste cenário, o aglomerado urbano de Altamira ocupava uma posição de destaque como núcleo político e social, abrigando um intenso fluxo migratório e passando por grandes transformações econômicas. É no entorno desta cidade que foram construídos espaços para abrigar os diferentes migrantes que chegaram para ocupar um lote de terra (ALVES, 2013).

O processo de colonização da Transamazônica influenciou diretamente na formação da vila Santo Antônio. Com a abertura da rodovia Transamazônica a partir de 1971, sob os lemas “integrar para não entregar” e “terra sem homens para homens sem-terra”, intensificou-se o fluxo de brasileiros, principalmente nordestinos, que deixaram suas famílias para vir em busca de um pedaço de terra.

É neste contexto que é fundada a vila Santo Antônio, nome dado inicialmente pelos primeiros moradores, pela influência da igreja católica. A vila possuía 243 lotes que foram doados a um dos fundadores que conseguiu a terra através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sobre esse momento na formação da vila foi possível registrar na entrevista feita com o senhor A.F., entrevista concedida no ano de 2015.

Cheguei aqui na abertura da rodovia eu e mais cinco conhecidos ficamos sabendo que o INCRA naquele tempo ficava no km 45 (vitória do Xingu) Os representantes do INCRA moravam neste local. Eles estavam doando terras e fomos lá e ganhamos essa terra toda da vila, mas sem documento e a partir de então começamos a doar os terrenos para as pessoas que não tinham. Logo começaram a construir e dessa forma surgiu à vila só com parentes e amigos por isso tanta união entre nós até chegar esse povo da barragem (A.F, 2015).

A vila Santo Antônio originalmente pertencia ao município de Senador José Porfírio, após o desmembramento territorial passou a pertencer ao município de Vitória do Xingu. A dinâmica da vila foi se desenvolvendo baseado principalmente na Pesca incluindo de peixes ornamentais, os pescadores eram reconhecidos pelo IBAMA, alguns trabalhavam nas fazendas vizinhas, outros na base da Petrobras no povoado de Belo Monte, na escola da vila e alguns viviam de aposentadoria. Dessa forma viviam satisfeitos com a escolha de viver naquele lugar. Expressando na fala da senhora C.A:

“como eles mesmos diziam (demais moradores), não temos muito, mas somos felizes com a escolha que fizemos de morar na vila”. Não vivemos como rico, vivia a vida que tinha que viver, todo muito era feliz, ninguém reclamava de nada, se passasse fome, se tivesse o que comer o que não tivesse, mas estávamos juntos e dentro da possibilidade uns ajudava os outros (C.A, 2015).

Logo na entrada da vila, a margem da Rodovia Transamazônica percebia-se a existência de um campo de futebol e de alguns bares para o entretenimento da população local diariamente. Depois de um dia longo de trabalho, normalmente homens e mulheres iam para esses espaços socializar e compartilhar, muitas vezes, de seus interesses e modos de vida da população rural:

Na vila é bom demais, somos todos vizinhos, moramos lá perto da igreja, do campo de futebol, somos muito ligados a futebol, do outro lado meu pai, do outro lado os pais dela (esposa) do outro lado meu irmão, minha irmã, fomos criados todos juntos, convivência tranquila. Área de lazer próximo praia, pedral e o rio. O rio para pescar, a estrada que nós íamos para onde queria. Não tem lugar melhor para se morar. A estrada para sair, o rio para trabalhar

e ainda área de lazer. Além da convivência que todo mundo era conhecido. (V.S., 2015).

Para Alves (2013) a denominação da vila foi atribuída mais tarde pelos próprios moradores com a chegada de outras famílias em 1973, tendo como referência as comunidades católicas. A influência da igreja Católica Apostólica Romana movia parte dos modos de vida da população local, e execução de celebrações católicas, de procissões e de rezas foram elementos fundamentais na estruturação da vila. A tudo isso, não por generalizar, dar-se a construção sócio espacial daquela vila e a construção simbólica do lugar:

Na semana do festejo fazíamos novena na casa das famílias, o dia 13 de junho, a procissão, celebração e a culminância com o arraial, o torneio, leilões que reunia pessoas de vários lugares de Uruará a Pacajá. Era só alegria, diversão, comemoração, todos trabalhávamos unidos e felizes. No final fechávamos os caixas da festa, pagávamos as dívidas e o lucro sempre invertia na igreja. A nossa igreja é linda, bem organizada no dia do santo padroeiro é só festa e alegria. (C.A, 2015).

Na vila tudo é muito simples, mas foi construído com muita dedicação, carinho e principalmente muitas lutas, a nossa união pelos laços de amizade, parentesco e compadrio facilitou a interação e o desejo de cada dia melhorar o lugar que escolhemos para morar com a nossa família. Todos os moradores tinham ao redor da moradia plantações de árvores frutíferas.

A infraestrutura da vila é precária, pois apresentava baixo nível de saneamento básico. O fornecimento de água tratada era limitado, sendo que, por condições financeiras, poucas famílias utilizavam água de poços individuais, e, as famílias ribeirinhas, usam água diretamente do rio Xingu. A coleta de lixo era insuficiente. Grande parte dos resíduos era queimada nos quintais das residências. Como podemos observar nas fotos 01 e 02.

**Foto 01:** Vila Santo Antônio.



**Fonte:** Silva, 2011.

**Foto 02:** Queima de lixo nos quintais.



**Fonte:** Silva, 2011.

No que se refere à infraestrutura a vila dispõe dos serviços essenciais muito reduzidos. Dispõe de duas igrejas sendo uma evangélica (Assembleia de Deus), foto A, uma católica foto B, uma escola, integrado com um salão social onde acontece a festividade do santo padroeiro Santo Antônio foto C, uma caixa de água comunitária, foto D. E a vila tem outros espaços que marca a identidade de lugar como: o cemitério, o campo de futebol, alguns bares e o rio Xingu com suas belas praias. Como podemos observar na sessão de fotos 03 a parte estrutural construída pelos moradores.

**Foto 03:** Infraestrutura Vila Santo Antônio



**Fonte:** Silva, 2011.

As famílias revelam que tem afetividade e respeito com o rio que lhe proporcionava o lazer e principalmente o local de trabalho. A foto 04 a seguir, ao expõe o rio Xingu, e apresenta as embarcações que são usadas pelos moradores para o trabalho com a pesca. Os moradores praticam a pesca artesanal para comercialização tendo como referência a capturado de peixes ornamentais sendo que alguns predominam na região do Xingu.

Os pescados serviam como a principal fonte de alimentos para esses moradores e o excedente vende no povoado próximo a vila, para aumentar a renda da família e em alguns casos e a única existente.

**Foto 04:** Embarcações usadas para o trabalho.



**Fonte:** Silva, 2011.

O rio marca a história e a dinâmica espacial dessa vila, enfatiza que é por intermédio dele que há a penetração de pessoas, mercadorias e serviços. Pelo rio chegam produtos das florestas, ou dele mesmo, no caso o pescado. Mas por ele chegam os objetos, as mercadorias industrializadas vindas de lugares distantes. O rio enquanto via possui múltiplos pontos e por isso não podemos defini-lo isoladamente como elemento. O rio na verdade é o meio que permite a materialização da relação entre os distintos lugares e tempos na vila.

Muito embora a vila tenha começado na estrada, em função da abertura da rodovia, as famílias que fixaram morada virando-se para o rio e dinamizando a organização do espaço em função dele. Mas isso não excluiu a interferência da estrada, uma vez que o posicionamento da vila favorecia a parada de constantes visitantes, pessoas em deslocamento pela rodovia transamazônica. A seguir no mosaico de fotos 05, as imagens A e B apresentam-se os comércios que ficam na parte da frente da vila e que recebiam rotineiramente pessoas que procuravam apoio durante suas viagens.

**Foto 05:** Comércios da vila como ponto de parada para os viajantes.

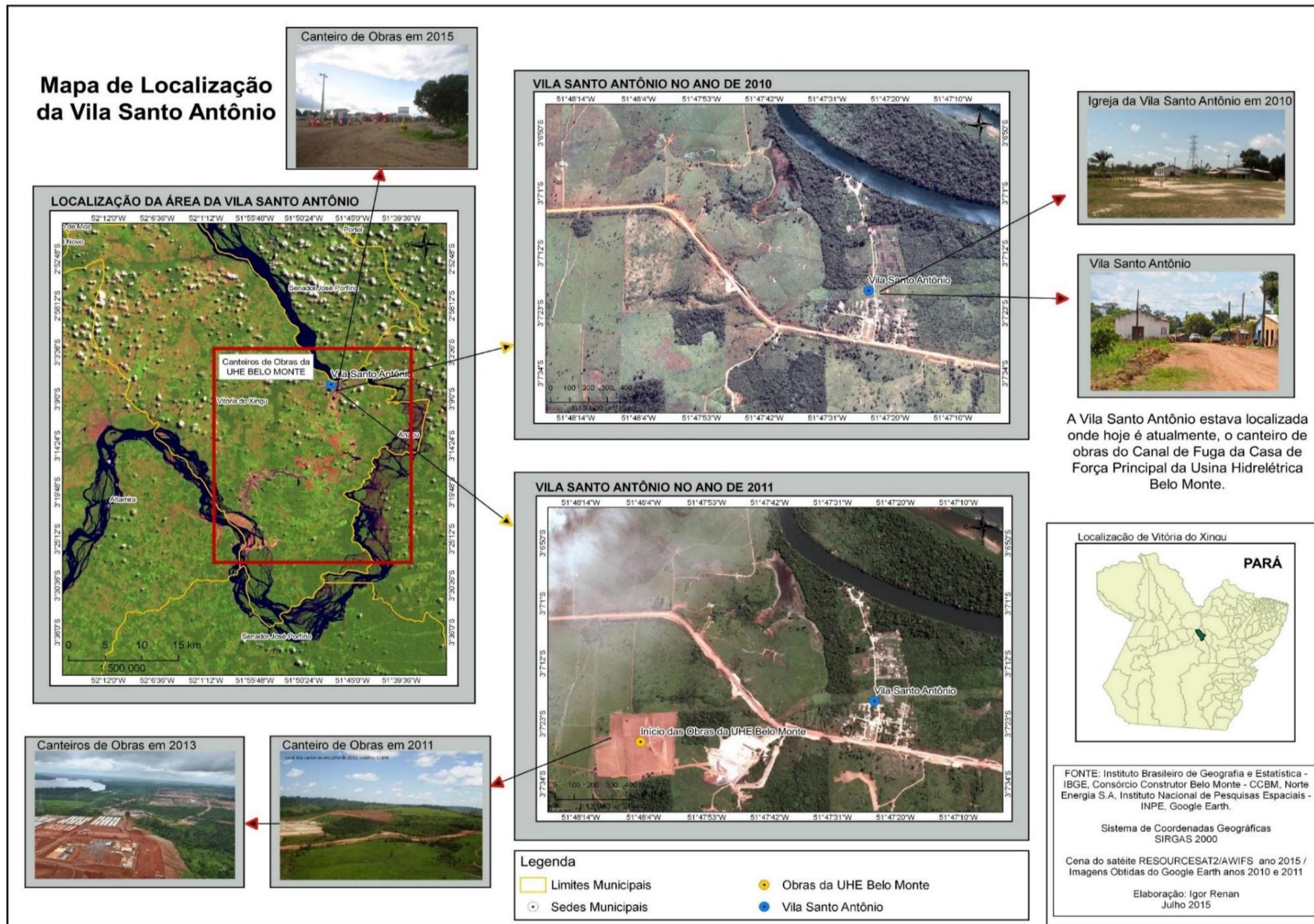


**Fonte:** Silva, 2011.

A construção da identidade está relacionada às trajetórias individuais e do grupo familiar, é possível reconhecer que os desejos dos indivíduos e a nova realidade podem gerar novas perspectivas. A influência da estrada é um diferencial para esta vila, ponto de parada para as pessoas que trafegam nesta rota, onde se encontram para conversar.

O processo de ocupação da vila marca o ano de 1973, com a vinda de vários migrantes em busca de melhor condição de vida. A localização da vila, MAPA (02), que em 2011 passa ter uma outra dinâmica em função da implantação do canteiro de obra, que possibilitou a chegada de mais moradores que vieram para a vila na perspectiva de adquirir um lote e construir uma casa pleiteando uma possível indenização. Esses moradores mantinham uma relação direta com o rio onde desenvolviam suas atividades como: serviço doméstico, pesca, lazer e o seu trabalho.

Mapa 02: Localização da Vila Santo Antônio



Fonte: IBGE, CCBM-Norte Energia, INPE, Google Earth. Elaboração : Igor Renan

Com a abertura da estrada na frente da vila auxiliou principalmente para os moradores que trabalhava nos pequenos comércios essa mudança veio com a chegada do canteiro de obra aonde os operários vinham frequentar e consumir, no entanto não durou muito tempo, pois em 2011 para 2012 os moradores tiveram que sair da vila e 2013 a vila já havia sido substituída por um estacionamento.

No caso específico da mudança no espaço da vila, essas alterações na vida dos afetados, em particular dos moradores, jamais poderão ser recompensadas ou indenizadas em valores materiais e principalmente imateriais. A construção de uma hidrelétrica transforma totalmente a realidade da existência desses moradores.

A área da vila Santo Antônio foi liberada pelo INCRA na abertura da Transamazônica e não tinha título definitivo com um total de 243 lotes reconhecidos, sendo que no início eram três famílias, com o passar do tempo e com as doações feitas por essas famílias principalmente aos seus parentes, o número de famílias chegou a 45, consideradas as famílias mais antigas. Com a especulação da hidrelétrica outras famílias foram chegando, pessoas principalmente oriundas de Novo Repartimento, Breu Branco e Tucuruí, contabilizando 225 famílias. De acordo relatos, as famílias deslocaram para vila interessadas na indenização no ano de 2010, e em sua maioria já possuíam parentes que residiam no local.

Os novos moradores que chegaram entre 2009 e 2010 todos parentes de quem já vivia aqui, vieram porque ficaram sabendo da história da construção de uma barragem e queriam receber indenização construíram suas casas e muitos nem aqui ficaram morando aqui só retornaram quando explodiu a notícia da construção da hidrelétrica. (A.S, 2015).

Os novos moradores da vila Santo Antônio foram atingidos no passado pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, e alguns não conseguiram receber a indenização na época, então quando ficaram sabendo dos rumores relacionados à construção da hidrelétrica no rio Xingu e as situações relacionadas à vila onde tinham alguns parentes logo vieram em busca de uma terra para construir sua casa e aventurar atrás de uma possível compensação.

Essas moradias novas são chamadas pela Norte Energia de “Telha branca”, por esse motivo vários problemas foram gerados entre antigos e novos moradores quando o empreendedor começou a realizar o cadastro de indenização.

Chegaram muitas pessoas atrás da indenização neste período e diversas casas forma construídas, e a Norte Energia não considera essas dentro do critério estabelecido para indenização, mas o problema e que alguns moradores com muita dificuldade tinha arrumado suas casinhas e a empresa avaliou da mesma forma a nossa propriedade comparando com essas novas, na realidade alguns moradores eles não queriam nem conversa, foi sofrido para pudemos provar o

tanto de tempo que estávamos morando na vila. Formos desvalorizados. Telha branca não entra no critério de indenização. (L.G, 2015).

Portanto, antes da instalação do canteiro de obra próximo a vila se vivia a dinâmica de laços familiares e parentescos na produção do espaço, em função disso, alguns moradores migram para seus lotes que ficavam em travessões que seriam desapropriados para a construção de estrada e de outras instalações que serviriam de aporte para a obra.

Os momentos festivos permaneciam como: os religiosos, as brincadeiras de vizinhanças na sede da vila, e a diversão no campo de futebol nos finais de tarde e nos fins de semana, onde acontecia o treino do Esporte Clube Santo Antônio. Como podemos ver (mosaico de fotos 06) a interação entre os moradores da vila com descontração.

**Foto 06:** Espaços de sociabilidade da Vila Santo Antônio



**Fonte:** silva, 2011.

No cenário acima os moradores estão reunidos para comemoração de um aniversário onde eles aproveitam para tocar, dançar e principalmente conversar referente à vila (foto A). Na foto B, socializando jogando nos fins de tarde e aperfeiçoando para participar dos torneios na região. Na foto C, momentos de meditação, agradecimento e devoção em honra ao santo protetor da vila e finalizando, na foto D, os moradores se reúnem para conversar após um dia

de trabalho. A transformação vivenciada pelos moradores a partir dessa nova dinâmica desestrutura os laços existentes entre eles.

### 1.3. O espaço produzido na comunidade Babaquara antes da construção da hidrelétrica Belo Monte.

A comunidade Babaquara está localizada no Assentamento Assurini, que possui este nome por ter pertencido até meados da década de 1960 a etnia indígena Assurini. De acordo com o site [socioambiental.org/pt/povo: Assurini \\_do \\_Xingu](http://socioambiental.org/pt/povo: Assurini _do _Xingu), a margem direita d Rio Xingu sempre foi chamada “Terra dos Assurini” pelos habitantes de Altamira e demais moradores das margens do referido rio, em seu curso médio. Esta área pertencia à União e era de grande importância para a mobilidade dos índios da tribo Assurini, que ali desenvolviam atividades de caça, pesca e coleta de frutos, como a castanha-do-pará.

Atividades essas, típicas da relação das populações locais com a floresta, populações agroextrativistas, que mantêm a dinâmica de vida parcialmente destoante a dinâmica da cidade, dos fluxos informacionais, das horas de trabalho e dos sentimentos com o lugar. Essas populações foram sendo, paulatinamente, expropriadas em função do avanço da fronteira agropecuária e dos projetos de colonização dirigidos pelo Estado.

Segundo relato do morador mais antigos, as primeiras famílias que se instalaram na comunidade Babaquara, entre as décadas 1940 e 1960, por meio da colonização espontânea no período de extração da borracha. De acordo com o morador de 80 anos, lembra saudoso a sua chegada à comunidade:

Quando vim do Ceará para o Pará na segunda reemersa do soldado da borracha precisamente 1º de outubro de 1953 e foi direto para rio Curuá coletar o látex para o patrão. Nesta época o patrão da borracha era: Amor, Pompeu, Antônio Meirelles e Isaac Benarock. Só que não deu mais certo descemos o rio em busca de lugar para morar foi quando paramos no Babaquara em 1962 e lá já estava o Raimundo Babaquara o primeiro morador e também o seu Joaquim Cumieira. E para sobrevivermos caçávamos animais silvestres para a retirada da pele como onça, gado maracajá, lontra e ariranha, quem comprava as peles era: seu Cicero Maia, seu Adão e o Milico que tinham uma empresa com o nome de Exportador Xingu e as peles custavam seis cruzeiros mandava para os Estados Unidos. Lembro que tinha muito pium. Lembra-se dos índios Assurini que dominava toda a região e atacava os homens brancos, mas uma expedição da FUNAI e o processo de colonização acabaram forçando a retirada deles daqui. (A.P, 2011).

As famílias migrantes, em sua maioria de origem nordestina, que trabalhavam na coleta do látex eram colocadas à margem do rio pelos patrões e paralelo a atividade de extração

realizavam a caça, a pesca e a extração de produtos silvestres, os quais eram trocados com os regatões<sup>4</sup>.

Notou-se, que a colonização documentada como espontânea não foi tão espontânea assim, pois resultou da necessidade de famílias que foram colocadas em situações quase desumanas para praticarem a extração do látex para o patrão, a queda do preço (desvalorização do repasse do látex para o patrão) e a retirada das pessoas das suas regiões de origem foram fatores que contribuíram para as famílias estabelecerem forçosamente suas práticas em um novo local, de modo que havia poucas condições para o retorno a sua região de origem. Além disso, neste primeiro momento de ocupação as famílias passaram por confrontos frequentes com os índios que habitavam a área naquele período:

No início não tinha casa era só mata, moramos numa moita coberta por lona durante três semanas. Passamos momentos de horror, pois os índios ficavam espiando de longe os nossos movimentos. Escapamos por sorte pela graça de Deus. O primeiro morador da parte de terra firme foi o seu Nor. E a minha família a segunda assim sucessivamente. Na margem do rio, já morava seu José Serafim, Posidônio, Messias (in memória), Elói e Nazaré Miranda. Relatos que o colonizador foi o seu Raimundo Babaquara do Maranhão (L.F, 2015).

A partir da década de 1970 percebeu-se que migrantes chegavam motivados pelas políticas públicas do Estado em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Como a maioria já praticava a agricultura e vislumbrava a posse do seu pedaço de terra para realizar o plantio, principalmente de lavoura branca de subsistência, então a colonização, a ocupação de novas áreas e os conflitos com outras populações se cristalizaram naquele contexto.

A relação com a terra na comunidade Babaquara não se restringiu a lavoura branca de subsistência, com o passar do tempo, várias outras atividades foram inseridas no setor agrícola, de forma especializada, principalmente o cacau e a pecuária. Isso, sobremaneira, ratifica as transformações históricas no uso da terra, nas relações com o lugar e na dinâmica produtiva da população local:

Estou na comunidade a vinte e dois anos. Planto cacau há três anos peguei as amêndoas na CEPLAC através do cadastro e tenho um reflorestamento de mogno, cultivo pimenta para auxiliar na renda e a lavoura branca como arroz e feijão para o consumo. Crio gado que costumo vender. Já recebi o financiamento do FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte). Com isso já plantei cupuaçu, pupunha e até açai. (V.D, 2015).

Na década de 1970, ocorreu o aumento no fluxo de migrantes, que buscavam empregos nos garimpos ou na Usina Abraão Lincoln<sup>5</sup>. Neste período, famílias de outras regiões do país

<sup>4</sup> Vendedor que usa barco para percorrer uma região. Que regateia no preço.

<sup>5</sup> Ficou popularmente conhecida como Usina do PACAL, no Km 92 entre Altamira e Itaituba.

foram estimuladas a trabalharem na plantação da cana-de-açúcar para abastecimento da usina de açúcar e de álcool, com o declínio da usina muitos procuraram um "pedaço de terra" para recomeçar a sua vida e não retornaram a região de origem. Da mesma forma, as famílias que vieram para os garimpos e não alcançaram sucesso, deixaram a atividade e empreitaram na experiência de trabalhar a terra com produtos agrícolas, principalmente a lavoura branca.

A partir da década 1980, a chegada de posseiros vindos de outros Estados, principalmente nordestinos, intensifica a colonização afastando-se do rio, por não haver mais espaço à margem dos cursos hídricos ou serem espaços proibidos para ocupação, muitas famílias abriram picadas<sup>6</sup> no interior da floresta, visando à ocupação de novas áreas, principalmente nas proximidades dos igarapés Conradinho e Babaquara, os quais serviram como fonte de alimento (peixes), de uso doméstico, de lazer, de dessedentação<sup>7</sup> de animais, de irrigação e como demarcação entre as propriedades recém-adquiridas.

No final dos anos de 1980, o INCRA começou a reconhecer parte da área ocupada e entregar documentos dos lotes aos pequenos agricultores, cujo tamanho médio das propriedades era de 100 hectares para cada família. Neste período, ocorreram inúmeras dificuldades, sobretudo de acesso aos lotes, não permitindo aos agricultores aumentar as áreas de cultivo para fins de comercialização, e era quase impossível o escoamento dos produtos, principalmente para as propriedades localizadas mais distantes da margem do rio e que desenvolviam suas atividades para subsistência da família e pela garantia da posse da terra:

Planto arroz, feijão, milho e mandioca para o consumo e diz que não recompensa vender, pois o frete acaba saindo muito caro, sai cinco reais por saco. Com isso estraga muitas frutas e o cultivo do cacau fica comprometido principalmente no período chuvoso que é quase impossível sair com qualquer carga (M.B, 2015).

Segundo o depoimento dos moradores que fundaram a comunidade, nesse período as famílias sobreviviam dos cultivos recém-plantados e de outros produtos extraídos do interior da floresta, principalmente o açaí, (*Euterpe oleracea*), castanha-do-pará, (*Bertholletia escelsa* H.B.K) e da caça do gato maracajá (*Leopardus wiedi*) para a comercialização do couro a regatões, procedentes da cidade de Altamira.

Como alternativa de produção, moradores retiravam parte significativa da vegetação originária para implantar pastagem na perspectiva de criação de bovino, todavia, essa prática

---

<sup>6</sup> É um caminho na mata aberto por foice ou facão, para se chegar a um destino.

<sup>7</sup> É onde os animais mitigam a sede em qualquer local onde se acumula água; podem ser bebedouros, lagos, ribeirões, açudes, etc.

acontecera ao mesmo tempo do avanço do desmatamento e da transformação das relações com o lugar.

De acordo com os relatos, essa estratégia favorecia a mercantilização da produção agropecuária, mormente por não precisar parcialmente de transporte automotivo e, além disso, o gado com característica genética mista garante o consumo de leite e dos seus derivados em determinado período do ano. Como nos conta um morador da sua dificuldade de chegar com os animais até sua propriedade:

Geralmente trazíamos poucas cabeças de gado porque eles viam numa balsa improvisada até na entrada da propriedade do senhor Lourenço, tirávamos tudo com muito cuidado colocava na picada e com ajuda de alguns moradores trazíamos para a parte de trás, onde fica meu lote. Pensa numa situação triste, às vezes sumiam no meio do mato nem sempre achávamos todos. Mas vencemos. (F.C, 2015)

E que para alguns moradores e como uma espécie de poupança como comenta um morador triste pelas transformações que vem acontecendo na comunidade principalmente depois da chegada da barragem onde alguns venderam sua propriedade para poder ir aventurar uma vida melhor na cidade em busca de emprego na obra ou terceirizada que prestava serviço:

O gado hoje na propriedade para colono do Babaquara é igual a uma reserva que ele tem. Para o fazendeiro é o comércio. A nossa realidade hoje e que algumas pessoas com mais dinheiro tão comprando as propriedades aqui e transformando em grandes fazendas de gado de corte. Eles moram na cidade e só vem aqui no final de semana para o lazer ou para acompanhar a vacina ou a entrega das cabeças que venderam. Se continuar assim não sabe o que vai ser de nós os pequenos. Só lamento aqui já foi melhor de morar. (P.P, 2015).

Até a consolidação e o avanço das políticas públicas, elementos que remontam a década de 1990, a comunidade vivenciou a situação de extremo abandono, com ausência substancial de direitos civis, como educação, saúde e transporte com dignidade. Em relação ao transporte da produção, o mesmo era realizado em animais e muitas vezes nas próprias costas dos trabalhadores, que andavam por picadas abertas na floresta até à margem do rio, onde ainda padeciam com a inconstância do fluxo dos barcos. Nesse período, iniciaram-se incentivos como a construção de escolas e postos de saúde e, em seguida, a construção do ramal, ainda com saída para o rio. O morador que participou de todo o processo de transformação da comunidade comenta como surgiu a escola:

Aqui na comunidade construímos três escolas a primeira em 1988, quando um grupo de pais, preocupado com muitas crianças sem estudar e sem escola surgiu à ideia de construir uma barraquinha de barro coberta de palha no terreno da dona Chica. Logo depois derrubamos essa e construímos uma de madeira num lugar mais centralizado para ser mais acessível e todos pudessem colocar os filhos para estudar porque não tinha transporte. E na época do prefeito Armindo foi construído essa que tem agora. Só que nunca foi

inaugurada oficial. Essa começou a funcionar na administração do prefeito Mauricio. Lembro que o professor era pago pelo município de Altamira, e a comunidade pertencia a Senador. (P.A, 2015).

Em 1995, o INCRA fez o reordenamento fundiário, reconhecendo como legítimas as áreas dos colonos que ali se encontravam. Esse processo favoreceu a formação da comunidade com base nos laços de amizade e de parentesco, o que foi característico da formação sócio espacial da comunidade Babaquara.

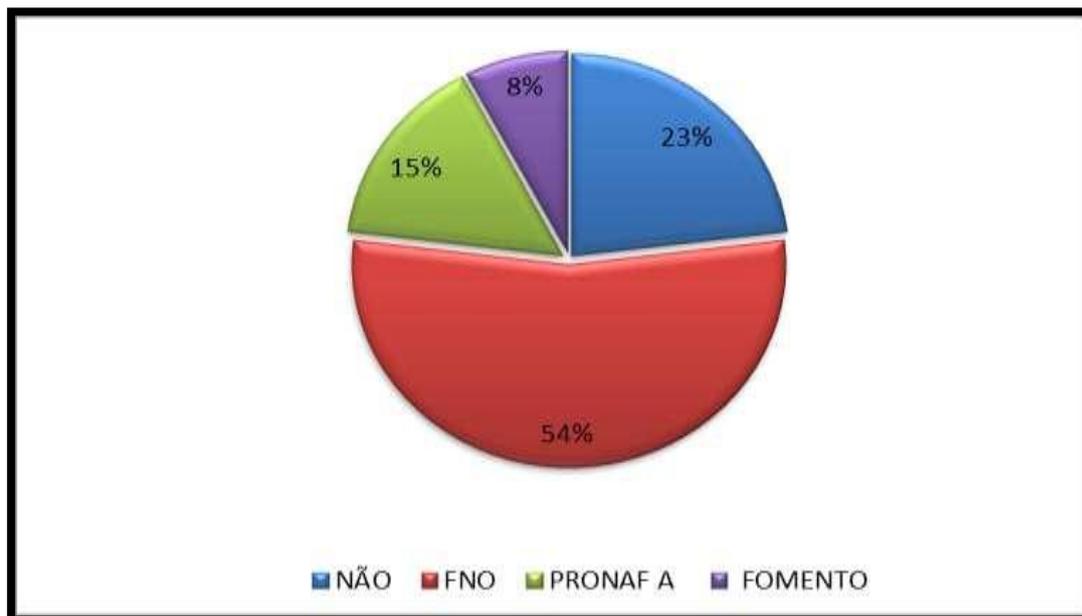
A abertura da estrada Transassurini, na década de 1990, mais precisamente em 1997 possibilitou o transporte coletivo como alternativa para escoamento da produção, bem como facilitou o acesso ao núcleo urbano de Altamira, em função dos trinta e três (33) quilômetros de estrada que liga o porto da balsa ao núcleo de terra firme da comunidade.

Neste perímetro encontra-se uma bifurcação que determina o início da comunidade na parte de terra firme. Lembrando que até no ano de 1997 a comunidade pertencia ao Município de Senador José Porfírio mais era atendida pelo município de Altamira diante disso os moradores se mobilizaram para conseguir que a comunidade fosse inserida totalmente a realidade que vivia através de negociações com o poder público local. Como conta um morador que participou de todo processo de organização:

Naquela época tivemos que se organizar para alcançar nossos objetivos, porque aqui era município de Senador, mas quem fazia por nós já era os representantes de Altamira (Principalmente na questão de educação, pagava o professor, merenda e as outras necessidades básicas). Tivemos ajuda da igreja católica e do sindicato dos trabalhadores que nos orientou na organização de todo o processo (P.A, 2015).

Neste contexto, constituiu-se na comunidade um novo modelo de exploração dos recursos naturais, primando pela produção não apenas para o autoconsumo familiar, mas para a participação no mercado consumidor, incrementando força a economia e influenciando diretamente o sistema de produção dos estabelecimentos locais.

No bojo dessa dinâmica, os incentivos dos programas do governo aos agricultores objetivavam beneficiá-los com incentivos para criação de gado, construção de curral, beneficiamento do plantio de café e açaí. No caso do financiamento para implantação da lavoura cacaueteira, era necessária a organização de grupos com cinco pessoas para receber o auxílio do projeto proposto pela EMATER. Além do auxílio financeiro, a comunidade contou com a contribuição para aquisição de materiais como: arame, motor, caixa d'água e equipamentos para a produção agrícola. Os tipos de financiamento mais acessíveis aos moradores da comunidade. (Gráfico 01).

**Gráfico - 01** Tipos de financiamentos

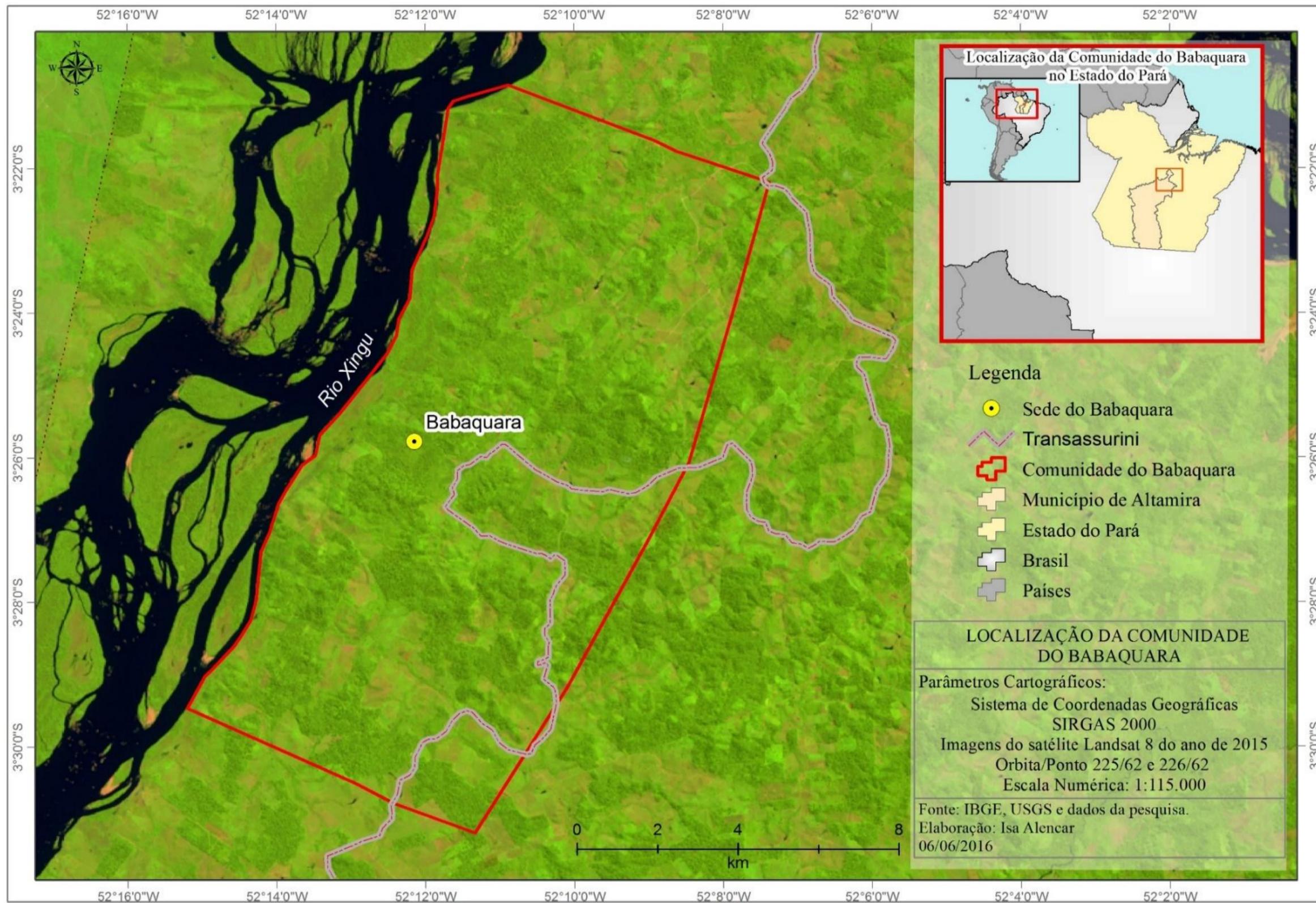
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015.

Atualmente, a comunidade pertence ao projeto de assentamento criado através da Portaria INCRA-SR 01 nº51 de 17 de julho de 95, a comunidade Babaquara faz parte do PA Assurini que possui uma área de 32000 hectares e previa a criação de 300 unidades familiares.

Na área que hoje pertence ao assentamento, já havia muitas famílias de agricultores, cujo objetivo do INCRA era manter essas famílias e conquistar outras, proporcionando melhor nível de renda (SILVA, 2005).

A seguir o MAPA (03) destaca-se a localização da comunidade, de modo que se pode perceber a ligação da mesma, tanto com rio quanto com a estrada de acesso.

**Mapa 03:** Localização da Comunidade Babaquara



**Fonte:** IBGE, UGS e dados do campo. Elaboração Isa Alencar

A produção do espaço da comunidade Babaquara aconteceu marcada por elementos típicos da estrutura local, baseada na floresta e nas diferentes relações com rio. A política de colonização ou a construção da estrada não teriam tanta relevância se analisadas apenas os elementos materiais, mas entendendo as transformações e as implicações nos significados do lugar, a partir de uma abordagem das subjetividades, verifica-se a importância dessas, assim como a construção da hidrelétrica na relação sociedade e espaço.

#### 1.4. O lugar da condição camponesa: a comunidade e a vila.

Discutir sobre a produção do espaço e os modos de vida da população local, da vila Santo Antônio e da comunidade Babaquara, e não tratar do conceito de lugar e das dimensões que essa possibilidade teórica-conceitual abarca, pode ser penoso no constructo da dissertação. Aliás, “a força própria do lugar vem das ações menos pragmáticas e mais espontâneas, frequentemente, baseadas em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade” (SANTOS, 2012, p.228).

Importante marcar que a condição de vida camponesa, a estrutura de colonização, a apropriação e o uso o da terra caracterizam o exercício da criatividade e da espontaneidade da população do campo. A isto, sente-se a necessidade de introduzir notas sobre o conceito de lugar, evidenciadas no pensamento de Santos, para quem.

O Lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, [...] interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual. (SANTOS, 2012, p.259).

A construção da UHE Belo Monte tem revelado a dimensão da resistência propagada pelo lugar, retifica-se, pela população que mantém vínculos simbólicos com o espaço e que constroem a dimensão do lugar no escopo da dissertação. A história de cerca de cinco ou seis décadas de ocupação das comunidades construíram subjetividades na relação sociedade-espaço, subjetividades explicitadas nos simbolismos, na fé, nas tradições e nos costumes locais. Sobre lugar, aborda-se:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida.

“No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tenha usos e sentidos em si” (CARLOS, 2007, p.22).

Tudo isso, de algum modo, foi paulatinamente modificado face ao avanço capitalista com a construção da UHE Belo Monte. Este avanço causou rupturas no lugar, e a possibilidade de tratar a produção espaço como condição, como meio e como produto dos choques entre a apropriação e a dominação do espaço pelos sujeitos locais e pelos sujeitos do capital. Quanto aos problemas vividos, nota-se na fala de um dos moradores da comunidade Babaquara que acompanha toda a transformação na comunidade, principalmente na parte de terra firme e não tem expectativas sobre o que acontecerá com o lugar, quando a hidrelétrica for concluída.

As pessoas ficaram preocupadas porque eles andam fazendo essas medições, colocando placas nas áreas mais baixas, mais até agora nunca nos informaram nada sobre a nossa região. O que vai acontecer com o baixão não sabe se vai entrar água nessas matas o que vai virar isso. Eu não consigo compreender o que vai acontecer quando tudo isso terminar, está concluído. Hoje o que nos resta e só dúvida e muitas incertezas do futuro para quem mora aqui na parte de trás mais muito próximo dos igarapés (T.A, 2015).

Esse fragmento da fala da entrevistada remete ao texto de Santos “A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção” de 2012, em que expressa.

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são à base da vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre a organização e a espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2012, p.322).

É no lugar, e aqui cabe ponderar sobre as comunidades, que se pode perceber a dicotomia entre apropriação e dominação, união e desunião, valor de uso e valor de troca intrincados na formação sócio espacial da vila Santo Antônio e da comunidade Babaquara.

Assim, o lugar se torna o centro das paixões e da ação comunicativa, da resistência, o lugar, por excelência, é referência dos significados da transformação do espaço agrário e da readequação desse espaço em função das demandas do capital. É importante não esquecer, e pôr a pensar, de acordo com Souza (2013) que:

Feitas essas ponderações, é possível valorizar o conteúdo de *espaço social* sem, por outro lado, abrir mão do de *espaço geográfico*. Da perspectiva da pesquisa sócio espacial, é como se tivéssemos duas ‘camadas’ ou dois níveis de conceitos primordiais, sendo o conceito de espaço geográfico um pouco

mais amplo, e o de espaço social (que equivale a uma qualificação do espaço geográfico) podendo ser compreendido como mais específico e, a rigor, mais central. Das interfaces do espaço social com as diferentes dimensões das relações sociais emergem os conceitos de território, *lugar* e muitos outros, que podem ser vistos como conceitos derivados (SOUZA, 2013, p.32).

É a partir da materialização produtiva e das simbologias do espaço social, ou seja, da interface dialética entre sociedade e espaço que o conceito de lugar tomará importância na hora de qualificar os modos de vida da população local. Num contexto amplo, vários autores já trataram das populações tradicionais da Amazônia e sua relação com a terra e as benesses da floresta.

Porto Gonçalves (2010) abordou que período após período sempre ignoram as populações amazônicas, particularmente, os indígenas, caboclos e demais trabalhadores agroextrativistas que, desse modo, não são contemplados devidamente nas diversas perspectivas de desenvolvimento para a região, preferindo-se falar de um vazio demográfico (e cultural).

Não é diferente com as populações impactadas pela construção da UHE Belo Monte, no qual os sujeitos locais são expropriados das suas terras e parcialmente remanejados para novos espaços de sociabilidade que divergem características materiais e imateriais daqueles espaços anteriormente ocupados. Importante frisar que.

Esse preconceito se manifestará com todo o seu peso contra a Amazônia e suas populações, sobretudo a partir de finais dos anos 60, quando, enfim, o bloco de poder constituído em âmbito nacional reúne condições materiais para fazer o que entende por ‘povoamento’ e ‘desenvolvimento’ na Amazônia. Os conflitos com as populações remanescentes de indígenas, caboclos, seringueiros e negros de antigos quilombos se acentuarão, acrescentados por uma leva de novos camponeses pobres estimulados a migrar para a região nos últimos trinta/quarenta anos. Esses conflitos são a melhor demonstração prática de que a região não era um vazio demográfico e que esse mito é parte desses conflitos dos quais a região se tornará palco (GONÇALVES, 2010, p.38).

Nesse processo são criados vários movimentos sociais que lutam pelos interesses das populações locais e pela proteção do meio ambiente. A defesa do lugar acontece antes ou ao mesmo tempo em que se materializam as desigualdades sócio espaciais provenientes do avanço capitalista e do choque com o mundo do outro.

Porto Gonçalves (2010) diz que a partir de meados de 1980, vários encontros reuniram na Amazônia pescadores, seringueiros, populações remanescentes de quilombos, ou ainda atingidos por barragens, quebradeiras de coco babaçu, comunidades indígenas e assentados. Esses encontros se repetem no contexto de construção da UHE Belo Monte, claro, transvertidos

de outras ideologias e de um espaço marcado por relações fluídas típicas do meio técnico-científico e informacional.

Segundo Souza (2013), que o verdadeiro *Leitmotiv* do conceito de lugar, são os elementos culturais e simbólicos. Por isso, no escopo da dissertação, entender os conteúdos do lugar e as práticas simbólicas existentes (ou que deixaram de existir) são elementos para a compreensão das condições de vida camponesa e das paixões instituídas no espaço. Antes, pondera-se o que:

Se todo lugar é um espaço social, nem todo espaço social é um ‘lugar’, ao menos no sentido forte aqui especificado: o espaço social é aquele espaço produzido socialmente, fruto da transformação e apropriação da natureza, ao passo que um lugar é um espaço dotado de significado, um espaço vivido. No entanto, seria plenamente suficiente reter essa formulação? Acredito ser necessário proceder [...] e tomar a interpretação do lugar como um *espaço dotado de significado*, como um *espaço vivido*, simplesmente como uma *primeira aproximação conceitual*. Isso porque, mais exatamente, os lugares merecem ser entendidos como *as imagens espaciais em si mesmas*. [...] As imagens e os sentidos de lugar não são ‘coisas’ materiais – e, por derivação, os próprios lugares, enquanto tal não deve ser assimilado diretamente à materialidade. Os lugares só existem *pela* e na ‘topofilia’ (ou pela ‘topofobia’, tanto faz). Sem os sentimentos e as imagens que se produzem e reproduzem na comunicação e nos discursos, o que há é o substrato material, não o lugar (SOUZA, 2013, p.117-118).

O espaço vivido na comunidade Babaquara e na vila Santo Antônio representa (ou representou) acerca da formação socioespacial daquelas localidades, acerca das aproximações e dos afastamentos, dos gostos e dos desgostos. A transformação nas relações socioespaciais têm mostrado os conflitos que os diferentes sujeitos (re) produzem na busca ora da apropriação e ora do domínio espacial.

O lugar, sobremaneira, não é um substrato material, o espaço sim, mas o lugar não, este, é assimilado pela constituição de relações subjetivas com o espaço e na configuração de uma rede orgânica e solidária de sociabilidade entre sujeitos que muitas vezes cresceram juntos e dividiram sonhos parecidos. Ainda sobre o lugar e a constituição de simbolismos, explicita-se.

O sentido simbólico de um lugar, por outro lado, pode ser construído tanto por seus moradores quanto por interesses e pessoas externas ao lugar, seja a população em geral ou um específico segmento dela, seja grupos empresariais ou ainda o Estado. Os lugares simbólicos resultam de complexo processo de criação, interno ou externo, para o qual há várias tensões que envolvem diferentes grupos agentes sociais, criadores e usuários de significados (CORRÊA, 2012, p.140).

A transformação nos modos de vida da população e a (re) estruturação do espaço agrário tem como marco, justamente, as distintas significações dadas ao lugar pelos diferentes sujeitos que se apropriam ou que dominam aquelas comunidades num período determinado.

Principalmente após a execução das obras na usina, que estão com mais de 80% da obra de engenharia civil acabada, pessoas externas ao lugar trouxeram novos significados espaciais e elementos técnicos que reformularam as dinâmicas e os tempos de vida da população local. Por isso, a análise do lugar é seguida à reflexão sobre o enfraquecimento das relações simbólicas que a população guardava nos modos de vida local.

É a partir daí que se descerra a perspectiva da análise do lugar na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana. O lugar permitiria entender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar seu processo de mundialização. Ao mesmo tempo em que o lugar se coloca enquanto parcela do espaço, construção social. O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis. (CARLOS, 2007, p.14).

Foram as coações dos sujeitos do capital, que intensificou as rupturas no lugar, e a transformação no espaço vivido das comunidades. Mesmo que a população local mantenha modos de vida diferenciados das dinâmicas de expansão e de valorização do capital. É pretensioso afirmar que as subjetividades do local não sejam influenciadas pelas dinâmicas informacionais, tecnológicas e, mesmo, ideológicas – propagadas pela economia mundo, pelo poder global.

Mesmo assim, cabe aqui, ratificar que o lugar guarda uma memória particular, muitas vezes singular, em relação a sua formação sócio espacial. É isso que modela as diferentes formas de se olhar para o espaço, de viver no espaço, de se (re) produzir o espaço e de transpassar de geração em geração as marcas do lugar de vivência daquela população. Por isso, importante marcar:

Isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. (CARLOS, 2007, p.14).

Na dimensão do próprio corpo, que o lugar ganha suas cores, seus cheiros, seus jeitos, igualmente, podem ser imperceptíveis pelo olhar e pelo sentir de sujeitos externos ao lugar e que só o veem a partir da dimensão mais material, funcional e do valor de troca.

Tanto na vila Santo Antônio quanto na comunidade Babaquara, elementos como a religião, as festividades, os bares, o uso da terra, o rio, os cemitérios, as escolas e os postos de saúde são referenciais solidários e orgânicos do contato e da integração da população local com o uso do espaço. Esses contatos revitalizam a memória de um tempo passado, de espacialidades

pretéritas, e refletem acerca das novas divergências e das novas dinâmicas impostas pelo mundo do outro na e para a estruturação de um espaço de conflitos.

No dia de Santo Antônio é um momento de agradecimento por todas as bençãos que recebemos durante o ano, por isso sempre fazemos tudo com muito amor, dedicação e união. Todos se empenham na festividade, tudo é maravilhoso. Sinto-me orgulhosa de fazer parte dessa linda história dessa vila. A nossa igreja é linda, bem organizada no dia de hoje (refere-se ao dia 13 de junho, festa de Santo Antônio, padroeiro da vila) é festa (L.P, 2015).

De todo modo, com a vivência ou o cotidiano é que só apreende sobre a realidade do lugar, e a vivência se concretiza com trabalhos de campo e a observação empírica, não no sentido neutro, de recorte e observação da realidade, mas no sentido de participar da vida e do dia a dia das populações locais, no cerne de compreender as dimensões subjetivas intrincadas na relação sociedade-espaço. Sobre isso, cita-se.

O lugar é à base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade* habitante - identidade - lugar. [...] as relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p.17).

Assim, se construiu uma rede de significados típicos do lugar, uma rede de simbologias entendidas quase que unicamente pela população que ali habita (ou habitou), no bojo da formação e da deterioração das comunidades rurais tratadas no escopo da dissertação.

As festividades religiosas locais, por exemplo, seguidas de procissões, de missas e de cultos são referenciais, pelo pôr a pensar, que principalmente aquela população entendia os caminhos, os horários e os jeitos dos costumes locais. Como podemos contemplar o momento a seguir (foto 07).

**Foto 07:** Momento de culto na vila santo Antônio.



**Fonte:** Silva, 2011

O apego das pessoas com o lugar, muitas vezes estava diretamente relacionado às relações de trabalho e as profissões que foram repassadas de geração em geração naquelas comunidades. Segue-se a isto, o lazer, praticado, maiormente nos campos de futebol, no rio ou nos bares sempre após o dia cansativo de trabalho. Estas são marcas para a formatação das lembranças, dos costumes e das subjetividades do lugar e do cotidiano. Mesmo com as particularidades, importante pensar que.

O caminho que se abre à análise é pensar o cotidiano — onde se realizam o local e o mundial — que é um tecido pelas maneiras de ser, conjunto de afetos, as modalidades do vivido, próprios a cada habitante produzindo uma multiplicidade de sentidos. Podemos buscar o entendimento do lugar nas práticas mais banais e familiares o que incita pensar a vida cotidiana segundo a lógica que lhe é própria e que se instala no insignificante, no parcelar, no plural. (CARLOS, 2007, p.20).

É na análise do cotidiano que a história do lugar vai se embrincando com a história da natureza, e a história da natureza vai se embrincando com a história do lugar. Doravante, a materialidade do espaço já não evidencia elementos condicionantes do lugar, pois este já aborda elementos subjetivos na sua constituição.

As famílias que viviam basicamente do cultivo da terra, da pesca artesanal, da pesca comercial e da prestação de serviços nas fazendas circunvizinhas, na base da Petrobrás no vilarejo de Belo Monte, na escola da vila e alguns viviam de aposentadoria tiveram seus cotidianos abruptamente alterado. As comunidades estão (ou já foram, caso de Santo Antônio), paulatinamente, se desfazendo. Com o cerne desse processo surgiu à necessidade de um estudo aprofundado sobre a vida das pessoas e do processo de readaptação às novas situações e espaços vividos, vivenciados. Assim:

A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feitas de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo (CARLOS, 2007, p.22).

A história de constituição do lugar não é regular, tampouco única, o histórico das populações locais tende a revelar as fragmentações e os resíduos encaixados num todo dinâmico e muitas vezes contraditório.

De todo modo, as rupturas recentes na estrutura do lugar transpassam qualquer processo natural da formação econômica, social e espacial daquela população. As Comunidades / Vilas, historicamente, tiveram que se transformar e esses espaços passaram a ter novos usos e, conseqüentemente, configurar territórios com diferentes interesses.

Nas Comunidades Camponesas foram criados mecanismos para que os camponeses e trabalhadores da terra adquirissem novos hábitos, comportamentos e valores, visando torná-los produtores e consumidores. É como se os espaços desses sujeitos contrariassem a ordem da sociedade e, portanto, deveriam ser modificados.

A diversidade da condição camponesa considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas: os extrativistas que usufruem dos recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (NEVES e SILVA, 2008, p.9).

Com o desenvolvimento do capitalismo, as transformações ocorridas no campo brasileiro provocaram mudanças na produção, na organização do espaço geográfico e nas relações sociais de trabalho ampliando assim, a desigualdade social, por meio da exclusão, desapropriação territorial e domínio social sobre a maior parte da população rural.

As condições camponesas da vila Santo Antônio e da comunidade Babaquara no decorrer dos processos históricos ocorreram algumas transformações tanto na sua estrutura familiar quanto no modo de produzir e de se organizar economicamente e cultural, pois tiveram que se alocar dentro de uma nova ordem de relações imposta pela sociedade capitalista:

Os colonos com essa história de barragem deixaram a agricultura familiar de lado. O povo correu para o empreendimento e largou à agricultura a maioria das pessoas deixou tudo, criando confusão entre as famílias gerando separação, porque o cara queria ir trabalhar nas empresas e deixar a família sozinha na roça. (P.A, 2015).

Nesta situação os moradores da vila Santo Antônio tiveram sua condição camponês alterado devido à implantação da hidrelétrica Belo Monte, pois tiveram que deixar a vila e se adaptar a novos lugares. Sendo que a maioria não continuou realizando as atividades que faziam antes:

Antes quase todos viviam da pesca, tanto para comer, como para vender. Criei meus filhos tirando o alimento da natureza e agora, não sei nem para onde vou e nem sei se vai ter pelo menos água imagina peixe. Meu Deus!!! (H.G, 2015).

Na comunidade Babaquara a lógica foi alterada pela forma de ocupação, na parte de terra firme deixaram de produzir a lavoura branca de subsistência e extrativismo e passaram a pensar na lógica do mercado capitalista. Na parte que fica às margens do rio paralisaram as atividades depois da visita de representantes do Consórcio Norte Energia com o discurso que seria indenizado e a partir do cadastro não pagariam pelas benfeitorias feitas na propriedade:

A Norte Energia fez o levantamento e deu o conselho que deixássemos de trabalhar no cultivo que o governo vai indenizar. Quando tudo isso terminar vai ser ruim vem à crise econômica e fica tudo abandonado. Todo o dinheiro ainda é pouco, pois o dono batalha e tem amor pela terra. (L.F, 2015).

Desta maneira percebe-se que com a chegada de um grande projeto hidrelétrico na região do Xingu e a ganancia evidenciada pela lógica da valorização do capital torna a vida daqueles que viviam a condição camponesa invisível diante do interesse do Consorcio construtor.

A incompreensão da condição camponesa na atualidade tem consequências graves para a reprodução do modo de vida da população da vila e da comunidade estudada. Mas se observa

que a política regional desenvolvida não complementa a importância dessa população para o mercado local.

Deste modo, quando se esforça para dar maior consistência à noção de condição camponesa, mostrando sua relação com a base empírica que apresenta o espaço rural e com as formulações teóricas que tem buscado interpretar as transformações vividas nas últimas décadas, buscando contribuir para uma nova leitura do rural e do fazer agricultura. Assim, as permanências podem indicar pontos relevantes na construção da agricultura do futuro, a qual se compreende de forma abrangente como viver na e da terra.

Nesta construção, a condição camponesa não é um conjunto de dimensões que explicam a negação à modernização ou a globalização, mas sim um conjunto de aspectos que credenciam os camponeses de hoje a transformarem a agricultura do amanhã.

## CAPÍTULO II - A HIDRELETRICA BELO MONTE QUE APORTA NA MICRORREGIÃO DE ALTAMIRA.

Ao longo das últimas três décadas o projeto da construção da usina hidrelétrica no Rio Xingu, no Pará, sofreu diversas reviravoltas. O projeto começou a ser discutido em meados dos anos 70, durante a ditadura militar e desde então, sofreu diversos embargos. Há três anos foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, há cerca de três meses começou a ser efetivamente construído. (ISA, 2011). Confira a cronologia da história da UHE Belo Monte no quadro 01:

**Quadro 01:** Cronologia da história - Hidrelétrica Belo Monte

ANO	HISTÓRICO HIDRELETRICA BELO MONTE
<b>1975</b>	A recém-criada Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás na Amazônia Legal, inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu.
<b>1980</b>	O estudo detectou que para o aproveitamento integral da Bacia do Rio Xingu, foram previstos sete barramentos, que gerariam 19 mil megawatts (MW). Essas usinas representariam o alagamento de mais de 18 mil km <sup>2</sup> e atingiriam sete mil índios, de 12 Terras Indígenas, além dos grupos isolados da região.
<b>1989</b>	Com o projeto aprovado pelo governo, acontece o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro, em Altamira (PA), feito pelos indígenas Kaiapó. O objetivo é protestar contra a construção do Complexo Hidrelétrico, a índia Tuíra, em sinal de protesto, levanta-se da plateia e encosta a lâmina de seu facão no rosto do presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz, que fala sobre a construção da usina Kararaô (atual Belo Monte). A cena é reproduzida em jornais e torna-se histórica. O encontro teve a presença do cantor Sting. O nome Kararaô foi alterado para Belo Monte em sinal de respeito aos índios.
<b>1994</b>	Novo projeto, remodelado para se mostrar mais palatável aos ambientalistas e investidores estrangeiros, é apresentado. O reservatório passa de 1.225 km <sup>2</sup> para 400 km <sup>2</sup> .
<b>2001</b>	O Ministério da Ciência e Tecnologia anuncia um plano de emergência que inclui a construção de 15 UHE, entre elas o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. Governo edita a Medida Provisória 2.152-2, em junho, conhecida como MP do Apagão, que, entre outras medidas, determina que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabeleça licenciamento simplificado de empreendimentos do setor elétrico de “baixo impacto ambiental”. Divulgado um plano de emergência de US\$ 30 bilhões para elevar a oferta de energia no país, o que inclui a construção de quinze usinas hidrelétricas, entre elas, Belo Monte. A Justiça Federal determina a suspensão dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) da usina.

<b>2002</b>	Contratada uma consultoria para definir a forma de venda do projeto de Belo Monte. O presidente Fernando Henrique Cardoso critica ambientalistas e diz que a oposição à construção de usinas hidrelétricas atrapalha o País. O candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva lança um documento intitulado O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil, que cita Belo Monte e diz que "a matriz energética brasileira, que se apoia basicamente na hidroeletricidade, com megaobras de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica
<b>2006</b>	O processo de análise do empreendimento é suspenso e impede que os estudos sobre os impactos ambientais da hidrelétrica prossigam até que os índios afetados pela obra fossem ouvidos pelo Congresso Nacional.
	O Ministério Público suspende o projeto devido a licitação irregular.
<b>2007</b>	Depois de várias derrotas na Justiça, o Governo Federal inclui Belo Monte no PAC e busca derrubar na Justiça todos os impedimentos para o licenciamento da obra. Durante o Encontro Xingu para Sempre, índios entram em confronto com o responsável pelos estudos ambientais da hidrelétrica, Paulo Fernando Rezende, que recebe um corte no braço. Após o evento, o movimento elabora e divulga a Carta Xingu Vivo para Sempre, que especifica as ameaças ao Rio Xingu e apresenta um projeto de desenvolvimento para a região e exige sua implementação pelas autoridades públicas. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de Brasília, autoriza a participação das empreiteiras Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez nos estudos de impacto ambiental da usina
<b>2009</b>	A Justiça Federal suspende licenciamento e determina novas audiências para Belo Monte, conforme pedido do Ministério Público. O IBAMA volta a analisar o projeto e o governo depende do licenciamento ambiental para poder realizar o leilão de concessão do projeto da hidrelétrica, previsto para 21 de dezembro. O secretário do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, propõe que o leilão seja adiado para janeiro de 2010
<b>2010</b>	O Governo consegue a licença ambiental para a instalação da usina. Depois de três liminares derrubando o leilão, o consórcio Norte Energia fatura a construção de Belo Monte. A licença é publicada em 1º de fevereiro. O leilão foi realizado em 20 de abril, sendo vencedor o Consórcio Norte Energia S/A (NESA) com lance de R\$ 77,00 por MWh. Em 26 de agosto é assinado o contrato de concessão.
<b>2011</b>	Em 26 de janeiro, o IBAMA concede à Norte Energia uma licença válida por 360 dias para a construção da infraestrutura que antecede a construção da usina. Em 18 de fevereiro é assinado o contrato das obras civis. Em 1º de junho o IBAMA concede a licença de instalação (LI). O presidente do Ibama, Abelardo Bayma, demite-se em protesto à liberação da licença definitiva do projeto. As obras são iniciadas.

<b>2015</b>	Em outubro, o consórcio Norte Energia informou que o início de operação não ocorreria em novembro devido a um atraso no Sítio Pimental, uma das casas de força da usina e que seria a primeira a entrar em operação. Segundo o consórcio, o atraso ocorreu devido à falta da Licença de Operação (LO), expedida pelo Ibama.
<b>2016</b>	Em fevereiro, iniciou-se a operação da primeira turbina da usina, em caráter de testes, com previsão de operação comercial até o início de março.

**Fonte:** Instituto Socioambiental / site <http://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/1176030-conheca-o-historico-da-construcao-da-usina-de-belo-monte>. Elaboração Silva, 2016.

Os projetos hidrelétricos como a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, causam impactos nas comunidades rurais, para as populações ribeirinhas e para o meio ambiente. As características econômicas, sociais, culturais e ambientais são transformadas paulatinamente. Neste contexto, o choque com as populações rurais ficou evidente, os afetados foram os pescadores, os índios, os quilombolas, os barqueiros, os ribeirinhos, os moradores das ilhas, os camponeses e outros sujeitos locais.

Dessa forma quando a presidente da Comissão Pró-Índio tomou conhecimento das ideias de barrar o Xingu, mobilizou-se para buscar cientistas que falassem sobre o assunto, cada qual na sua área. Como resultado dessa mobilização foi publicado o livro “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas” (SANTOS; ANDRADE, 1988). Tal livro serviu para informar aos índios sobre os projetos de hidrelétricas na região, bem como para demonstrar a vulnerabilidade a que os povos indígenas estavam expostos, já que não tinham acesso ainda a como a obra da hidrelétrica poderia afetar suas vidas.

As movimentações das lideranças indígenas, incluindo viagens internacionais e audiências com ONGs e bancos multilaterais, culminaram no “Encontro dos Povos Indígenas em Altamira” nos dias 20 a 25 de fevereiro de 1989, com o objetivo de protestar contra as decisões tomadas sobre a Amazônia sem a participação dos índios e contra a construção do complexo hidrelétrico do Xingu. A repercussão do encontro foi grande e, juntamente com outros fatores abaixo destacados, foi suficiente para deixar em suspenso o projeto. Com tanta opinião contrária e sem o apoio financeiro necessário, alternativa não parecia existir a não ser arquivar o projeto.

O encontro acaba ganhando imprevista notoriedade, com a maciça presença da mídia nacional e estrangeira, de movimentos ambientalistas e sociais. Reúne cerca de três mil pessoas, dentre as quais: 650 índios de diversas partes do país e de fora, lideranças como Paulo Paiakan, Raoni, Marcos Terena e Ailton Krenak; autoridades como o então diretor e durante o governo FHC, presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fernando César Mesquita, o então prefeito de Altamira, Armino

Denardin; deputados federais; 300 ambientalistas, em torno de 150 jornalistas e o cantor inglês Sting (ISA, 2011).

Enquanto Muniz Lopes falava sobre a construção da usina Kararaô, a índia Tuíra, prima de Paiakan, levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal num gesto de advertência, expressando sua indignação. A cena foi reproduzida em jornais de diversos países e tornou-se histórica. Assim, Muniz Lopes anunciou que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô – nome que significa grito de guerra em Kaiapó – receberia outro nome e não seriam mais adotados nomes indígenas em usinas hidrelétricas (Figura 01).



**Figura 01:** Índia Tuíra no encontro de 1989 em Altamira – Pará

**Fonte:** <http://morodrigues.blogspot.com.br> (acessado em 19/09/2012).

O evento foi encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento da região, sendo o encontro de Altamira considerado um marco do socioambientalismo no Brasil.

Ao ser reacucido como uma resposta sonora de Brasília à perspectiva de desequilíbrio na matriz energética nacional, Belo Monte arrastou consigo essa fauna acompanhante incômoda, o dano ambiental e o prejuízo antropológico que tinha levado instituições multilaterais como o Banco Mundial a retirar o financiamento de grandes hidrelétricas na Amazônia de seu portfólio de negócios. Os debates readquiriram o tom aceso das campanhas e até o assassinato de um dos líderes desse movimento em Altamira, a principal cidade da região de influência direta da obra, foi colocado no caldeirão da controvérsia (PINTO, 2002, p.31-32).

A grande repercussão do evento, juntamente com o recuo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em financiar a obra, acabou, por um tempo, com os

planos de construção da usina, a primeira tentativa da Eletronorte para o aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu, o que só viria a ser discutido novamente durante o apagão no governo Fernando Henrique (ISA, 2011).

Sendo assim, em 2008, dezenove anos depois do primeiro, realizou-se em Altamira o II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (ISA, 2011), organizado pela Prelazia do Xingu, Instituto Sócio Ambiental (ISA) e por várias outras organizações não governamentais, para esclarecimento do projeto hidrelétrico do Xingu. Nesta ocasião o engenheiro da Eletrobrás Paulo Fernando Rezende foi agredido a socos e ferido com um fação por vários índios caiapós no final de uma palestra no encontro Xingu vivo para sempre. Os índios, liderado por Tuíra caiapó, avançaram sobre o técnico (Figura 02).

**Figura 02:** Índios caiapós atacando representante da Eletrobrás.



**Fonte:** <http://g1.globo.com/jornalhoje>(acessado13/01/2016).

No ano seguinte, ocorreram as audiências públicas, as quais foram marcadas apenas em três dos onze municípios atingidos e na capital Belém. Em 25 de agosto de 2009 o IBAMA publica edital de Audiências Públicas para a UHE Belo Monte. (painel dos especialistas, 2009, p. 13). Que foram realizadas nas seguintes cidades de acordo com o quadro 02.

**Quadro 02:** Local das audiências

DATA	LOCAL
10 de setembro de 2009	Brasil Novo.
12 de setembro de 2009	Vitória do Xingu
13 de setembro de 2009	Altamira
15 de setembro de 2009	Belém.

**Fonte:** Painel dos especialistas, 2009. Elaboração: Silva, 2016

O local da audiência em Belém, foi transferido pelo IBAMA, horas antes de começar para um teatro com apenas 480 lugares, cerca da metade da capacidade do local anteriormente designado para o evento, tendo havido muita reclamação dos que não conseguiram participar.

No ano seguinte, em leilão realizado em 20/04/2010, dois consórcios se inscreveram: Norte Energia e Belo Monte Energia. O leilão foi conduzido com base no menor preço oferecido pela energia elétrica da usina. Deste modo, quem ofertasse o menor lance, pelo preço a ser cobrado, ganharia o direito de construir e, posteriormente, vender a energia elétrica de Belo Monte. O preço máximo definido pelo Ministério de Minas e Energia foi de R\$ 83 por megawatt/hora. O consórcio vencedor se comprometeu com o preço de R\$ 77,97 por megawatt/hora [...] como podemos observar essa distribuição no quadro 03, que mostra as empresas que financiaram a construção da hidrelétrica Belo Monte.

**Quadro 03:** Financiamento da construção da hidrelétrica Belo Monte

<b>Financiador</b>	BNDES
<b>Valor</b>	R\$22,5 bilhões
<b>Dono</b>	Norte Energia S. A
<b>Composição acionaria</b>	As estatais Eletrobras (15,00%), Chesf(15,00%)e Eletronorte(19,98%), os fundos de pensão Petros (10,00%) e Funcef (10,00%), Belo Monte Participações S.A./Neoenergia S.A. (10,00%), Amazônia/Cemig e Light (9,77%), Vale (9,00%), Sinobras (1,00%) e J.Malucelli Energia (0,25%).
<b>Construtora</b>	Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM),
<b>Empreiteiras</b>	Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, OAS, Queiroz Galvão, Contern, Galvão Engenharia, Cetenco, J. Malucelli e Serveng.

**Fonte:** <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/trf-deve-decidir-hoje-sobre-leilao-da-hidreletrica-belo-monte>. Adaptado pela autora, 2016

De acordo com Benincá (2011) os interessados na implementação desses projetos agências financiadoras, governos e empresas construtoras - afirmam ser sinônimo de progresso. As hidrelétricas seriam necessárias porque assumiriam importante papel na geração de energia que sustentaria o crescimento do país, “argumento genérico e abstrato pautado em um suposto benefício público ou bem comum”.

### 2.1. O espaço como oportunidade para construção da hidrelétrica Belo Monte

O desenvolvimento e a modernização da Amazônia não foram pensados, tampouco construídos, ao acaso. As riquezas naturais, minerais e o potencial hídrico

transformaram o espaço num lugar de exploração, de expansão e de valorização do capital. Claro, tudo isso, cautelosamente, dissociado dos interesses e das demandas da população local.

De modo que se concorda com Corrêa (2012, p. 35) ao mencionar “as práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial”. Isso, pois, a implantação de um grande projeto não acontece sem condições preliminares que favoreçam a sua execução.

Brandão (2007) diz que o Estado serve como patrocinador do capital é como se o Estado preparasse a terra para o estabelecimento das relações capitalistas de produção. A isso, o autor chama de processo de homogeneização, no qual as condições para a exploração tendem a se materializar em favor dos sujeitos hegemônicos. Com relação a isso, cita-se sobre a antecipação espacial, no qual Corrêa (2012) discute a respeito das condições para o controle do espaço.

Constitui uma prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação à criação de uma oferta significativa de matérias-primas ou de um mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para a implantação da atividade [...] as zonas de fronteira de povoamento são áreas onde a prática em tela é usualmente empregada. Mas são nas corporações multifuncionais e com múltiplas localizações que podem arcar com níveis diferenciados de remuneração, inclusive níveis negativos em algumas de suas unidades, que a prática da antecipação espacial pode ser mais facilmente aplicada. Antecipação espacial significa reserva de território, significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições da produção (CORRÊA, 2012, p.39).

As condições de produção, nesse caso, estão vinculadas ao potencial energético que a região da Volta Grande do Rio Xingu tem, por ser caracterizada por um relevo com acentuada declividade e alta vazão hídrica, o que possibilitou a execução do projeto hidrelétrico Belo Monte nesta porção da Amazônia. Acerca do espaço como possibilidade do evento, tem-se que o barramento mudará o curso do rio, criando dois novos ambientes: um de cheia e outro de sequeiro, que altera drasticamente o habitat de inúmeras espécies de animais, desde insetos a peixes encontrados apenas nesta parte da bacia do Xingu, mais que isso, os modos de vidas das famílias residentes nos dois ambientes sofrem consequências desastrosas, alterando suas formas e ritmos de trabalho e/ou provocando a saída do lugar que moraram e trabalharam por toda sua vida.

O cerne na dissertação é abordar apenas duas formas de organização sócio espacial, a vila Santo Antônio e a comunidade Babaquara, as quais compreendem uma complexidade de

variáveis na constituição dos conflitos espaciais típicos de uma área de exploração do grande capital. Para explicitar elementos das transformações que ocorreram com o ambiente e as famílias em condições camponesas, o texto constitui-se de resultados de pesquisa de campo (visita em instituições, coleta de dados primários e secundários, entrevistas com famílias afetadas pelo empreendimento) no intento de evidenciar sobre o desgaste sócio espacial característico da relação sociedade-espço na construção da UHE.

Para estabelecer o início da construção da hidrelétrica pesquisa e documentos foram elaborados para dar viabilidade da obra. Dessa forma foi elaborado o EIA/RIMA (2009), e no decorrer do processo outros documentos foram também viabilizados como o PBA, o Painel dos especialistas e os relatórios consolidados. E de acordo com os documentos foram sendo desmitificados os termos utilizados pela Norte Energia para definir a situação dos moradores das áreas estudadas.

A vila Santo Antônio está localizada na ADA, no trecho do Reservatório dos Canais e próximo ao local onde será construída a casa de força principal do AHE Belo Monte. Por este motivo, deverá ser totalmente transferida para outro local. A mudança para outro local será discutida com a população para que a escolha seja feita de acordo com os critérios de participação social e de transparência do Plano de Atendimento à População Atingida. Assim, os moradores da Vila de Santo Antônio serão reassentados e participarão dos programas e projetos de recomposição das atividades econômicas rurais e dos equipamentos sociais hoje existentes na vila. Esses programas fazem parte do Plano de Atendimento à População Atingida. (Rima, 2009, p.89).

Os moradores da vila não foram reassentados dentro da perspectiva apresentada no documento como podemos acompanhar no depoimento da entrevistada que conta os momentos de angústia vivido por todos que almejavam permanecer juntos no mesmo local:

Quando começou toda a história da barragem nas primeiras visitas falavam que íamos ter outro local para reconstruir a nossa vila, apesar de achar estranho. Mas pensava pelo menos vamos continuar morando perto das pessoas que gostamos. Mas para nossa surpresa começamos a ser coagidos, ameaçados com palavras, um disse e não disse que gerou certo desconforto entre nós e alguns começaram a aceitar a indenização em dinheiro desestruturando toda a nossa luta. (C.A, 2015).

Segundo o RIMA, a ADA se restringe às áreas das obras da estrutura de engenharia (barragem, canteiros, estradas de acesso, botafora e áreas de inundação). As demais áreas são definidas como áreas de influência, termo que aponta para a minimização dos impactos. Não se explicita em nenhum momento os critérios que levaram à definição das áreas de influência

direta e indireta, apontando-se apenas para o caráter de vizinhança em relação à usina e ao reservatório. (...) (Painel dos especialistas, 2009, p. 43).

O empreendedor considera a área de abrangência e não o sujeito que está inserido no contexto da barragem. A empresa determina quem é o impactado. E isso fica bem evidente no decorrer da pesquisa de campo quando se observa a situação dos moradores da Comunidade Babaquara que fica a margem direita do trecho do Reservatório do Rio Xingu a montante da barragem nos documentos oficial da Norte Energia e considerada área de influência direta classificada dentro do projeto.

O empreendedor considera o espaço físico e desconsidera os sujeitos que estão inseridos neste espaço. A Norte Energia desrespeita toda a história que esses moradores construíram no decorrer de uma vida, seu cotidiano, percepções, experiências, valores e heranças culturais que a indenização não paga:

Fico imaginando cresci neste lugar, casei, tive meus filhos, eles cresceram, constituíram suas famílias, vieram os netos, toda a minha vida está aqui. E agora que referencia vou ter para o futuro se tudo isso vai desaparecer e vêm esses caras dizendo que vão me pagar e eu posso comprar uma casa melhor onde eu quiser. Mas eles não entendem nunca vai ser a mesma coisa... Posso até ter uma casa mais bonita, mais ainda prefiro a minha casa, perto do rio, dos meus amigos, da minha família isso não tem preço. (H.G, 2015).

A bem verdade a vila Santo Antônio e a Comunidade Babaquara são definidas nos documentos com paradigmas diferentes sendo uma diretamente afetada e a outra de influência direta. Neste contexto relacionando ao espaço físico. Mas se observamos o que aconteceu com os dois lugares no andamento da construção da hidrelétrica fica claro que esses termos podem virar híbrido principalmente quando se remete a identidade, ao sentimento de pertencimento e o acúmulo de histórias desses moradores nestes lugares. O sentimento de perda é igual para os moradores das duas áreas estudadas quando suas casas foram destruídas (figuras 08 e 09), em nome de um desenvolvimento que prioriza só o capital e exclui as pessoas desse cenário.

**Foto 08:** Destruição residência vila



**Fonte:** Silva, 2012

**Foto 09:** Destruição residência comunidade



**Fonte:** Silva, 2015

Com a destruição de suas casas se perde as relações de vizinhança e o sentimento de pertencimento ao lugar, a sociabilidade fica restrita apenas aos membros que constituía a família neste espaço, os outros grupos inseridos passam a viver outra realidade e as atividades realizadas em conjunto perde sua essência como, por exemplo, os religiosos, a troca de dias de serviço, ajuda mútua e a reciprocidade entre os vizinhos. Esses lugares foram transformados e ganharam novas funções e outras formas de ocupação.

Um exemplo claro da tentativa de monetarização de perdas não-monetarizáveis é o Projeto de Reparação, que deverá reconhecer as perdas não materiais sofridas pelas pessoas atingidas, ligadas à cultura e ao sentimento das pessoas com a região a ser afetada, recompensando materialmente e ajudando a recompor seu modo de vida (painel dos especialistas, 2009, p. 46).

A definição de atingidos adotada correntemente pelos empreendedores não é coerente com a realidade empírica observada. Ela nasce, antes, de um cálculo do custo benefício da obra, em que os custos com compensações não devem ultrapassar os ganhos econômicos gerados com a implementação do projeto.

Como em última análise os EIA-RIMA funcionam como documentos do empreendedor no sentido de referendar legalmente a realização da obra, os atingidos são definidos em função do menor custo possível. Segundo este cálculo econômico que deveria ser feito após extensiva investigação sobre quem são os atingidos do ponto de vista dos próprios sujeitos afetados. Os atingidos são definidos como um variável custo definida a priori.

Em todos os casos analisados, o empreendedor buscou minimizar em termos quantitativos o contingente atingido e, ao mesmo tempo, maximizar a estimativa numérica dos grupos supostamente beneficiados. A abordagem empregada pelos elaboradores do EIA se concentra em computar as famílias nucleares e remetê-las ao princípio da propriedade privada, sem considerar os grupos sociais mais amplos e as suas condições de reprodução. Assim, por exemplo, no caso dos reassentamentos compulsórios, troca-se supostamente terra por terra.

Desconsidera-se toda a história da relação daqueles grupos com o território, seus aspectos simbólicos, morais e afetivos. Dimensões incomensuráveis da existência são reduzidas a um valor numérico que contabiliza apenas o tamanho da terra, omitindo se quanto à responsabilidade pela total desestruturação dos modos de viver e produzir a ser desencadeada pelos projetos. (Painel dos especialistas, 2009, p.43 e 44).

A redução dos grupos sociais atingidos a custos financeiros de uma obra é o que funda a difusão da ideia – por parte dos empreendedores e governos que financiam as obras de que os

grupos sociais atingidos seriam entraves ou gargalos ao desenvolvimento. Este cálculo nunca internaliza de fato os custos sociais reais das obras, que são sistematicamente negligenciados pelas empresas. Ademais, com frequência os empreendedores recusam-se a assumir os custos sociais por considerar que estes resultam de problemas anteriores às obras. (painel dos especialistas, 2009, p.44).

No Plano de Atendimento à População Atingida há um Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural, que afirma: Todas as benfeitorias e terras afetadas deverão ser avaliadas e indenizadas (EIA- Rima, p.154).

Na Análise do 2º Relatório Semestral de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo 02001.001848/2006-75. Fica evidente a preocupação da equipe do IBAMA que gira em torno das famílias que ainda vivem na Vila Santo Antônio.

Apesar do complexo processo de escolha da futura área para reassentamento da vila ter sido realizado há mais tempo, parece que as ações para efetuar o reassentamento ficaram atreladas à decisão da localização da vila residencial dos trabalhadores no município de Vitória do Xingu, coincidentemente ao lado do local escolhido pelas famílias de Santo Antônio. Assim, a Vila Santo Antônio virou um enclave dentro do canteiro de Belo Monte, com parte das casas demolidas, e parte das famílias, mesmo algumas que foram indenizadas, ainda morando na vila, e a situação de reassentamento não resolvida.

Durante vistorias realizadas a posteriori do período que compreende o 2º relatório semestral, foi constatado pela equipe do Ibama que as famílias remanescentes se sentiam inseguras, mesmo existindo um destacamento da Polícia Militar exclusivo para Santo Antônio. O projeto tem que ser capaz de perceber este sentimento das famílias atingidas e posicionar o empreendedor para tomar as atitudes cabíveis naquele momento.

No 2º Relatório Semestral consolidado segue comentários e recomendações: O processo pelo qual passa a Vila Santo Antônio é traumático. A demora em proceder ao reassentamento deixa as famílias em meio a casas demolidas, terrenos antes cuidados pelos antigos moradores que agora estão tomados por mato, e trânsito de caminhões e pessoas estranhas à comunidade, que tornam mais dolorida a mudança de vida nesta fase.

É preciso que o empreendedor inicie imediatamente a construção da nova vila, e que não atrele esta decisão ao início da implantação da vila residencial dos trabalhadores; e providencie maior apoio ou conforto psicológico às famílias moradoras no local, fazendo com se sintam amparadas. Contudo, mesmo a equipe do projeto apresentando relato sobre a situação das famílias ainda instaladas na Vila Santo Antônio, isto não foi suficiente para que o

empreendedor iniciasse ações que mitigassem os impactos sobre as famílias. (2º Relatório consolidado p.19, 2012)

A Norte Energia deve comunicar às autoridades competentes que o policiamento ostensivo na comunidade não tem tido o efeito desejado às famílias ainda moradoras do local. No seminário de acompanhamento do PBA, em dezembro de 2012, foi informado que as seis famílias que esperam pelo reassentamento serão transferidas para as localidades Agrovila Leonardo da Vinci e Belo Monte, conforme acordo entre as famílias e a Norte Energia, com aluguel social até o momento da realocação definitiva.

2.2. Os desencontros entre os documentos oficiais e as realidades vividas pelas famílias atingidas.

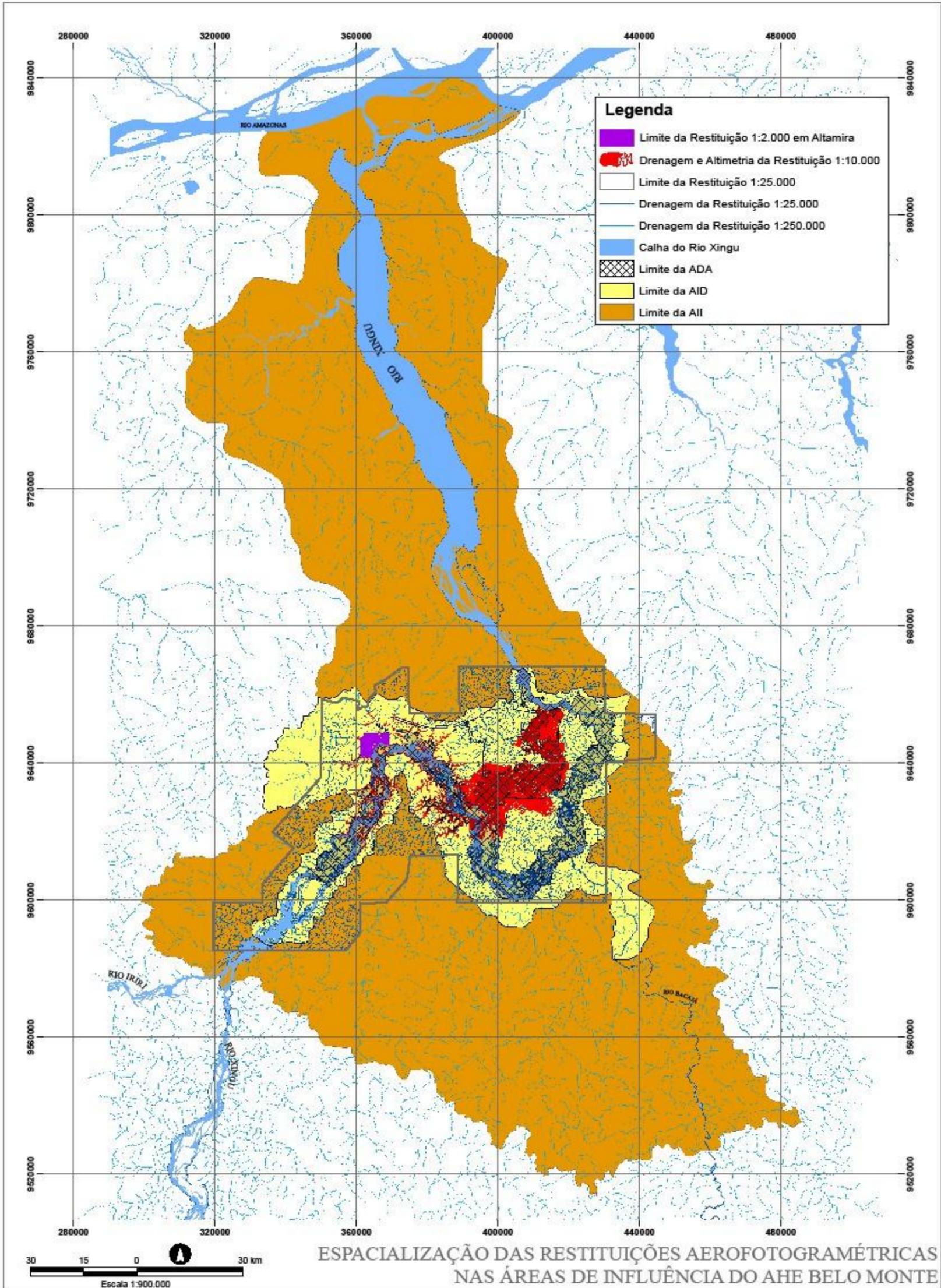
Faz-se necessário uma comparação entre os documentos oficiais que legitimaram a construção da hidrelétrica e a realidade empírica observada ao longo da pesquisa. Com a pesquisa de campo localizou-se os moradores da antiga vila Santo Antônio que a partir de então busca elementos para entender o porquê a vila não foi realocada de acordo com preestabelecido no documento, apresentando as consequências para a transformação no modo de vida das famílias.

Da mesma forma, pretende-se para comunidade Babaquara, estabelecer a relação que apresente os problemas vividos pelos moradores da comunidade que residem tanto na parte de terra firme quanto na margem do rio. Pois, no final de 2014 foram visitados por representantes da Norte Energia e comunicando que seriam indenizados somente pela cota cem, ou seja, pela área que alaga no período chuvoso e teriam que permanecer no restante do lote se assim quisesse. Sendo que não era inicialmente o que estava previsto nos documentos oficiais. Nos documentos oficiais a comunidade Babaquara está inserida na área de Influência Direta (AID) e vila Santo Antônio na condição de área Diretamente Afetada (ADA) esses são os termos que o empreendedor usa para definição das áreas de estudo.

O que seria Área Diretamente Afetada – ADA que o EIA/RIMA determina, são as que englobam as áreas destinadas à instalação da infraestrutura necessária à implantação e operação do empreendimento, áreas inundadas e respectivas áreas de preservação permanente ( APP); trechos afetados por redução de vazão, barramentos, diques, canais; pontos de localização de obras civis decorrentes ou associadas ao empreendimento como vilas residenciais, alojamentos, canteiros de obras, vias de acesso aproveitado ou novo, área de empréstimo, bota-foras, linhas de transmissão e áreas de segurança, impostas pela tipologia do empreendimento. (Rima, 2009, p.10).

A definição para a Área de Influência Direta – (AID), que são as Áreas que circunscreve a ADA e cuja abrangência dos impactos incida ou venha a incidir de forma direta sobre os recursos ambientais, modificando a sua qualidade ou diminuindo seu potencial de conservação ou aproveitamento, além da rede de relações sociais, econômicas e culturais a ser afetada durante todas as fases do empreendimento, sendo estas questões observadas para a sua delimitação. Devem contemplar ainda trechos à jusante e à montante e as lagoas marginais que venham ou possam vir a ser afetadas pela implantação e operação do empreendimento, sedes e comunidades existentes nos municípios abrangidos pelo empreendimento e os espaços de referência necessários à manutenção das atividades humanas ali identificadas. (RIMA, 2009, p.09). De acordo com a (Figura 03)

Figura 03: Áreas de Influência do AHE Belo Monte



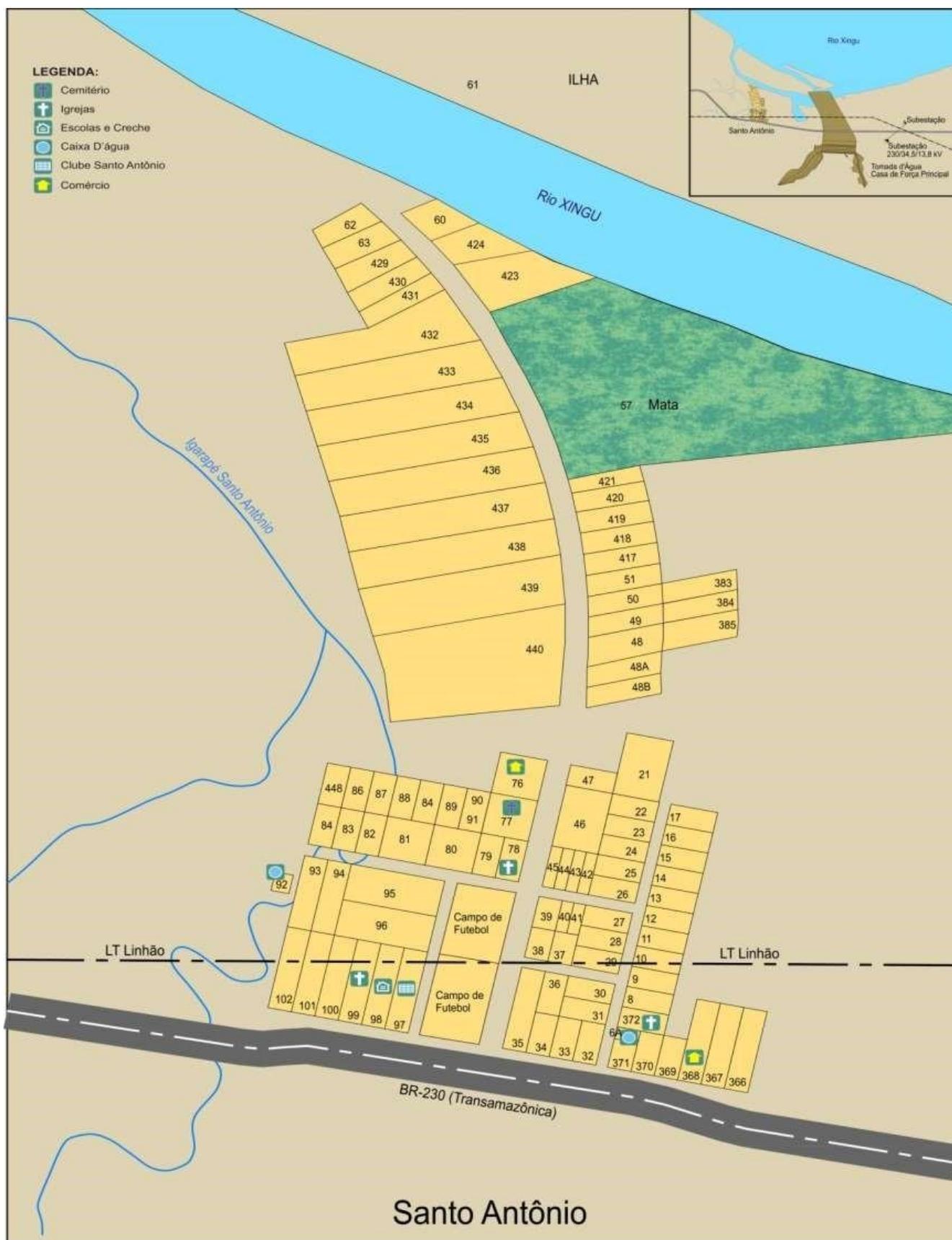
Fonte: Rima, 2009

O efeito retórico evidente desses termos é o de visibilização dos impactos sobre o território (entendido como espaço físico, desprovido de significado social e cultural) e não sobre as pessoas que aí vivem e seus processos socioculturais.

Portanto o Projeto de Reparação ao atingido está previsto no volume II do Projeto Básico Ambiental, P. 127-131, cujo conceito de reparação está ligado à necessidade de compensação derivada da perda de uma condição pregressa por parte de um sujeito, o chamado atingido, sendo esta perda, sobretudo de caráter subjetivo e imaterial.

De acordo com EIA/RIMA (2009, volume 24) apresenta as condições do Núcleo de Referência Rural Santo Antônio. Neste item são apresentados os estudos relacionados ao diagnóstico socioeconômico da Área Diretamente Afetada – ADA situada no Trecho de Vazão Restituída no local onde se localiza o Núcleo de Referência Rural Santo Antônio, Município de Vitória do Xingu. EIA/RIMA (2009, P.460 – volume 24). De acordo com a Figura 04.

**Figura 04:** Disposição geral do Núcleo de Referência Rural Santo (eia/rima P. 462, volume 24).



**Fonte:** Leme Engenharia. Pesquisa Socioeconômica Censitária. Ago/2007 a Fev/2008.

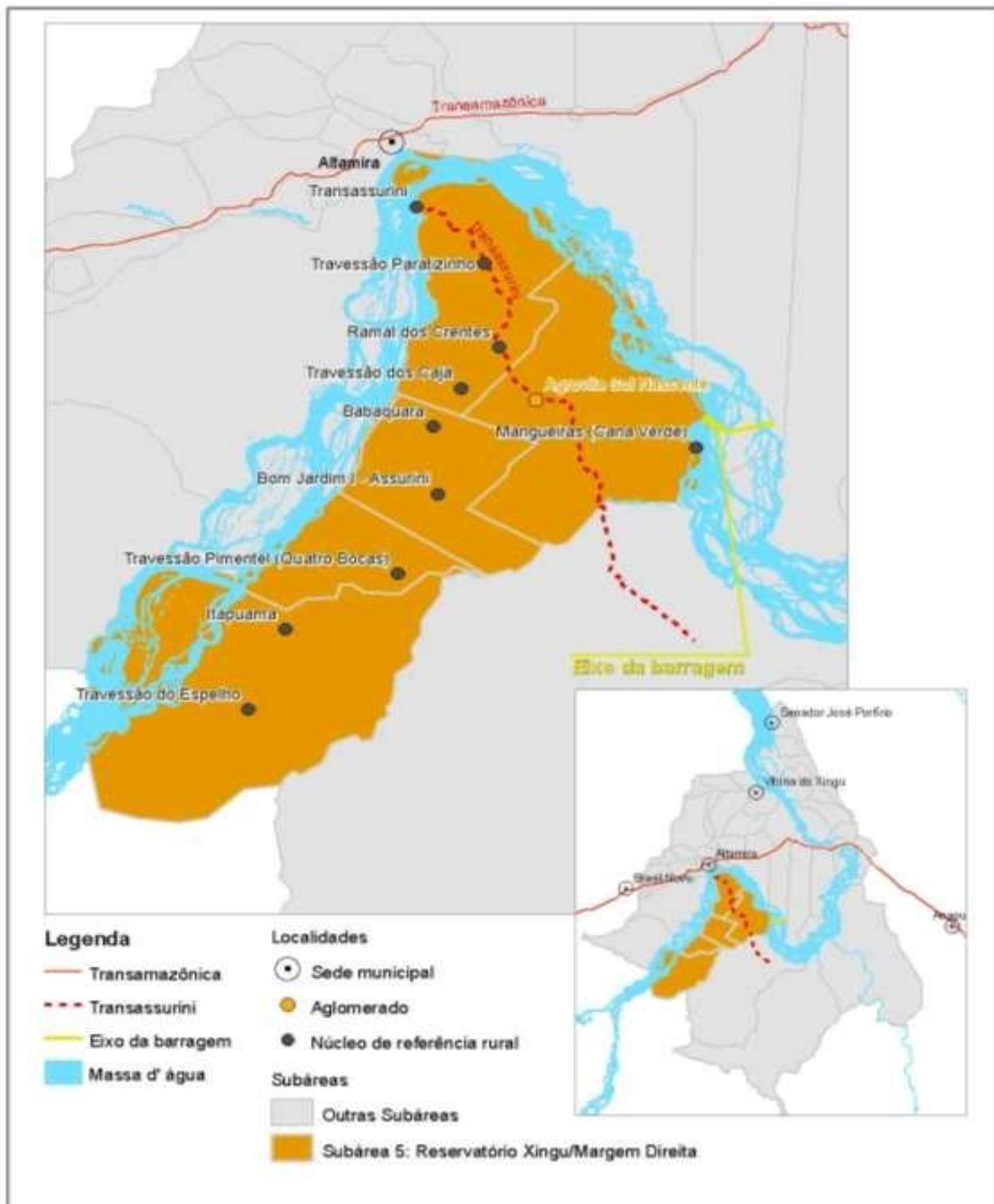
O estudo foi organizado com o objetivo de apresentar uma caracterização geral do setor referente ao Núcleo de Referência Rural Santo Antônio a partir de diagnóstico detalhado onde foram contemplados aspectos relativos à caracterização dos imóveis rurais, estrutura produtiva, grupos domésticos e da população residente e as condições de vida da população residente. O Núcleo de Referência Rural de Santo Antônio localiza-se no Município de Vitória do Xingu, entre o Travessão km 50 da Rodovia Transamazônica e a margem esquerda do Rio Xingu. (EIA/RIMA, 2009, p.461).

Conforme o EIA/RIMA, 2009 a comunidade Babaquara está situada na Subárea 5 do Reservatório do Xingu Margem Direita. A Subárea Rural 5, denominada Reservatório do Xingu Margem Direita, compreende o restante da área do município de Altamira, na conhecida região da Rodovia Transassurini (ou região do Assurini), relacionando-se com o compartimento do AHE Belo Monte Reservatório do Xingu na margem direita.

Assim como a Subárea Reservatório do Xingu Margem Esquerda, a Subárea 5 é uma das mais importantes da AID, em função de sua situação relativa a um dos principais compartimentos do empreendimento – o Reservatório do Xingu – e ao principal elemento do AHE Belo Monte, a barragem. É importante destacar, ainda, sua proximidade e relação de dependência com a cidade de Altamira, polo regional e principal referência para toda a população da região. EIA/RIMA (2009, p.426, volume 22).

Na figura 05 destaque para a zona Rural e demais Núcleos de Referência Rural. Compõem este item os demais núcleos de referência rural identificados na Subárea 5 da AID, que são os seguintes: **Babaquara**, Itapuama, Mangueiras, Transassurini, Travessão do Cajá, Travessão do Paratizinho, Travessão do Espelho, Bom Jardim I (Assurini), Travessão Pimentel (Quatro Bocas) e Ramal dos Crentes. EIA/RIMA, (2009, p. 259, volume 22).

**Figura 05:** Subárea 5: Reservatório do Xingu Margem Direita. (EIA/RIMA, p. 248, volume 22).



Fonte: Leme Engenharia, 2007/2008.

Esses são fragmentos retirados dos documentos oficiais que apresenta a denominação das áreas estudadas segundo o interesse do empreendedor, agora apresentarei a realidade da vila Santo Antônio e da comunidade Babaquara de acordo com a pesquisa de campo que acontece desde 2011 e que foi intensificada em 2014/2015. Este trecho extraído do Rima, 2009, p.89, fica claro o que deveria ter acontecido com a população da vila Santo Antônio.

{...} por este motivo, deverá ser totalmente transferida para outro local. A mudança para outro local será discutida com a população para que a escolha seja feita de acordo com os critérios de participação social e de transparência do Plano de Atendimento à População Atingida. Assim, os moradores da Vila de Santo Antônio serão reassentados. {...}.

A área da vila Santo Antônio trata-se de um único lote com área registrada de 41,8545ha, que era ocupada por dezenas de famílias que mantinham imóveis de pequeno porte, utilizando-os para fins residenciais ou comerciais, com características urbanas. A referida área de terras é identificada por Lote Rural nº 271 da Gleba Tubarão, parte de um todo maior registrado em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA sob a matrícula nº 0149. fls, 149 do livro 2-A do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Altamira (PA), com 43.517,0000 há (doc.05). O INCRA jamais realizou a transmissão de qualquer direito de uso, posse ou propriedade aos seus ocupantes.

De qualquer forma, o projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte definiu que seriam oferecidas as famílias cadastradas no Núcleo Santo Antônio o tratamento de Reassentamento Coletivo. As famílias da vila não dependiam da exploração agrícola ou agropecuária para a sua subsistência, sendo assim a Norte Energia propôs alternativas de reassentamento coletivo.

No decorrer da negociação e de muitas reuniões com os moradores a Norte Energia começou a dizer que eles não teriam direito a indenização por se tratar de um imóvel pertencente ao INCRA, e irregularmente ocupado, sendo assim foram oferecidas três alternativas de atendimento as famílias cadastradas no núcleo Santo Antônio, como indenização em dinheiro, relocação assistida e reassentamento coletivo.

De acordo com o Programa de Negociação e aquisição de terras e benfeitorias na área rural apresenta como público alvo todos que se vinculam com os imóveis rurais afetados, detalhadamente descritos no volume 24 do Estudo de Impactos Ambiental (EIA). O item 12.9.1 do EIA, p.211(planos, programas e projetos), não deixa dúvida quanto ao direito dos afetados: Serão passíveis de indenização as pessoas físicas ou jurídicas, conforme indicado:

-Proprietário ou posseiro dos imóveis afetados, inclusive os imóveis localizados nas ilhas;

- Morador, parceiro ou meeiro, arrendatário, rendeiro, herdeiro, autônomo e trabalhador – não detentor da posse ou do domínio da terra, que mora e/ou produz no imóvel, ou possui benfeitorias nele instaladas; (grifo nosso). {...}

Neste momento as condicionantes já foram descumpridas e iniciaram os conflitos entre as famílias e a perda de laços de vizinhança e com isso o Consorcio se aproveitou da fragilidade para consumir a retirada dos moradores de uma forma rápida e ágil sem ter a preocupação com o reassentamento coletivo:

Eles iam à vila de quinze em quinze dia, cada visita falavam uma coisa e desapareciam. Quando fomos acordar muitos moradores já tinham aceitado a indenização em dinheiro. Quando fomos questionar quem já tinha recebido o dinheiro eles falaram que receberam porque estavam com medo de ficar sem nada. Reuníamo-nos os que moravam há mais tempo na vila e fomos procurar os chefes da Norte Energia, para nossa surpresa nos deram um conselho que deveríamos aceitar a indenização, pois ninguém ia ganhar outra vila não. E ainda teve um que disse: *Mais vale um pássaro na mão do que dois voando*. Esse era o recado da Norte Energia e do prefeito do município. (C.A, 2015).

Que além de constar no Estudo de Impactos Ambiental (EIA), consta no quadro 4.1,1 do volume II do Projeto Básico Ambiental (PBA), que seguiu as diretrizes do Estudo de Impacto Ambiental. Assim, integra o público alvo de indenização os agregados, parceiros, arrendatários, filhos de proprietários (ou outra situação) com unidade familiar própria, que não detém o domínio do imóvel, porém nele produzem (dependem economicamente), bem como os trabalhadores rurais (regulares ou sazonais) que trabalham nos imóveis rurais afetados (dependem economicamente), empregados permanentes e temporários, ocupantes de imóveis que serão parcial ou totalmente afetados e que embora nele residam, não possuem nenhuma atividade produtiva, trabalhadores de atividade extrativista vegetal que residem ou desenvolvem atividades nos imóveis total ou parcialmente afetados. Com isso, o PBA não distingue que apenas o posseiro ou o proprietário seria abrangido pelo

Reassentamento Coletivo. Foi categórico em dizer “estes grupos de famílias”, portanto, todos os moradores identificados na vila Santo Antônio.

Quanto ao critério de elegibilidade, consta no quadro 4.1.2.8-1 do Projeto Básico Ambiental (p.63), que foi espelhado no volume 33 do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), ao tratar do “Critério de Elegibilidade”, que os trabalhadores que estão na área diretamente afetada pelo empreendimento, como é o caso dos moradores de Santo Antônio, terão as seguintes opções de atendimento: I Acompanhamento da nova situação de emprego e moradia; II Reassentamento Coletivo.

Consta que os moradores da vila Santo Antônio residiam e/ou trabalham na Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento, portanto abrangido pelo plano de Atendimento à População Atingida, pois vinculados ao imóvel afetado, em situação de vulnerabilidade social, tendo suas condições de posseiros lhes permitido optar pelo reassentamento coletivo.

Apesar do que está preestabelecida nos documentos os moradores da vila Santo Antônio cadastrados, expressiva maioria optou pela indenização em dinheiro relativa ao preço do imóvel, concordando com os valores atribuídos nas respectivas avaliações. No entanto sete famílias residentes na vila optaram pelo reassentamento coletivo como forma de remanejamento:

Nós não queríamos indenização em dinheiro, e sim outra vila, para que pudéssemos continuar juntos. Hoje tem muita gente espalhada por aí, e essas pessoas são infelizes. Aqui éramos felizes demais, todo mundo conhecia uns aos outros. (H.G, 2015).

Neste período os moradores passaram a sofrer os impactos diretos da obra da hidrelétrica que envolvia a rotina da vila como: construção da estrada, para o desvio da BR 230 ( Transamazônica), que passava em parte da vila, tráfego de caminhões, bebedeira por parte dos funcionários contratados, utilizavam locais de relevância cultural e religiosa como a igreja e o cemitério e expostos a ruídos diários das explosões. Essas explosões ocorriam todos os dias, em horários variados, em uma rotina que implicava em alarme para recolhimento e fechamento da BR 230, momento em que fica interdita a rodovia, impossibilitando o tráfego de veículos. (Fotos 10 e 11).

**Foto 10:** Aviso da detonação.



**Fonte:** Silva, 2011

**Foto11:** Estrada construída na vila



**Fonte:** Silva, 2011

Não foi respeitado o direito dos moradores de serem reassentadas em condições similares aquelas em que antes moravam. Sendo que estava previsto no PBA, fls 87, do volume II, que trata do reassentamento do Núcleo Santo Antônio está consignação que havia consenso que em 2011 havia uma área acerca de 4 ou 5 km como indicativo para o reassentamento e a princípio apresentado aos moradores como forma de compensação para retirada deles da área que seria instalada a estrutura da hidrelétrica.

No PBA consta que no processo de remanejamento das famílias a Norte Energia deveria “garantir aos atingidos condições de moradia e produção minimamente iguais e, preferencialmente melhores, das que dispunham antes da implantação do empreendimento” (PBA – volume II p.83). Diante da falta de cumprimento das condicionantes encontramos moradores vivendo em moradia inferiores aquela que tinha na vila. Diante disso o que se pode perceber que o que ficou estabelecido nos documentos não foi cumprimento pelo o empreendedor deixando a maioria das famílias vivendo em situação precária e vulnerável diante do novo modo de vida que as famílias tiveram que se adaptar longe da vila Santo Antônio:

Antes também tinha uma casinha de madeira, mais o terreno era grande, toda fechada não molhava quando chovia bem pertinho da natureza, da floresta e principalmente do rio. Não precisava usar nem ventilador. Agora uma casa bem pequena, molha tudo quando vem à chuva, terreno muito pequeno e sem ventilador ninguém consegue dormir com tanto calor e mosquito. A única semelhança e que fica numa área de invasão. E também não tenho documento. E muito triste porque além de tudo ruim, não tenho meus vizinhos, amigos e parentes por perto. E só sofrimento e isso esse povo não ver. (A.S,2015).

O objetivo do reassentamento é garantir aos atingidos condições de moradia e produção igual, ou melhor, das que dispunham antes da implantação de empreendimento. A implantação do reassentamento abrange a Área de Influência Direta, conforme exposto no Estudo de Impacto Ambiental, volume 11. Esse direito de opção pelo reassentamento consta no item “4.1.3.9, do Projeto Básico Ambiental (p.89).

As Atividades a Serem Desenvolvidas são as seguintes: A Etapa de Planejamento, detalhada a seguir, compreende a fase inicial de discussão e esclarecimento dos atingidos que optaram pelo reassentamento abordando as condições gerais a serem proporcionadas por essa modalidade de indenização. Também incluirá processo de formação de Comissão de Representantes e definição da área a ser adquirida.

Para resolver a situação a Norte Energia alugou casas na agrovila Leonardo da Vinci, e na agrovila Belo Monte para que os moradores desocupassem os imóveis até no final do mês de novembro de 2012, o que efetivamente ocorreu.

A indenização que as famílias da vila receberam foi insuficiente para adquirir um imóvel na área urbana dessa forma a maioria permaneceu nas localidades mais próximas a antiga vila, como forma de ficar mais próximo do local onde construíram parte de sua história e memória.

Todo o constrangimento ocasionado a essas pessoas pelo não cumprimento da obrigação do empreendedor realoca-los no reassentamento coletivo causando tristeza, dor, rompimento dos laços familiares e de vizinhança, mudança de hábitos e danos pelo não tratamento adequado ao atingido, e por sair do lugar onde moravam; de ver sua história e cultura serem rompidas e perder todas as relações sociais e naturais que tinha no imóvel localizado a margens do rio Xingu.

Algumas famílias resistiram para saírem da vila Santo Antônio insistindo para que fosse reconstruída uma nova vila, em princípio o local escolhido ficava no km 45, não possível adquirir lotes com 300.00m na localidade indicada pelos moradores por se tratar de área rural, onde a legislação não permite o desmembramento de áreas na fração proposta. Outros lugares foram indicados para esses moradores o km 55 e o km 57.

Mas as famílias tinham como principal condicionante para a nova área para a implementação do reassentamento coletivo deveria ser o mais próximo possível da área de origem, ou seja, a antiga vila Santo Antônio.

Em um documento emitido pela Norte Energia a Defensoria Pública do Estado do Pará, um ofício nº 107/2013/DPE/GET- BELO-MONTE do dia 20 de junho de 2013. Esclarece os motivos dos moradores não terem aceitado as alternativas apresentadas para a construção do reassentamento coletivo sob as seguintes alegações: (i) as áreas apresentadas não possuem as mesmas condições que viviam na vila Santo Antônio, com igreja, campo de futebol, sede da associação, cemitério, escola e acesso ao rio Xingu;

(ii) as áreas apresentadas são “sobras de terras” da vila dos trabalhadores; (iii) não querem conviver com os trabalhadores da obra, nem se submeter aos serviços públicos da vila dos Trabalhadores e ao controle de portaria lá existente; (iv) as áreas apresentadas ficam distantes dos serviços públicos; e (v) as casas e/ou áreas apresentadas são inferiores as que tinham. Com relação ao cemitério, A Norte Energia S.A irá manter na antiga vila Santo Antônio, uma vez que este não será diretamente afetado pelo empreendimento e pela construção do desvio da transamazônica através de uma ponte.

Na Análise do 2º Relatório Semestral de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo 02001.001848/2006-75, o Projeto de Relocação de Cemitérios. Comentários e recomendações: Foi identificado em vistoria, de acordo com o Relatório emitido em 23 de outubro de 2012, o

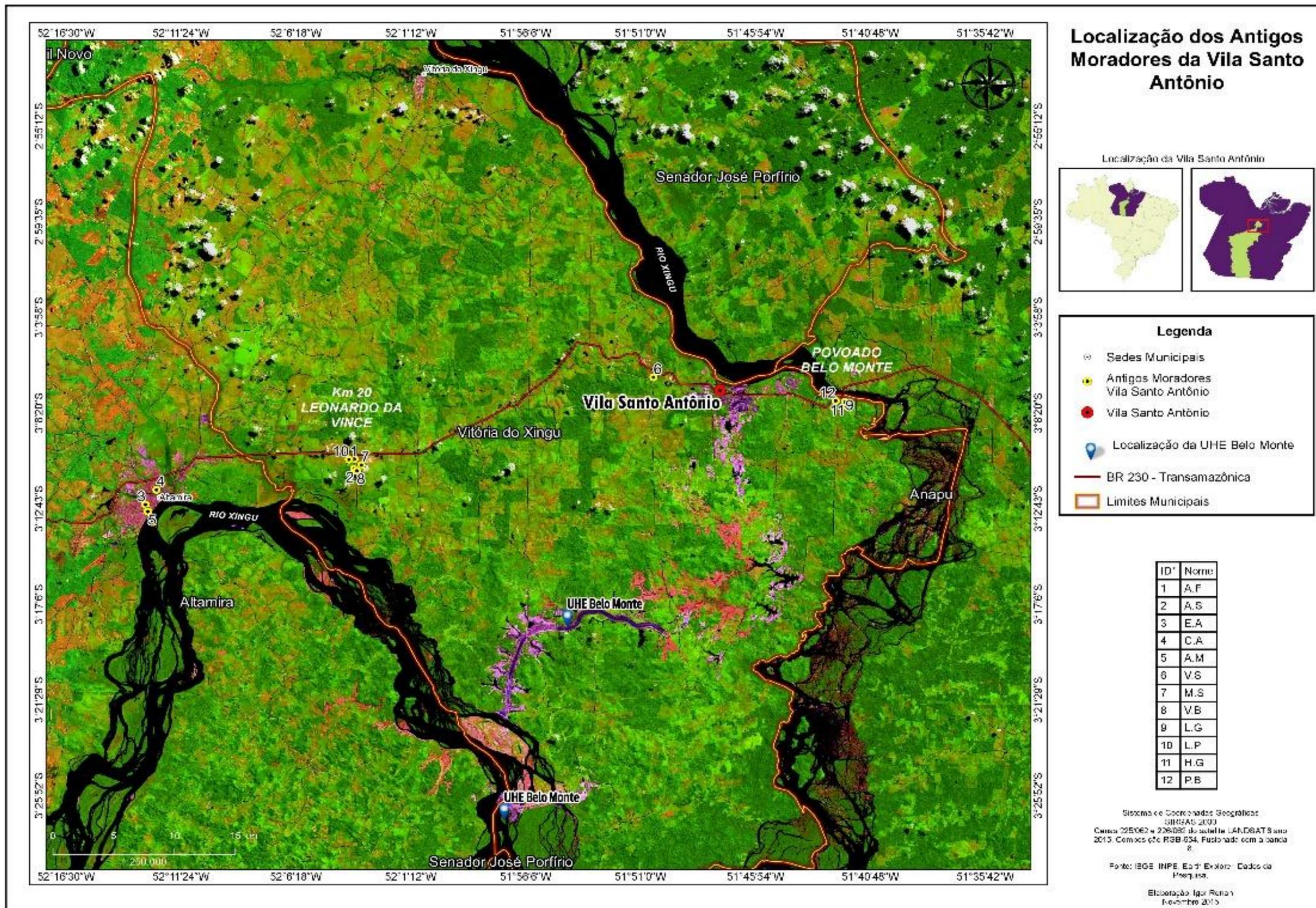
abandono do cemitério de Santo Antônio, que, embora interditado para novos sepultamentos, não foi ainda relocado. Tendo em vista que a maior parte da comunidade já foi indenizada, recomenda-se que a Norte Energia se responsabilize por sua manutenção enquanto não ocorrer a relocação.

Como os moradores não chegaram a um consenso para a escolha de uma área em comum levando alguns a desistir do reassentamento coletivo e optando pelo individual, dessa forma no dia 30 de novembro de 2012 saíram definitivamente da vila. Persistindo somente um morador que foi coagido e ameaçado para poder desocupar o local, sendo concretizado o fim da vila no dia 16 de janeiro de 2013. Até hoje 2016 permanece pendente de solução o caso desse morador:

Quando os moradores resolveram aceitar a miséria de indenização que a Norte Energia estava pagando, eu e alguns moradores não aceitamos e ficamos buscando nossos direitos, fomos humilhados, ameaçados e começou a ficar cansativas sendo assim algumas pessoas começaram a ceder às estratégias desse povo. E aos poucos fomos vencidos e sobrando somente eu na vila que passei por momentos de extremo sofrimento, quantas vezes vieram com o trator para derrubar minha casa, desligaram minha energia, e um vizinho me cedeu, eles descobriram e ameaçaram ele, e o mesmo parou de me fornecer, depois cortaram a água e proibiram às pessoas de me fornecer esse elemento essencial, cheguei a passar dias sem tomar um banho, Até que foi vencido (A.A, 2015).

Na situação atual no decorrer da pesquisa os antigos moradores da ex- vila Santo Antônio foram localizados em diversas áreas da microrregião de Altamira, porém sempre bem próximo de onde resistir antigamente como podemos observar no MAPA (04).

Mapa 04: Localização dos antigos moradores da vila Santo Antônio



Fonte: IBGE, INPE e pesquisa de campo. Elaboração: Igor Renan

Os descumprimentos do que estava estabelecido gerou transtornos para a população da vila Santo Antônio transformando seus modos de vida de maneira irreversível interferido no seu jeito simples de viver.

O deslocamento provocado pela construção da usina hidrelétrica Belo Monte, causou a perda do laço afetivo, o rompimento das relações de vizinhanças, acesso ao rio Xingu, a perda da relação que tinham com a terra, onde viviam há décadas, com a vizinhança e demais relações sociais e religiosas existentes na vila Santo Antônio. Causando danos aos sentimentos afetivos” com o rio Xingu e a terra da qual foram despejados forçadamente, sem que os moradores tivessem tratamento adequado e mitigação reparadora:

A vila antes da hidrelétrica tinha paz, saúde, tranquilidade, as crianças brincavam à vontade, não tinha violência. Com a chegada de tudo isso virou um caos, pensávamos que não íamos sair daquele lugar, mas esse povo de barragem não pensou na vila e muito menos em nós. Todas as pessoas que moravam lá viviam felizes. (L.P, 2015)

O artigo de Rezende (2001) questiona se o deslocamento compulsório de população provocado pela construção de uma hidrelétrica pode configurar dano moral, e qual seriam as formas adequadas de se proceder à reparação.

Quanto ao dano moral (ou dano extrapatrimonial), Leonardo Pereira Rezende apresenta três tipos de danos morais, afetados com a construção de hidrelétricas:

I – O valor de afeição – O dano moral pelo valor de afeição ocorre principalmente em proprietários expropriados que possuem uma forte ligação com a terra, por sua história de vida e de sua família, ligada a determinada propriedade.

Neste caso, ao proprietário estão ligados seus parentes que, como, também sentem a perda de um bem afetivo. Essa história de vida ligada a propriedade pode ocorrer por laços de família com a fazenda, sítio ou chácara que foi moradia de antepassados ou também pelo sentimento gerado na propriedade por todo o trabalho despendido ali.

II- Perda da vida de relação – A perda dos laços culturais, dos costumes, como a caça e a pesca, as festas religiosas, causada pela separação obrigatória da comunidade, causando prejuízo às atividades sociais e habituais dos atingidos por barragem hidrelétrica.

No caso dos ribeirinhos como as hidrelétricas atingem os ambientes à beira-rio, o deslocamento gera muito mais danos materiais. Gera danos imateriais, pela perda da possibilidade de manter sua cultura e de reproduzir-se enquanto classe social específica. O acesso à beleza natural do rio, a perda da cultura e a possibilidade de preservação do modo de vida são bens incorpóreos e devem ser protegidos pelo direito contra toda e qualquer agressão.

Tanto os órgãos ambientais com o poder Judiciário devem zelar pela compensação da perda da vida de relação.

II- Dano ao direito de viver bem – Esse pode ser determinado pela lesão da vida tranquila e de saúde das populações atingidas, pois com a preocupação gerada pelo projeto e as suas possíveis consequências, parte da população, principalmente a de idade mais avançada passa a sofrer constantemente, chegando inclusive a afetar sua saúde, necessitando do uso de remédios para diminuir as consequências. (PBA, volume II P.127).

O empreendedor considera a área de abrangência e não o sujeito que está inserido no contexto da barragem. A empresa determina quem é o impacto. A Norte Energia desrespeita a todos sem levar em consideração o que pensam e querem.

Quando se fala de Santo Antônio, logo vem à indagação tudo isso aconteceu porque está muito perto dos canteiros de obra da hidrelétrica não tinha como ser diferente. Neste sentido os moradores da vila Santo Antônio ainda guardam parte da história e a memória do que um dia foi à vila formada por agricultores e pescadores profissionais (a maioria integrante da colônia de pescadores da Z-12), e sua ligação direta com o rio Xingu.

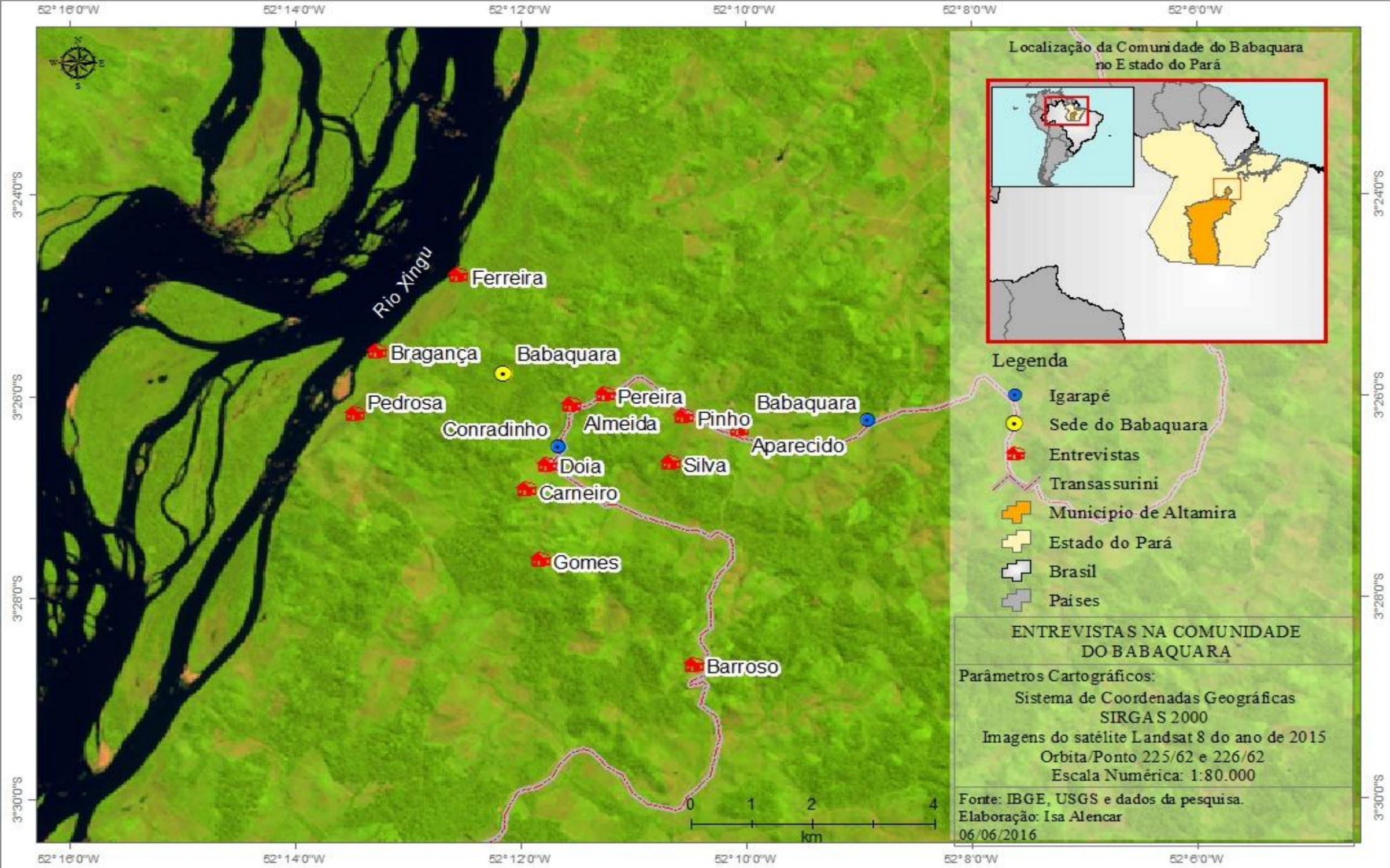
Na análise do 2º Relatório Semestral de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo 02001.001848/2006-75. Consta: Comentários e Recomendações: O maior desafio imposto à equipe do projeto de reparação no momento será adequar a metodologia, principalmente para realização de diagnóstico rápido participativo com famílias muito dispersas.

A comunidade da Vila Santo Antônio foi pulverizada, apesar de o processo ter respeitado a vontade das famílias ali instaladas. O desafio está justamente em retomar com as famílias dispersas alguma ação de reparação. Incluir no projeto de reparação as famílias da Vila Santo Antônio que optaram por reassentamento coletivo. (2º Relatório consolidado p.11)

A Comunidade Babaquara localiza-se na área rural de Altamira, Sudoeste do estado do Pará, sua formação espacial é produto da colonização da região, resultado do contexto político e econômico brasileiro da década de 1970, especialmente, com a abertura da Rodovia BR 230 (Rodovia Transamazônica) e implantação de grandes projetos na Amazônia.

Em termos de composição familiar da referida área, a Comunidade Babaquara é composta por quarenta e duas (42) famílias, a comunidade possui 150 lotes e tem família que possui, mas de um lote. O MAPA (05) destaca os moradores entrevistados durante a pesquisa e a localização dos igarapés que cortam toda a comunidade.

Mapa 05: Localização dos entrevistados na comunidade Babaquara



Fonte: IBGE,USGS e dados da pesquisa. Elaboração:Isa Alencar

Neste contexto, de formação do espaço agrário da Comunidade Babaquara, foram evidenciados choque de hábitos e de culturas entre os moradores, sobretudo considerando as diferentes fases de ocupação. Para tanto, foram verificados os fatores que contribuíram na modificação do espaço, da comunidade Babaquara principalmente como a chegada da hidrelétrica Belo Monte.

A comunidade Babaquara passou por diversas dificuldades durante todo seu processo de colonização, mas sempre superável pelos seus moradores de forma tranquila, e em conjunto tomavam as decisões mais adequadas para todos. A partir de 2010 os moradores começaram a ter sua rotina alterada com a história da construção da barragem:

Em princípio com essa história de barragem ficamos amedrontados aqui na comunidade porque ninguém sabia o que poderia acontecer, já que estamos tão perto do rio, e era muitos disse e me disse, cada uma falava uma coisa, dizem que tudo ia alargar que íamos ganhar muito dinheiro, essas coisas, até hoje ainda não temos clareza das coisas. (W.B, 2015).

Importante destacar que a Comunidade Babaquara, possui duas formas de ocupação que de certa maneira determinaram seus modos de vida: uma em que a chegada ao lugar se deu por água, às margens do rio com dinâmica e relações socio territoriais, culturais, estabelecidas estritamente com o rio Xingu. Na avaliação da Norte Energia os moradores da margem do rio estão inseridos no contexto de área remanescente.

Esse modo de vida foi alterado quando a Norte Energia começou a procurar os moradores perdido autorização para começar os levantamentos topográficos e o cadastramento das famílias (Anexo-1). Precisamente em 19/06/2012. Em 2011 as subcontratadas começaram as visitas na comunidade principalmente nos lotes que ficam as margens do rio, fazendo vistoria nos imóveis e nas benfeitorias e no decorrer do processo sempre relatavam que a indenização seria total e que todos teriam que sair da propriedade após receber a indenização:

O povo da Norte Energia começou a andar aqui em 2011, com uma conversa mole querendo saber como a gente fazia no período chuvoso para sair daqui, onde fica a água, pensando que somos besta. Ai um belo dia disseram que íamos ter que sair daqui, porque com a barragem tudo ia alargar. Mas eles viram com documentos para pudéssemos assinar e fosse feito o levantamento do nosso lote. (L.F, 2015).

Em 11/12/2013 outro perdido de autorização foi expelido pelo Consorcio Construtor (Anexo 2) para colocação de placas de sinalização na propriedade e continuavam informando para os moradores que iriam receber indenização por todo o lote tendo que sair para outro lugar:

Vão tirar as pessoas que moram aqui há tanto tempo, já estão adaptados com todas as coisas, com as pessoas e querem no jogar para outro lugar que ainda nem sabemos aonde é. E fico imaginando que vamos ter que começar tudo de

novos, já sou velho, será se vou conseguir viver bem depois de tudo isso. Só sei que será um choque para muita gente. (P.P, 2015).

Os trechos no PBA, do Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes para entendermos a situação dos moradores que estão neste contexto. A implantação da UHE Belo Monte inundará parcialmente uma série de imóveis rurais sem, no entanto, inviabilizá-los economicamente. Por meio da aplicação de critérios a serem definidos no Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes será possível a identificação de áreas disponíveis que poderão ser regularizadas ali permanecendo seus ocupantes iniciais, ou reorganizadas e ofertadas a moradores do local.

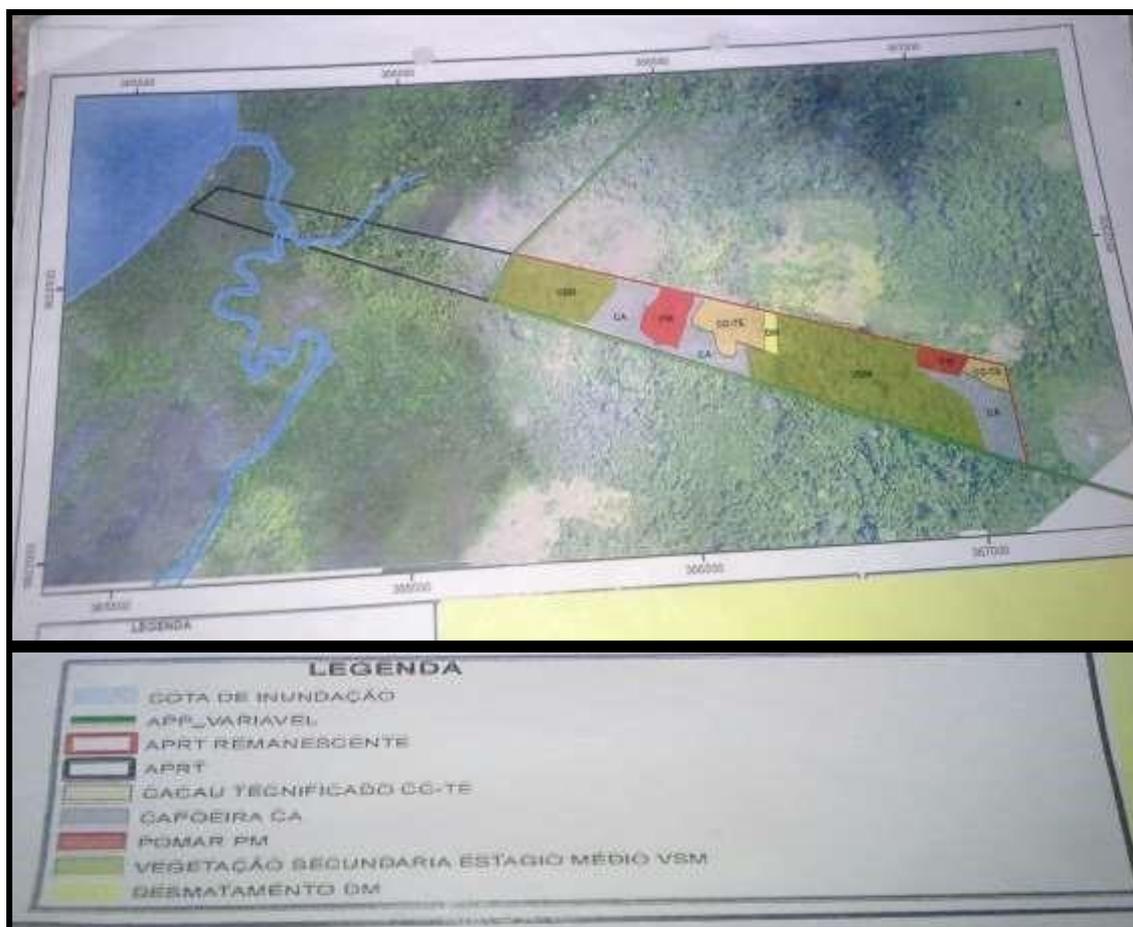
Boa parte dos imóveis que serão atingidos se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias baseados em técnicas ainda rudimentares, particularmente nos minifúndios e nas pequenas ocupações, certamente os extratos de área que mais sentirão os reflexos dos impactos decorrentes da perda de área.

Diante deste fato, o Projeto de Recomposição de Atividades Produtivas em Áreas Remanescentes tem o grande desafio de não fazer mais do mesmo modo; ou seja, é necessário não só recompor a atividade produtiva, mas recompor e substituir o padrão de exploração das áreas atingidas, inserindo fortemente a componente ambiental e a necessidade de uma abordagem sistêmica da unidade produtiva.

O objetivo geral do Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes é garantir às populações que permanecerão nas áreas remanescentes dos imóveis atingidos condições de produção e garantia de sustento das bases economicamente viáveis socialmente justas e ambientalmente saudáveis. (PBA, P.145/146, volume II. Conforme a análise de área Remanescente conferida pela CNEC Worley Parsons nº NM263-4.1.46-Nt-073 é viável, economicamente, a permanência do proprietário/ ocupante na área remanescente do referido imóvel).

De acordo com o mapa de uma área remanescente de uma propriedade indenizada. (Figura 06). Dessa forma foi realizada para todos os lotes da margem do rio num total de vinte, desses somente um foi indenizado totalmente por estar inserido na área que inunda completamente no período chuvoso.

**Figura 06:** Área remanescente indenizada.



**Fonte:** Silva, 2016.

A implantação de grandes projetos impacta fortemente os pequenos agricultores existentes na sua área de Influência Direta, levando à sua desestruturação econômica, cultural e ambiental. Os valores das indenizações serão considerados irrisório, no sentido de que o valor esteja abaixo do necessário para adquirir outro imóvel, isto em decorrência da valorização econômica e imobiliária que vêm ocorrendo na cidade.

No que tange às terras rurais produtivas, perdendo-se essas áreas as pessoas perderão suas fontes de renda e sustento, o que não pode ser suprido por uma indenização desapropriatória.

De acordo com o RIMA 2009 “as medidas propostas para os impactos gerados pela aquisição de imóveis rurais e perda de atividades produtivas estão, na maioria, no Plano de Atendimento à População Atingida”, com diferentes programas que ficarão a cargo da concessionária da obra, objetivando a diminuição dos impactos causados às comunidades que vivem de economia familiar (RIMA 2009, p. 92).

Significativas transformações ocorrem no uso da terra, nos modos de produção e nas relações de trabalho. A base produtiva foi alterada e se desenvolveram atividade agrícola limitada e especializada para o suprimento do mercado como é o caso do cacau. Segundo o PBA, p.174, considera-se importante e necessário efetuar um estudo minucioso sobre a cadeia produtiva do cacau na área de influência direta do empreendimento - UHE Belo Monte que deve ser contratado pelo empreendedor.

É extremamente importante salientar, a omissão, em relação aos impactos socioculturais dos grandes projetos que envolvem o ambiente cultural, não só o patrimônio imaterial – o modo de viver, fazer e criar – construído ao longo de várias gerações é ameaçado de destruição, como também, em muitos casos, vestígios de civilizações antigas, representados por objetos de interesse arqueológico, nesta comunidade tem que levar em consideração que já foi habitada pelos índios Assurini e mesmo paisagens naturais notáveis e bens imóveis de valor histórico são expostos e irremediavelmente destruídos.

Tradicionalmente, a indenização das populações atingidas pelos grandes empreendimentos do setor hidrelétrico não é feita de maneira a preservar suas práticas culturais. Ao contrário, os empreendedores têm optado por indenizações individuais, em detrimento do remanejamento coletivo para locais que permitam aos grupos atingidos reproduzir suas vidas nos mesmos moldes anteriores, com a manutenção de seus laços sociais, de seus modos de sobrevivência e de seus valores culturais.

E a outra área, definida aqui como de terra firme, possui sua dinâmica muito mais influenciada pela lógica da estrada, possibilitando relações distintas no que tange o uso dos recursos naturais e os objetivos de produção em relação ao núcleo da comunidade as margens do Xingu.

Até a realização das primeiras políticas públicas iniciadas na década de 1990, a comunidade viveu em situação de extremo abandono, com ausência total de direitos civis, como educação, saúde e transporte.

Em relação ao transporte da produção e produtos extrativistas, a locomoção era realizada em animais ou em muitas vezes nas próprias costas via picadas abertas na floresta até a beira do rio, onde ainda sofriam com as irregularidades dos barcos, que notadamente expressam a insegurança e o desconforto ao navegar, principalmente por conciliar nas viagens o transporte de produtos e pessoas (SILVA, 2013, p.37).

No início da colonização da comunidade a única via de transporte era de barco onde os moradores tinham de esperar por dia até descer um pescador que pudesse trazê-lo até a cidade. Durante anos a alternativa de regularidade foi encontrada por um morador que ao adquirir um

barco, deixou em posse do filho que residia na cidade de Altamira e aos domingos se deslocava até o porto da comunidade para transportar o que fosse necessário, dividido o espaço entre pessoas, mercadorias e animais que traziam para vender na cidade.

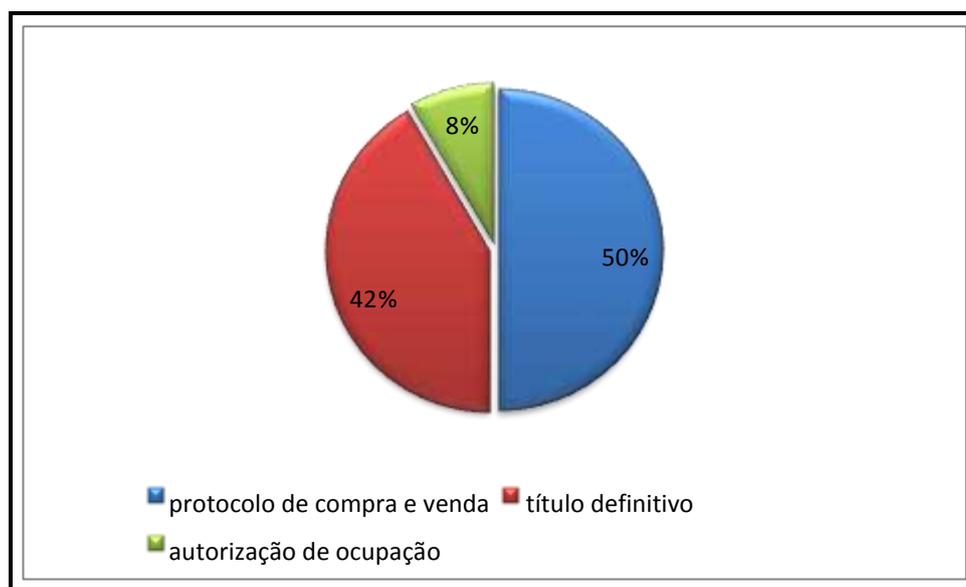
A construção da estrada Transassurini, em 1997, favoreceu a via de acesso, sendo possível sair do porto de Altamira, travessia com balsa até o porto da estrada e seguir aproximadamente 33 km de estrada de barro batido até a comunidade. Com essa alternativa viabilizou o transporte coletivo e com dias definidos o que facilitou o transporte e comercialização dos produtos, pelo menos no período de estiagem em que se favorecia o trajeto do transporte por caminhão.

Registra-se o transporte no período de seca (estiagem), pois quando se iniciam as chuvas a dificuldade de locomoção aumenta significativamente, inviabilizando por um longo período o transporte coletivo em caminhões de linha.

No período de estiagem das chuvas a estrada proporciona muito risco pelo excesso de poeira, mas os moradores conseguem chegar com mais tranquilidade na sua moradia ao contrário do período chuvoso que as dificuldades aumentam, pois em alguns trechos fica impossível trafegar impedido assim que se possa escoar a produção e até mesmo o deslocamento até a cidade para acessar bancos, hospitais e supermercados. (SILVA, 2013, p.38)

As atividades desenvolvidas pelas famílias, tal como agricultura, pastagens e plantio de cacau são os principais responsáveis pela retirada das florestas possibilitando assim a reivindicação pela terra, pois até o momento ainda não tinha o título definitivo. (Gráfico 02)

**Gráfico 02** :Tipos de documentos



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015

Essa falta de documento definitivo preocupa os moradores pelo fato de não saberem o que irá acontecer com as propriedades que ficam próximo aos dois igarapés que atravessam várias propriedades deixando alguns lotes alargando no período chuvoso. Segundo os moradores essas propriedades têm várias plaquinhas colocadas ao longo do percurso do igarapé na propriedade de alguns agricultores. De acordo com a foto 12.

**Foto 12:** Placas colocadas nas propriedades e ao longo dos igarapés.



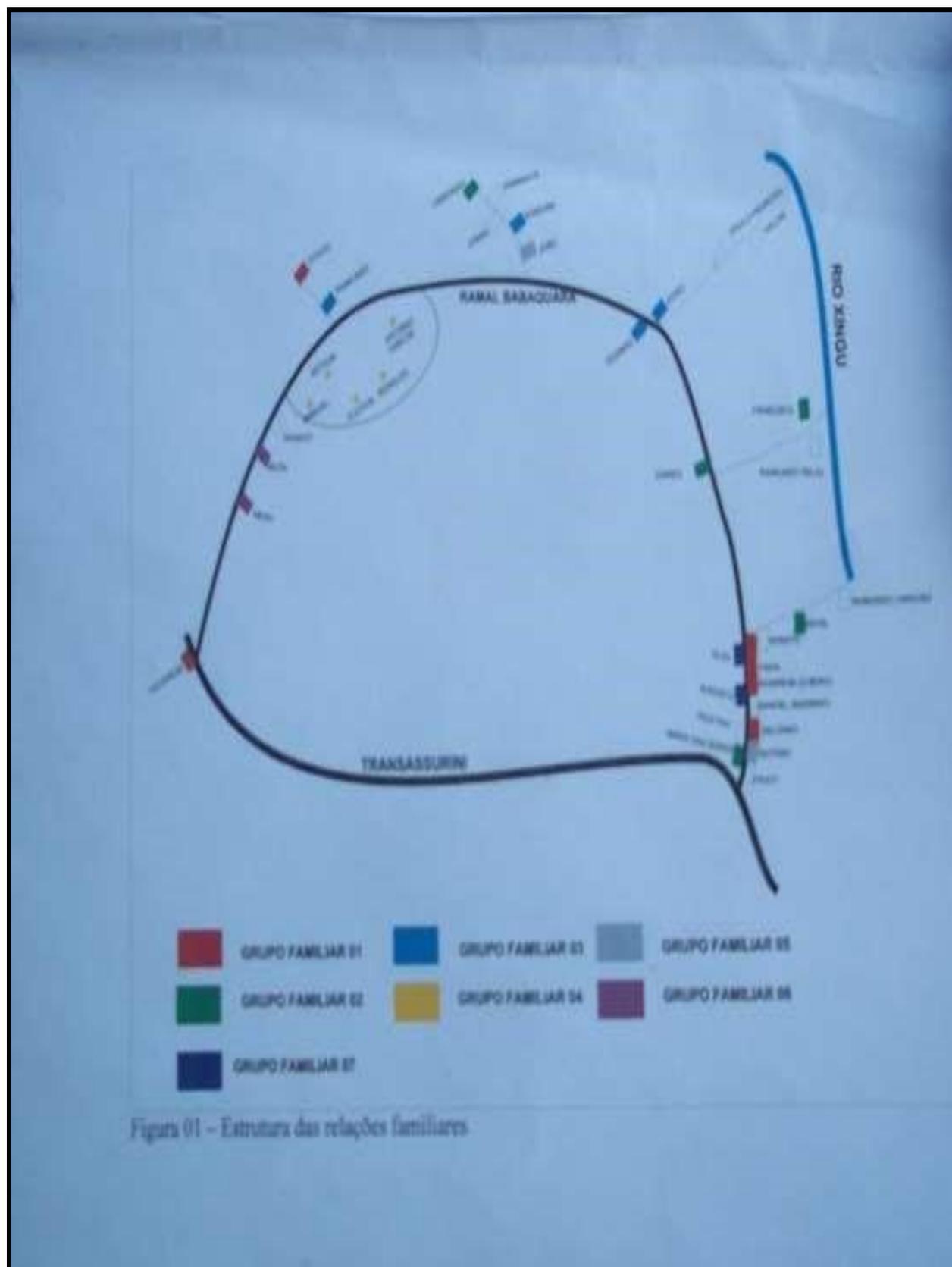
**Fonte:** Silva, 2015

E podemos acompanhar a preocupação dos moradores no relato de um morador que vivenciou toda a situação mais não foi comunicado oficialmente o motivo das placas e das demarcações.

As pessoas ficaram preocupadas porque tem alguns funcionários das terceirizadas fazendo medições, e colocando placas nas áreas mais baixas, principalmente perto dos igarapés Conradinho e Babaquara. Mas até agora nunca nos informaram nada sobre a nossa região. O que vai realmente acontecer com as áreas mais baixas dos lotes. E a preocupação é que nossas lavouras e o cacau boa parte é planta exatamente nestes pedaços de chão. Só sabemos que estão fazendo vistoria nas propriedades próxima ao rio (T.A, 2015).

Ao olhar um croqui da comunidade é possível perceber a distância da parte do rio para terra firme bem visível entorno de seis quilômetros. Sendo que já encontramos a estrada acessível para locomoção entre as duas partes para algumas propriedades da margem, e energia elétrica também do programa luz para todos. (Figura 07).

Figura 07: Croqui da comunidade Babaquara.



Fonte: Silva, 2015.

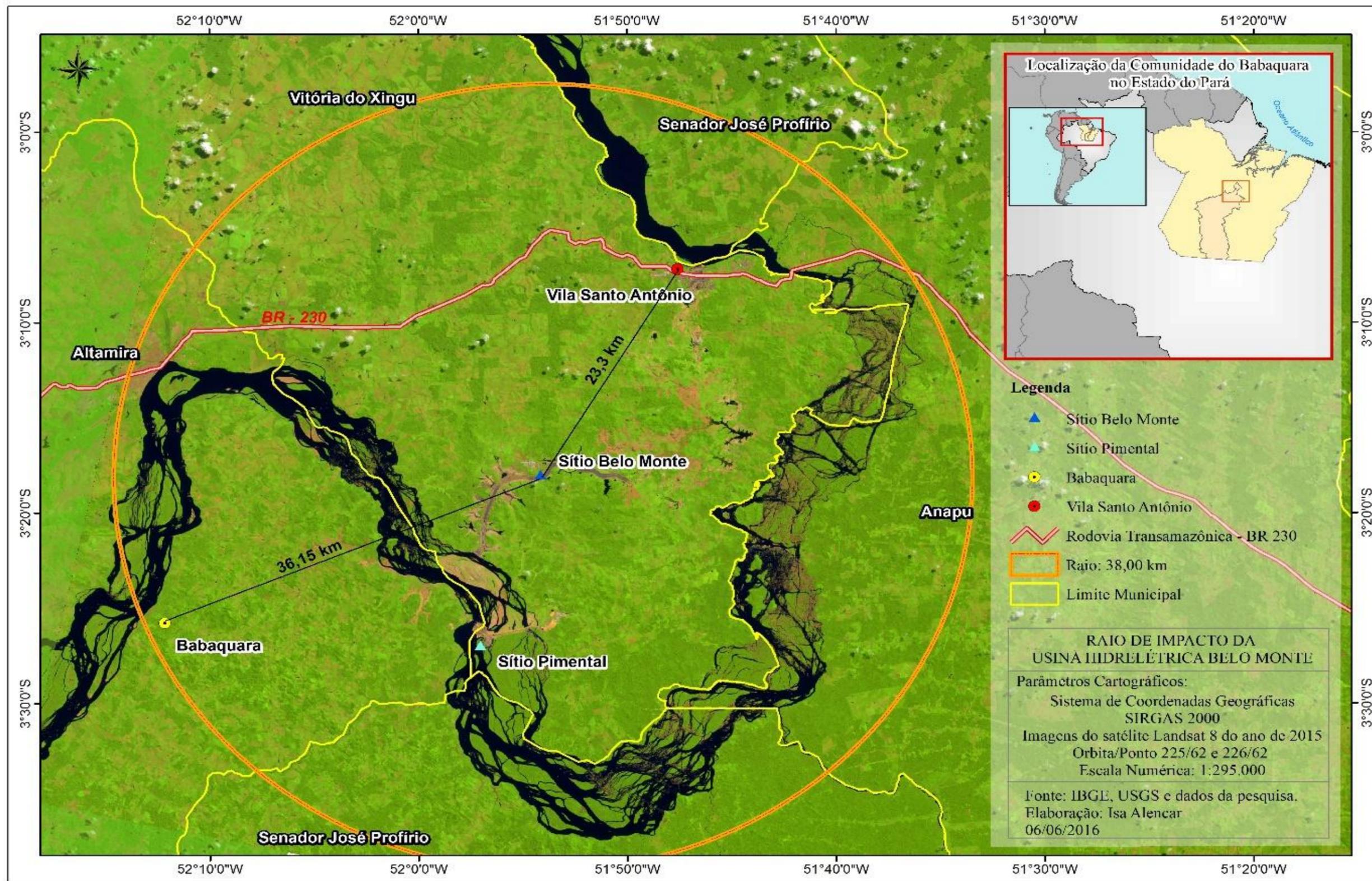
Desde a definição da área de influência, são adotados critérios que não levam em conta os modos como os grupos sociais classificam e delimitam seus ambientes ou lugares. Como consequência, há a exclusão de ambientes e segmentos populacionais que integram um mesmo universo sociocultural e que poderá ser afetado em sua totalidade.

É o caso da parte de terra firme da comunidade Babaquara, enquanto o Consorcio cadastra os moradores da margem de acordo com o interesse do empreendedor provocando uma nova estrutura no universo social, econômico e culturalmente que envolve o atingido.

Os Estudos de Impacto Ambiental devem considerar, efetivamente, as relações entre a sociedade e os recursos ambientais, que são relações socioculturais por definição e não devem ser reduzidas aos vínculos puramente econômicos, no sentido utilitário, em detrimento dos vínculos de natureza simbólica e afetiva.

O empreendedor utiliza os termos ADA e AID para classificar as áreas de estudos, dessa forma apresento, o MAPA (06), que demonstra o raio de distância entre as áreas estudadas e a hidrelétrica que contradiz a nomenclatura que os documentos oficiais apresentam para resolver a situação das indenizações entre as duas áreas, sendo que o impacto gerado na vida dos moradores são equivalentes, principalmente quando remete as questões subjetivas na vida das famílias afetadas.

Mapa 06: Raio de impacto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte



Fonte: IBGE,USGS e dados da pesquisa. Elaboração : Isa Alencar

A comunidade está relacionada, ao contexto de Belo Monte, área de Influência Direta, vive vários transtornos no período de cheia, as propriedades que ficam as margens do rio, são invadidas pelas águas, causando diversos problemas, como o abandono da residência e a perda da produção. Os moradores que ficam na centralidade, próximo aos igarapés Babaquara e Conradinho, também sofrem quando as águas transbordam deixando a lavoura principalmente o cacau inundado.

No painel dos especialistas neste fragmento fica claro a situação das duas áreas de estudo que mesmo sendo classificadas de forma diferente nos documentos oficiais sofrerem de maneira igual tanto no aspecto físico quanto no subjetivo.

Observe-se que diversos agricultores terão suas terras parcialmente engolidas pela obra, mas esta população não está quantificada na área diretamente afetada. Conforme o EIA, foi deixado para avaliação posterior (Painel dos especialistas, p.32).

Neste documento extraoficial fica evidente a ausência de ações mitigadora que respalde aos moradores diante da situação vivenciada. Ao expulsar comunidades de seus locais de origem, a inundação das represas provoca impactos socioeconômicos de difícil superação, a formação dos reservatórios das usinas hidrelétricas atinge geralmente solos mais férteis e terras agricultáveis, desintegrando a população local que perde suas características históricas, identidade cultural e suas relações com o lugar e isso não é mesurado pelo empreendedor quando classifica o espaço físico e deixar sem contabilizar as outras variáveis, e mesmo se tratando do elemento físico as duas áreas estudadas receberam impactos semelhantes afetando a agricultura, pesca artesanal, criação de bovinos e o cultivo do cacau. Gerando grandes dificuldades de adaptação aos locais para onde foram transferidos e a pratica de novas atividades para garantir o sustento.

### **CAPÍTULO III – MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA DA VILA SANTO ANTÔNIO E DA COMUNIDADE DE BABAQUARA.**

O processo de desenvolvimento humano decorre desde que o homem teve noção de espaço e passou a transformar sua geografia. Adaptando-se às intempéries do cotidiano o homem busca desenvolver, de maneira eficiente, o aprimoramento de suas atividades a fim de promover melhorias no seu modo de vida.

Considerando o fato de que é indispensável, no atual contexto global, o acesso à energia elétrica, configura com a necessidade básica dos indivíduos, por isso é relevante pesquisar os impactos ocorridos na Comunidade Babaquara, localizada no Município de Altamira – PA. E a vila Santo Antônio, que estava localizada no município de Vitória do Xingu – PA. Após a implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte. A comunidade Babaquara e vila Santo Antônio têm experimentado as inúmeras transformações ocorridas em seu ambiente geográfico.

A transformação na comunidade Babaquara e na vila Santo Antônio tem ocorrido de maneira progressiva e alcançado aos moradores, nos mais diversos níveis, todos têm sido impactados socialmente, economicamente, culturalmente adentrando o lado da identidade dessa população pela chegada e implementação da obra.

Para Hall (1997) a construção dos significados identitários se processa num movimento histórico, que se realiza de maneira dinâmica, múltipla e aberta. Desse modo, a construção da identidade tem a ver com as raízes, tradições que já estão presentes, como pelas rotas e rumos para o futuro. É indispensável enfatizar que a identidade é construída de maneira subjetiva e no interior dos contextos sociais que direcionam a posição dos atuantes influenciando suas escolhas e suas representações.

Dessa maneira, seguimos a compreensão de Haesbaert (2007) de que certas identidades são construídas pelas relações concreta/ simbólica e material/imaginária dos grupos sociais com o território. E esse sentimento de pertencimento a uma comunidade, a um lugar, a um território que leva os grupos e indivíduos se reconhecerem como pertencentes a estes.

No momento em que a população impactada se sente ameaçada, a valorização do lugar ganha importância, pois o espaço da comunidade, da propriedade e da família tem um sentido de lugar de suas raízes, pois muitos foram nascidos e criados ali, construindo assim suas vidas. Lugar de onde extraem sua subsistência e, perpassando o significado material de produção, a terra é condição para formação de suas famílias, das relações de amizade, vizinhança, de organização quanta classe de trabalhadores do meio rural.

Os sentidos que dão importância ao lugar, somados às identidades territoriais, são construídos a partir da dinâmica de vida que se desenvolveu na comunidade e afirmados no momento da ameaça da construção da hidrelétrica.

De acordo com Vainer (1992) esses empreendimentos concretizam uma ação de apropriação dos recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, gerando situações de conflitos e desigualdades sociais, por meio de exclusão, expropriação e destruição territorial tanto de populações rurais como urbanas.

### 3.1. A desestruturação socioespacial da vila Santo Antônio

A vila Santo Antônio estava localizada no município de Vitória do Xingu, Sudoeste do Estado do Pará, às margens da rodovia Transamazônica. A vila ficava a 50 km de Altamira, sendo delimitada pelas seguintes coordenadas S 03° 06' 57.3'' e W 51° 47' 28.6''. Onde era a vila Santo Antônio tornou-se área que foi construído o canal de fuga da casa de força principal da Usina Hidrelétrica Belo Monte. (Mapa 07).

Mapa 07: Sequencia da transformação da vila Santo Antônio

## MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA VILA SANTO ANTÔNIO

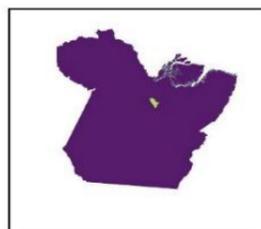
Vila Santo Antônio em 2010.



Vila Santo Antônio em 2011, início das obras da UHE Belo Monte.



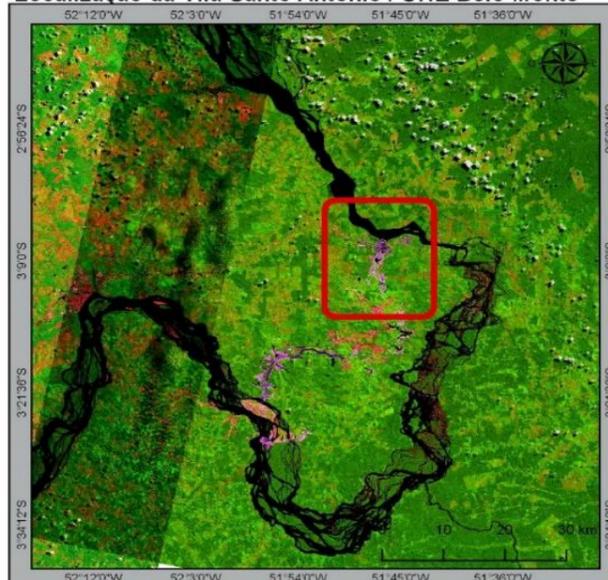
A Vila Santo Antônio estava localizada onde hoje é o Canal de Fuga da Casa de Força Principal da Usina Hidrelétrica Belo Monte.



Vila Santo Antônio, atual Canal de Fuga da Casa de Força Principal da Usina Hidrelétrica Belo Monte em Julho de 2015.



Localização da Vila Santo Antônio / UHE Belo Monte



Cena 226/062 do Satélite LANDSAT 8 Julho 2015, Composição RGB- Bandas 6-5-4 fusionada com a Banda 8, resolução espacial de 15m.

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Consórcio Construtor Belo Monte - CCBM, Norte Energia S.A., Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Google Earth.

Sistema de Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000

Elaboração: Igor Renan  
Dezembro 2015

Fonte: IBGE, CCBM-Norte Energia, INPE e Google Earth. Elaboração : Igor Renan

A desestruturação da vila se deu pelo redesenho que o Consorcio Construtor fez na estrutura da vila para adequar a condição de aporte do canteiro de obra para dar início a construção da barragem dessa forma o acesso à vila ficou precário, pois há muita dificuldade tanto para o tráfego de carros como para aqueles que normalmente o fazem a pé.

Os impactos ocasionados pela início da construção da barragem, na vila rompe com os equilíbrios básicos entre cultura e natureza e as populações toleram as mais severas implicações, porque perdem referências construídas ao longo de gerações.

Após as reuniões iniciadas em dezembro de 2010, foi realizado o cadastramento dos moradores, com base na Condicionante 2.12 - Efetuar, no prazo de 90 (noventa) dias, o cadastramento socioeconômico da população residente na Vila Santo Antônio.

Resposta: O cadastro socioeconômico (CSE) da Vila de Santo Antônio já foi concluído, tendo sido o mesmo protocolado junto ao IBAMA em 25/04/11, através da CE 098/11. No Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias consta de 105 imóveis, 39 famílias em 59,04 hectares, se localizam no Núcleo de Referência Rural Santo Antônio PBA, p.55, volume II.

Durante a pesquisa de campo 2015 os dados coletados aponta outra realidade referente à formação da vila que tinha no total de 243 lotes doados pelo INCRA em 1973, a vila começou com 3 famílias, e com o passar do tempo novos moradores foram chegando e se concretizando com 45 moradores e com a história de barragem e interesses pela indenização houve o aumento populacional na vila que se deu dois anos antes do início da instalação do canteiro de obra entre os anos de 2009 e 2010, totalizando 225 famílias, isso segundo relato dos ex-moradores entrevistados:

Iniciou em 1983, com a CNEC, fazendo onze anos de exploração e registro na área. Depois disso acalmou ninguém mais ouvia falar nesta história ou não acreditava que poderia acontecer. Passaram-se 22 anos e a Norte Energia chegou, já pronta para executar a obra, com isso tudo virou um inferno (A.F, 2011).

Nesse período, que se estendeu até maio de 2011, a Norte Energia atendeu diretamente comissões de representantes da Associação de Moradores da vila para prestar informações específicas, tirar dúvidas e esclarecimentos. Nesse mesmo período, o IBAMA realizou duas reuniões para acompanhamento das negociações entre a Norte Energia e os moradores.

Assim, as marcas socioculturais foram se desenhando as feições dos sujeitos da vila. Segundo relato da moradora que tem vários parentes que moram na vila desde o início da colonização:

Minha sogra criou todos os filhos aqui, eram todos sadios, levantavam todos bem cedo e desciam para rio onde lava os dentes, tomava banho e cada um procurava seus afazeres. Ela pegava sua canoa e ia pescar para garantir o sustento de todos. Quando chegava a gente ia lá ao vilarejo Belo Monte vender pra comprar as coisinhas para casa (V.B, 2015).

A respeito do conceito de sujeitos, Moraes (2005) tratara concomitantemente a produção do espaço, a saber: “as formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materialização de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais” (MORAES, 2005, p.16). Ou seja, são os sujeitos que (re) criam a estrutura sócio espacial, o espaço, é condição, é meio e é reflexo da vida social e da ação dos sujeitos sociais na sua relação com o lugar.

No intervalo dos anos 2011/ 2012, foi decisivo para aqueles moradores com a construção da Usina hidrelétrica Belo Monte causou a desapropriação, angustia e muita incerteza refletida diretamente nas atividades que realizavam que estava diretamente ligada com o rio neste período aconteceu o afastamento dos peixes, prejudicando os moradores que ficaram com poucas alternativas para sobreviver na vila.

Seguido ao processo, os moradores foram praticamente forçados a procurar vagas de emprego nas cidades mais próximas. Em entrevistas realizadas em 2012, verificou-se que não adiantava tentar pescar, pois os peixes já estavam escassos e que os moradores da vila não tinham dinheiro para comprar a mercadoria.

A constituição dos sujeitos locais é prejudicada, face às transformações nos modos de vida daquela população com a construção da UHE Belo Monte. Segundo Sorre, (19948b, p.230), o modo de vida camponês se metamorfoseia se especializa, mas não se transforma em um modo de vida urbano praticado no campo, ele se torna um modo de vida camponês urbanizado.

Desta forma a população da vila tenta inserir-se, na verdade são levadas a se inserirem, em novas atividades como a construção civil, desaparecendo cada vez mais a figura do pescador, inserindo-se tais sujeitos em novas relações de trabalho como ajudante de pedreiro, mestre de obras, marreteiro, e outras atividades informais que transformam o papel dos sujeitos locais.

Neste período ficou evidente que os moradores tiveram dificuldades de relacionamento com os migrantes, pois temiam a ocupação da Vila e perda de seus direitos. A bem da verdade, a incerteza era predominante na expectativa dos moradores, pois ao mesmo tempo que foram informados da retirada de suas casas, percebiam a chegada de novos moradores estimulados pela possibilidade de obter um posto de trabalho na obra.

No segundo semestre de 2011, a população local sofre redução no número de moradores, que antes contava com as 45 famílias históricas do lugar é reduzido para 09 famílias entre (2011-2012), principalmente devido à maioria dessas pessoas terem sido indenizadas no processo de beneficiamento da população impactada pela construção da obra. Para entender esse processo de aumento e diminuição da população o morador que fundou a vila explica:

Olha a vila começou com três moradores e aos poucos foram agregando mais gente que vinha e pedia um pedaço de terra para morar, com essa história de barragem sai nos documentos por ai que éramos duzentos e poucos, mais não é verdade a população Santa Antoninense, ou seja, origem da nata que lutou por tudo era um total de quarenta e cinco, pois esses outros só aparecerem entre 2009 e 2010 e o único interesse era a indenização. Teve gente que construiu uma casinha fez o cadastro e voltou pra sua cidade e só aparecia quando falava em reunião com esse povo do poder (C.A, 2015).

Segundo o morador que criou a vila ele acredita que o grau de escolaridade influenciou muito para que eles não tivessem garra e força para lutar pelo seu direito, pois foram convencidos muito rápidos por esse povo que acham que pode mandar em tudo. De acordo (fundador da vila) a escolaridade das famílias é muito baixa a maioria não completou o ensino fundamental, fizeram apenas de 1ª a 4ª série. A educação tem sido um fator pujante na estruturação dos sujeitos sociais, a baixa escolaridade desses sujeitos reflete na ineficiência da estruturação e do fortalecimento da luta.

Os moradores cedem diante da pressão que passam para vender suas propriedades por mais humildade que pareça, causando indignação, tendo que optar pelo valor do imóvel ou carta de crédito, impondo assim o valor da sua propriedade, preestabelecido pela empresa.

Assim, devido ao jogo estratégico do Consórcio Empreendedor para alcançar seus objetivos, foi implantado entre as famílias um elo que gerou a desunião, individualismo e distanciamento entre os moradores, já que houve uma desintegração da vida comunitária, das relações de vizinhança e de parentesco. Como relata um morador que vivia da pesca ornamental e não se conforma com a perda do seu local de trabalho o rio Xingu:

Lugar igual ao nosso não vamos encontrar mais nunca. Além da convivência e das amizades que tínhamos aqui, todo mundo era conhecido. E de repente nos tiram do canto e ainda não nos indenizam do jeito que a gente gostaria que fosse não chegou nem no rumo, nem próximo, botando um para lado e outro para outro, se eles pagassem quinhentos mil reais para cada um e talvez um psicólogo para nos todo dia ainda não ia ser fácil, ainda mais fazendo como eles fizeram largando todo mundo por conta. (V.B, 2015).

Assim, verifica-se que a população impactada não está conseguindo superar o trauma causado pela retirada de suas residências e que as perdas foram muito maiores do que os ganhos obtidos, quando lembram que antes vivem livres tinham o rio que lhe forneciam os elementos

essenciais para o seu bem-estar fonte de alimento incondicional. Os moradores tem o direito subjetivo de serem compensados pelos abalos que sofreram em razão de terem perdido seus laços afetivos, construídos na vila Santo Antonio, compensando os materialmente por esses danos imateriais ocasionados pela Norte Energia, como forma de contribuir para a recomposição da integridade dos modos de vida dos moradores. Afinal não foi por outra razão, que o projeto Básico Ambiental (PBA), da Usina Hidrelétrica Belo Monte previu a reparação dos danos imateriais causados à população atingida pela implantação da hidrelétrica, inclusive consignando que a Hidrelétrica Belo Monte seria pioneira já que há resistência dos empreendedores em reconhecer.

A reparação aos danos imateriais causados à população atingida pela implantação de empreendimentos de geração de energia elétrica, historicamente, não tem sido considerada em procedimentos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura, sendo que este em questão pode ser considerado um caso pioneiro. (PBA, vol. II. 2011.p.127)

A reparação dos danos imateriais deve inevitavelmente considerar a dificuldade de encontrar projetos e ações que contemplem o sentimento de um grupo ou indivíduo, ou ainda, transformar este sentimento em valor pecuniário, no caso da reparação material.

Portanto, a determinação dos critérios segundo os quais estes valores serão determinados deve ser fruto da negociação entre atingidos e empreendedor. O reconhecimento da ocorrência de perdas não mensuráveis tais como a quebra das relações sociais, a rede de apoio da vizinhança, as mudanças nos hábitos que deverá orientar essa negociação. (PBA, vol. II. 2011.p.128)

A condição do atingido é reconhecida na proposição de reparação do dano material e o dano imaterial, estando o primeiro ligado ao patrimônio e à integridade física das pessoas, e o segundo aos sentimentos e conjunto de relações e vínculos comprometidos no processo de implantação do empreendimento. (PBA, vol. II. 2011.p.300)

Assim, por ser o Projeto Básico Ambiental (PBA) a fonte de obrigações da Norte Energia, não resta dúvida que ao se submeter ao licenciamento a empresa já sabia que o volume 33 do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) previa a ocorrência dos danos imateriais que a empresa estaria obrigada a mitigar ou reparar, mas assim não procedeu.

Desse modo, considerando a realidade dos fatos e os documentos alguns moradores recorrem ao judiciário, para que a Norte Energia lhes indenize pelos danos imateriais, causados pela prática dos atos ilícitos e pela intervenção ambiental, decorrentes da construção da hidrelétrica Belo Monte, de modo a reparar o sofrimento, a tristeza e a dor causada aos moradores.

Sendo assim após 23 anos do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em 1989 no município de Altamira, estado do Pará, com o objetivo de resistir ao projeto de construção do então Complexo Hidrelétrico do Xingu, a vila sediou um novo encontro denominado Xingu+23<sup>8</sup> (Foto 13), O evento aconteceu na vila de Santo Antônio, entre os dias 13 e 17 de junho, no município de Vitória do Xingu. Situada às margens da Transamazônica, a menos de 100 metros dos canteiros de obras da hidrelétrica de Belo Monte (e a cerca de 50 km de Altamira), a vila já foi parcialmente desapropriada pela Norte Energia num processo marcado por ilegalidades, denunciado por movimentos sociais e objeto de ação judicial da Defensoria Pública Estadual. A igreja de Santo Antônio da vila realizou a última celebração do seu padroeiro, o dia de Santo Antônio, o santo das causas perdidas e do fato consumado (Foto 14).

**Foto 13:** Evento Xingu + 23



**Fonte:** Silva, 2011.

**Foto 14:** Convite do Último festejo.



**Fonte:** Silva, 2011.

A festa se tratava de um ato mais que simbólico. Era a resistência clara a esta forma autoritária e abusiva de “desenvolver”. O evento reuniu mais de 300 pessoas, entre indígenas, pescadores, ribeirinhos, ativistas, estudantes, camponeses, militantes de movimentos sociais, pesquisadores, professores e imprensa nacional e internacional.

Werner (2010) enfatiza que manifestações desses grupos, somado com o apoio do movimento ambientalista, pressões da sociedade civil, organização de resistência dos atingidos por barragens levantaram a bandeira para incorporar as questões sociais e ambientais aos projetos de construção de barragem a fim de reduzirem os impactos causados pelas mesmas.

Durante o evento aconteceu à caminhada com o mastro (Foto 15) percorrendo o rio até a entrada da vila, logo em seguida realizou-se a missa (Foto 16). Para os afetados por Belo

<sup>8</sup> Enquanto o Rio de Janeiro recebe algumas das mais poderosas figuras da política e da economia globais em uma nova cúpula sobre sustentabilidade – a Rio +20 -, o Rio Xingu será palco de um novo levante contra o atentado hidrelétrico à sua vida: o Xingu +23.

Monte, o encontro ofereceu alento por terem quem os ouvissem. Para os participantes de outras regiões, foram momentos duros ao serem confrontados com a realidade dos impactos da usina.

**Foto 15:** Caminhada com o mastro



**Fonte:** Silva, 2011

**Foto 16:** Realização da missa



**Fonte:** Silva, 2011

As mudanças foram irreversíveis em todos os aspectos seja físico, humano, político, cultural, social, econômico e ambiental. Vamos acompanhar o que aconteceu com a vila depois da implantação da hidrelétrica Belo monte.

Do ponto de vista da hidrografia foi observada em um primeiro momento, a exploração de água de pequenos furos e igarapés para abastecimento de carros pipas para umedecimento da rodovia, na tentativa de minimizar os efeitos do intenso fluxo de veículos, por meio da redução da poeira e, num segundo momento, após a conclusão de grande parte do asfalto, temos um impacto direto sobre o rio Xingu através do barramento de água, afetando diretamente a qualidade da água e suas condições de uso e de pesca.

A remoção da cobertura vegetal nativa foi utilizada para a implantação das obras civis destinadas à criação da infraestrutura da hidrelétrica. A perda da cobertura vegetal implicou em uma modificação drástica na paisagem, com a supressão e degradação do meio natural, em virtude da retirada da mata ciliar (Foto 17). Vale ressaltar, a secção aterramento transversal é feito com reservas de argila explorada de áreas adjacentes repercutindo no assoreamento do rio (Foto 18).

**Foto 17:** Retirada da mata ciliar

**Fonte:** Silva, 2011.

**Foto 18:** Assoreamento de igarapés

**Fonte:** Silva, 2011.

Os impactos sobre as unidades geomorfológicas e pedológicas destacaram as intervenções em áreas de relevo em forma de colinas e morrotes por serem áreas mais elevadas, são usadas para instalação dos canteiros de obras, para tanto são aplainados, parte do solo é revolvido e compactado, e posteriormente são transportados para aterros em outras áreas.

Assim a Vila de Santo Antonio, ou melhor, a antiga Vila, 2013 fez-nos constatar que naquele local que antes era um lugar onde muitas famílias construíram sua historia, hoje nenhuma delas residem no local, só restaram os destroços de alguns pertences e as lembranças que as famílias devem ter levadas consigo na memória.

Na foto 19 retrata a atrocidade que um grande projeto pode gerar para as famílias que estão localizadas próximas as áreas que serviram de aposte para o empreendimento. Para Herrera (2012) a integração ocorre descaracterizando o contexto histórico e a formação econômica-social da região.

A interpretação do referido autor parte da percepção do impacto mediante a alteração na apropriação dos recursos naturais e com a desestruturação da realidade social local, condicionando a população à marginalidade dos resultados dos empreendimentos realizados.

Hoje encontramos um local desolado, cheio de marcas e escombros que retratam a realidade da então antiga Vila de Santo Antonio. A chave foi o que restou da casa que pertencia a uma moradora que era a líder comunitária da vila de Santo Antônio e que participava da organização da festividade religiosa da Igreja Católica.

**Foto 19:** Chave de uma casa da antiga Vila de Santo Antonio.



**Fonte:** Bezerra, 2013

Foram encontrados ainda os vestígios da igreja católica, o cemitério, os quintais das famílias, o campo de futebol que era o local onde a vila realizava seus torneios. Ainda estava de “pé” o posto policial, a caixa d’água que abastecia a vila e a escola, que pelo que percebemos a permanência deles foi devido ter servido como estrutura de apoio para a empresa construtora.

Nos quintais onde existiam as casas encontrasse hoje somente algumas árvores que faziam parte do quintal produtivo com árvores frutíferas para o consumo das próprias famílias.

Os destroços da casa que foi o palco de apoio ao Evento Xingu +23 ocorrido no mês de junho do ano de 2012, último momento da vila. Podemos acompanhar no mosaico de fotos (20): Cemitério da vila de Santo Antonio; **(A)** Igreja Católica da vila de Santo Antonio, aos fundos o posto policial; **(B)** Local do campo de futebol da vila de Santo Antonio; **(C)** Poço abandonado em um dos quintais da vila de Santo Antonio; **(D)** Entrada da Vila Santo Antonio; **(E)** Local onde provavelmente a família realizava sua horta caseira; **(F)** Imagem do que restou de uma casa que fica na frente da portaria principal do Sítio Belo Monte **(G)** e Um dos quintais sendo destruído pelas máquinas **(H)**.

Foto 20: Desestruturação da vila Santo Antônio com a construção da hidrelétrica.



No início de 2013, foi possível encontrar todas essas recordações e símbolos dos antigos moradores. Algumas fotos não são o suficiente para retratar a real destruição que ocorreu nessa vila, no local vimos os quintais e os entulhos que restou das casas serem “engolidos” pelas máquinas que estão trabalhando na que hoje podemos chamar antiga vila de Santo Antônio.

Atualmente, hoje 2015 a referência da antiga vila Santo Antonio é de um estacionamento de caminhões que prestam serviços para obra a cena é mais desoladora para quem um dia chamou aquele lugar de lar e o tinha como referência de vida. Observe na foto 21, o lócus da antiga vila.

**Foto 21:** Antiga vila Santo Antônio.



**Fonte:** Silva, 2015.

A vila começou com poucos moradores que procuravam uma vida tranquila, com a facilidade de conseguir terras para construir suas residências e um meio de sobrevivência para sua família. Mas as mudanças rápidas e irreversíveis na vila Santo Antônio, em virtude do empreendimento Belo Monte, materializaram o esfacelamento daquele lugar.

Acompanhamos o depoimento de quem já morou lá um dia e hoje precisa passar pelo local todos os dias para chegar até o seu trabalho e comenta emocionado o que sente ao ver tudo àquilo que um dia já foi a sua casa:

Hoje eu moro no km 45 numa casa cedida por um amigo até me acostumar a realmente fica longe de onde nasci me criei e constitui minha família e de onde foi arrancado em nome de um progresso que até agora ainda não descobrir para quem mesmo. Esse local onde a principio seria a nova vila, e hoje

trabalho de vigilante na escola em Belo Monte. Imagine todos os dias quando vou ao trabalho inda e volta tem que passar por onde um dia já foi a minha casa e hoje somente vejo um monte de caminhões na sombra das árvores dos nossos quintais. Onde tudo foi construindo com muita dificuldade, mas com muito amor. Para eles não significa nada e só mais lugar de descanso a iniciar novamente a jornada de trabalho. É muito triste. Sinceramente sair da vila em 2012 e até agora 2015 não me adaptei com a ideia de ficar longe do rio, de não poder pescar, pescador sempre vai ser minha identidade (V.B, 2015).

A relação dos moradores da vila de Santo Antônio, com os representantes da empresa Norte Energia foi conturbada, pois não concordavam com a proposta oferecida pela empresa a respeito de indenizações das propriedades. Inicialmente era previsto a realocação para uma nova vila, entretanto, as famílias só tiveram indenização de suas modestas moradias.

Nesse sentido, Rebouças (2000), aponta que: Os habitantes das áreas a serem alagadas, na maioria das vezes não são indenizados com valores suficientes para proporcionar a aquisição de terras na mesma proporção e qualidade semelhantes em outros locais, o que acaba por causar a descapitalização da população atingida e por incentivar o êxodo rural.

Em outras palavras, sem capital suficiente para reconstruir o patrimônio literalmente inundado pelas hidrelétricas, os atingidos têm séria dificuldade de restabelecimento das atividades produtivas em outro ambiente natural, levando à total transformação do modo de vida tradicional desses grupos, que optam na maioria das vezes, por migrar para a área urbana, onde os problemas desencadeados pelos empreendimentos hidrelétricos têm continuidade. (REBOUÇAS, 2000, p. 28).

Neste contexto, citamos a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que impôs às famílias diretamente atingidas uma mudança forçada de seu lugar e, conseqüentemente, de seus meios de vida. Mesmo aquelas que optaram em permanecer próximas ao rio, como o caso de quem foi para o povoado de Belo monte bem próximo do rio remanescente de suas propriedades atingidas, tiveram de se adequar ao novo ambiente que foi formado e às restrições de uso impostas pela formação do reservatório. Diante desse panorama, é importante ressaltar que a vila atingida possuía formas diferenciadas de relações sociais, culturais, econômicas e territoriais que dificilmente poderão ser reaplicadas em outra realidade.

### 3.2. A reorganização socioespacial da Comunidade Babaquara.

A Comunidade Babaquara faz parte do Projeto de Assentamento da Gleba Assurini, localizado no espaço agrário do município de Altamira, Sudoeste do estado do Pará. O processo de ocupação de iniciou às margens do rio Xingu. Com o passar do tempo os moradores adentraram a floresta formando um novo núcleo da comunidade, que passa ter uma dinâmica

influenciada pela estrada. De acordo com o MAPA (08), o processo de evolução do desmatamento ao longo do processo de consolidação da comunidade.

O desmatamento na comunidade é um processo do resultado das atividades produtivas e econômicas e, principalmente, pelo aumento da densidade demográfica devido o novo modelo de desenvolvimento inserido pelo governo para povoar a Amazônia e o lugar estudado está contemplando com essa política governamental.

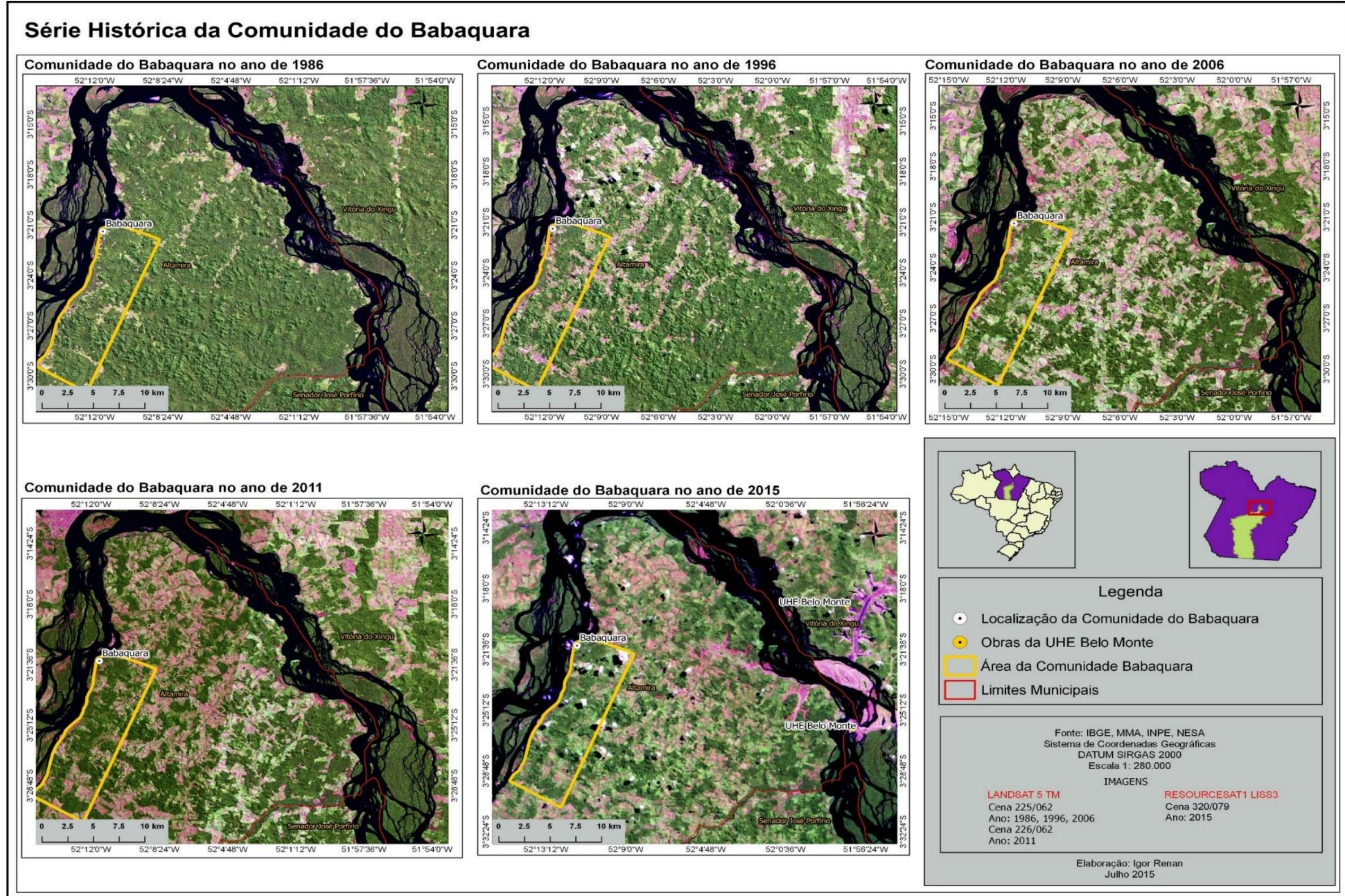
Com todos os incentivos liberados pelo governo a partir da década de 90, fica bem visível à ocupação na comunidade levando um grau maior de desmatamento para a inserção de pastos mesmo não tendo o sucesso esperando pelos agricultores, devido à dificuldade de retirar o rebanho para a cidade para vender e posteriormente o cultivo do cacau que tomou conta das propriedades devido à facilidade de adquirir as amêndoas para plantar e ser bem mais fácil para manter e o retorno financeiro tende ser mais rápido e garantido no mercado para os agricultores.

As características dos moradores da comunidade, a saber: a maioria das famílias da Comunidade Babaquara reside ao longo dos igarapés, ou próximo ao rio Xingu onde os proprietários dos lotes desenvolvem as suas atividades agrícolas; o grau de escolaridade na comunidade configura-se de forma heterogênea tendo em vista que a maioria dos pais (responsáveis pelos estabelecimentos) estudaram somente as séries escolares iniciais de 1ª a 4ª série, do ensino fundamental menor, não estudaram ou não foram alfabetizados, alguns possuem o nível fundamental completo.

Com relação à escolaridade dos filhos dos agricultores, caracteriza-se por apresentar certo grau de diversidade entre séries, cujo intervalo maior compreende-se entre 1ª e 8ª série do ensino fundamental, A grande maioria dos filhos está cursando o ensino fundamental, embora o maior percentual dos alunos esteja iniciando as séries iniciais. Os alunos que estão cursando o ensino médio, precisam se deslocar para outra escola situada na Agrovila Sol Nascente, aproximadamente 12 quilômetros de distância da comunidade.

Este fato tem significado perda de mão-de-obra para a família em parte do dia, principalmente nos períodos chuvoso devido o comprometimento das estradas de acesso, além de atrasos e falta de professores, existe a necessidade de maior permanência dos alunos na escola para o cumprimento da carga horária exigida, compensando os dias sem aulas.

Mapa 08: Série histórica do desmatamento na comunidade Babaquara

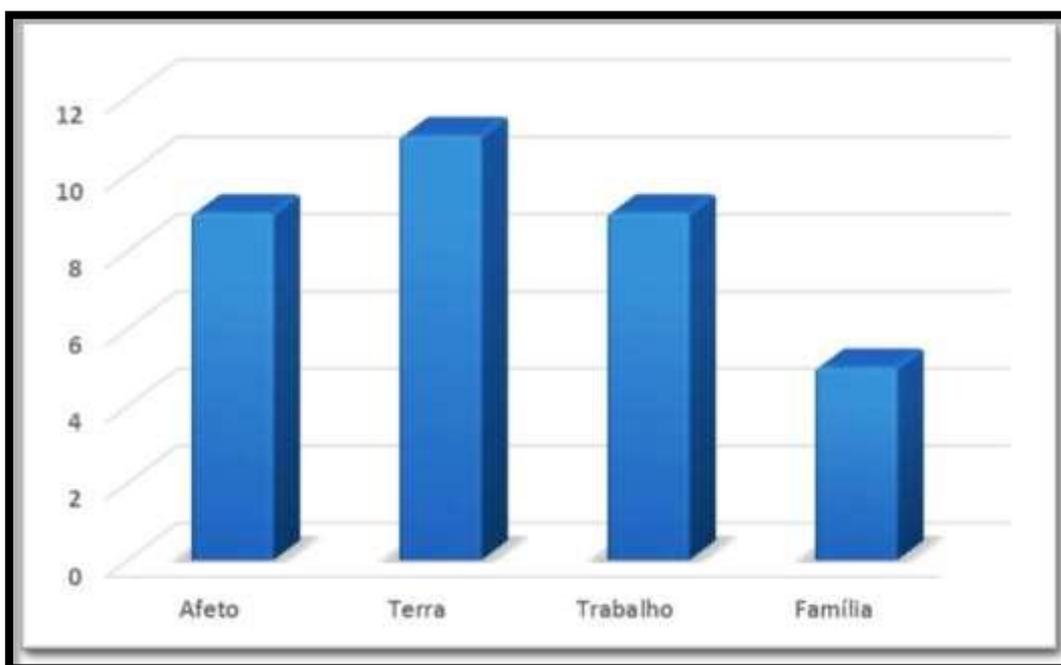


Dessa forma os agricultores desenvolvem suas atividades agrícolas em estabelecimentos com diversos tamanhos. As atividades econômicas marcantes na comunidade são provenientes da exploração agrícola, a partir de cultivos anuais e perenes bem como a pecuária de corte sob o sistema extensivo de pastejo. No caso das atividades agrícolas, o cacau é tido como a cultura de principal importância para as famílias que possuem entre 20 a 100 hectares, tendo em vista que esta cultura representa boa parte de toda área cultivada por estes agricultores. Para as famílias que possuem propriedades inferiores a 20 hectares, a horticultura e a fruticultura aparecem como a principal atividade econômica.

A comunidade é composta principalmente por pessoas vindas do Nordeste, passaram por grandes transformações, os sujeitos começaram a desenvolver atividades próprias da sua região e a alteraram as formas de vida de quem vivia na comunidade há mais tempo, interferindo nos hábitos alimentares, na forma de cultivo e na relação com a natureza. O que não significa que os migrantes realizaram seu trajeto direto para a comunidade Babaquara, muitos vindos de outras comunidades e espaços ao longo da Rodovia Transamazônica.

De acordo com a pesquisa de campo, em 2014/2015, a maioria realizou uma longa trajetória até chegar a Comunidade. A maioria saiu na juventude de sua terra natal, os motivos: trabalho, estudo, afeto, família e o sonho de ter a propriedade de terra. De acordo com o gráfico 03.

**Gráfico 03:** Gráfico 06– Motivo da migração



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015.

A maioria migrante, em busca de terras, foi motivada pelos empreendimentos do governo Federal, principalmente no período da construção da Transamazônica.

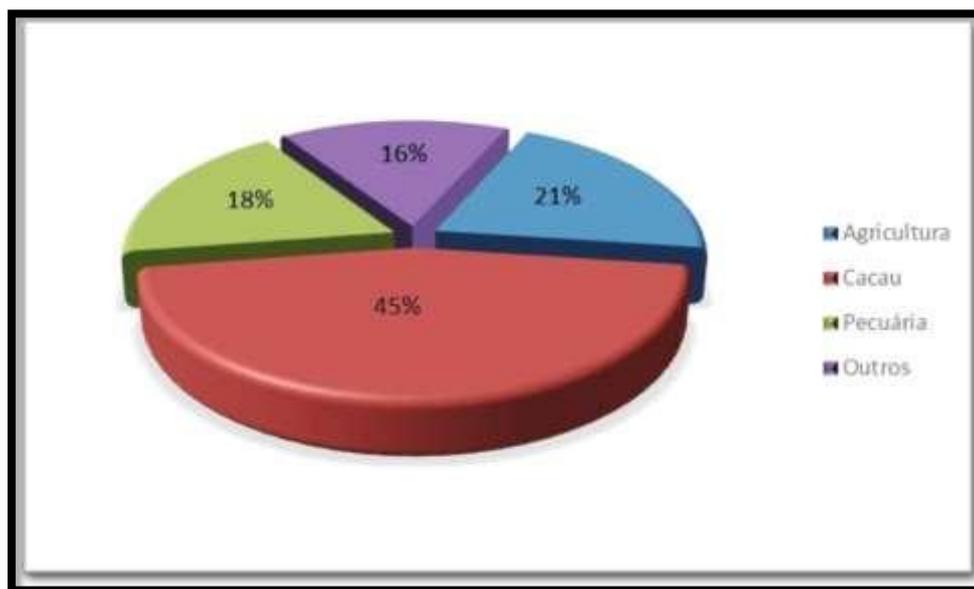
Devido ao avanço do capital “(...) o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponês-posseiros é uma história de perambulação” (MARTINS, 1995, P. 17).

Segundo Herrera e Guerra (2006) a descapitalização dos pequenos agricultores alicerçados às conquistas de novas terras para o desenvolvimento das atividades agrícolas, foi característica marcante da ocupação espontânea observada ao longo da região, o que marcou a estruturação do lugar e a consolidação sócio espacial da comunidade Babaquara.

O modelo de ocupação do espaço acabou por influenciar no deslocamento de diversas pessoas de várias partes do Brasil, sobretudo do Nordeste e do Sul do país, a fim de se estabelecer na região e garantir a posse da terra assegurada pela política de incentivo governamental (HERRERA e GUERRA, 2006).

Raffestin (1993) tratara sobre as relações de força que provocam a mobilidade, sendo muito mais importante analisar estas, do que a natureza daquilo que a determina. O autor fala sobre os deslocamentos populacionais como uma relação de poder, que decorre do desenvolvimento de políticas estratégicas para aumentar o movimento ou para freá-lo (RAFFESTIN, 1993). Assim, o processo de constituição da comunidade aconteceu intrincado por variáveis também, e, sobretudo, baseadas no poder. As relações de trabalho e os vínculos de solidariedade com a natureza e com o rio são constituintes das dimensões simbólicas do lugar e da vida daquela população, entendendo que mesmo as relações simbólicas de apropriação e valor de uso, antes são, sobremaneira, relações de poder e de apego com o espaço.

As hidrelétricas são amostras do processo de produção do modo capitalista e por isso trás consigo, no discurso, a melhoria da qualidade de vida e do bem estar para os trabalhadores. Mas, na realidade, são “objetos [que] não mais obedecem a nós, mas sugerem o papel a desempenhar, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação” (Santos, 2004, p. 217). É a “chegada do estranho” na vida das populações que povoam os vales dos rios a serem inundados pelo represamento da água. Essa lógica modificou o cenário na comunidade Babaquara as atividades econômicas foram alteradas, que antes era marcante na comunidade os cultivos agrícolas, a partir de cultivos anuais e perenes bem como a pecuária de corte sob o sistema extensivo de pastejo. No caso das atividades agrícolas, o cacau é tido como a cultura de principal importância para as famílias. De acordo com o gráfico 04.

**Gráfico 04:** Fonte de renda atual

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015.

Tendo em vista que esta cultura representa boa parte de toda área cultivada por estes agricultores, sobretudo aqueles que possuem menores quantidades de área, há certa diminuição no interesse de implantarem os cultivos anuais:

A lavoura branca está acabando aqui no Babaquara não tem mais nada, nem milho, feijão, arroz, etc. Hoje nos caminhões o que vemos é um cacauzinho. Tudo vem da cidade. O que fazer? Não tem condição de trabalhar. O colono não quer mais enfrentar o moto serra nas matas, até porque é proibido derrubar, e as terras cansadas, planta não dar nada, desanima, não tem máquina para beneficiar as terras, botar adubo, para preparar. Desistimos. (P.P, 2015).

As culturas perenes são representadas exclusivamente pela implantação da cultura do cacaveiro (*Theobroma cacao*,) iniciada a partir do ano 2000 e intensificada a partir de 2011 pelos agricultores por falta de mão de obra, muitos jovens saíram da comunidade para a cidade atrás de trabalho, ficando somente os mais idosos e a cultura do cacau é a mais acessível nessa situação.

Sobre a agricultura principalmente a lavoura branca em 2015 começou um projeto de incentivo ao cultivo dessa espécie onde alguns moradores receberam auxílio que consta um pequeno trator, de esteira para arar a terra e calcário para adubar a terra cansada e este incentivo seria para o plantio de arroz, feijão, milho e macaxeira. Segundo os moradores seria um projeto para cinco anos, porém reclama que tudo acontece de forma desorganizada e sem muitas informações.

Outras transformações ocorreram tanta na parte de terra firme como as margens do rio. Na parte de terra firme além dessa transformação no sistema de produção, foi observando na

estrutura da comunidade, o abandono de algumas propriedades e lotes com placa de venda coisa que não acontecia há quartos anos. E algumas residências novas de moradores que viviam nas ilhas e quando foram indenizados resolveram investir na comunidade:

Há quatro anos ninguém falava em vender ou abandonar sua propriedade todos queria eram produzir, colher, vender, ganhar dinheiro aqui mesmo na comunidade, era tão bom à gente fazia mutirão para ajudar uns aos outros, agora nem, mutirão, nem encontramos ninguém para trabalhar na época de pique, porque muitos foram embora deixando tudo abandonado ou venderam a propriedade para pessoas estranhas que ate a gente acostumar já perdeu demais. Não sei o que será dessa comunidade. Os moradores das margens do rio a maioria já foram indenizados e largaram tudo. (L.G, 2015).

Os moradores que viviam as margens do rio já foram indenizados sendo que das doze propriedades somente quatro dos proprietários ainda permanecem no lote e os outros oito já abandonaram as suas terras

Sendo que dois proprietários não moram nas propriedades é tem um caseiro e só vão aos fins de semana, um trabalha com criação de bovino e o outro com cacau. Os outros são pequenos agricultores que plantam lavoura branca e cacau. Os moradores expressam sua insatisfação com a indenização e com a possibilidade de ter que largar tudo que construíram ao longo da vida e recomeçar tudo em outro lugar:

Trabalhamos muito aqui, sofrendo com a enchente de todos os anos, a dificuldade de acesso as nossas moradias, no inicio só de barco agora já tem estrada e energia e começamos viver um pouco melhor. Aí vem essa história de barragem e acaba com tudo. O pior e que eles não levam em consideração nada, nos paga uma miséria e acham que estamos pedindo esmola. O dinheiro não cobra tudo o que já fizemos na nossa propriedade (L.F, 2015).

A comunidade segundo o EIA pertence à área de Influencia Direta os moradores que vivem nas margens do rio Xingu na primeira visita da Norte Energia em 2010 seria indenizado por toda a propriedade, entretanto em 2014 a proposta foi completamente diferente para os proprietários que agora deveria receber indenização somente pela área que segundo o Consorcio obedece à cota de inundação. Hoje 2015 todos já formaram indenizados sem direito a muitos questionamentos.

## **CAPÍTULO IV – E AGORA, COMO VIVEREMOS? PERSPECTIVAS DOS EX-MORADORES DA VILA SANTO ANTÔNIO E MORADORES DA COMUNIDADE BABAQUARA.**

Neste capítulo que se propõe caracterizar os processos percebidos com o desaparecimento da vila Santo Antonio e a (re)funcionalização da comunidade Babaquara.

Em verdade, tem-se aqui a proposição de verificar as perspectivas das vinte e quatro famílias acompanhadas durante o período de pesquisa a partir da leitura de pertencimento do lugar, a partir da memória individual e coletiva das famílias impactadas.

Nestes termos, entende-se que até o momento as famílias ainda não conseguiram se reorganizar e carregam muito fortemente as rupturas (as perdas) em relação ao sentimento de pertencimento do lugar. No caso de Santo Antônio, condicionado pela perda diretamente material/imaterial e no caso de Babaquara em função, muito mais, pela perda imaterial.

### 4.1. Enterrei meu coração na curva daquele rio: relatos de ex-moradores da vila Santo Antônio.

Na reportagem intitulada “Vila é destruída e, sem opções, famílias são enxotadas com indenizações mínimas” que pode ser acessada no site [www.xinguvivo.org.br/2012/02/11/vila-e-destruida-e-sem-opcoes-familias-sao-enxotadas-com-indenizacoes-minimas](http://www.xinguvivo.org.br/2012/02/11/vila-e-destruida-e-sem-opcoes-familias-sao-enxotadas-com-indenizacoes-minimas), o título corrobora com a fala do morador que fundou a vila, no relato:

Os moradores ficaram iludindo com o dinheiro que a Norte Energia disse que eles iriam receber. Sabe o que aconteceu? Hoje em 2015 a maioria não tem onde morar, com a indenização que recebe. O dinheiro não deu para nada, ficamos na mão, sem nada, perdemos nossa dignidade como pessoa. Hoje nos encontramos todos separados lutando para sobreviver e não existe mais a nossa moradia perto do rio (A.L, 2015).

Ao lado do principal canteiro de obras de Belo Monte o sítio Belo Monte estava uma vila rural de médio porte, situada no município de Vitória do Xingu, localizada nas margens da Rodovia Transamazônica mais precisamente, no quilômetro 50, no trecho entre Altamira e Anapu, a antiga Vila Santo Antônio.

Segundo um ex-morador “Acabaram com todos os nossos laços familiares e com os laços comunitários. Estão todo indo embora e ninguém sabe direito para onde”.

Os moradores da vila de Santo Antônio vivem uma situação singular em relação aos colonos e ribeirinhos. Não possuem grandes extensões de terra ou plantações que pudessem garantir indenizações elevadas. Fala o ex-morador “Quem não é pescador, vivia de serviço, trabalhando em fazendas que foram desapropriadas, ou trabalhando em Anapu”. Eles não possuem documentação de titulação de propriedade da área e acrescenta.

Não tínhamos os documentos da terra”. Estamos aqui faz mais de 40 anos, mas nunca ninguém passou a propriedade pra gente. Só temos o direito de posse. Por isso acharam que podiam desapropriar facinho assim... Eu moro aqui há 32 anos e nunca peguei documento de nada. Nunca ninguém veio aqui registrar, prefeitura, governo do Estado... ninguém. Também, ao longo da vida, a gente se acomodou, ficou tranquilo. A gente não achava que vinha um troço desses [*a usina*] nunca. Porque ninguém quer [terra] pra vender! “A gente quer pra morar (P.C, 2015).

E era justamente por conta desta peculiaridade que havia um consenso entre os moradores da vila: era preferível o reassentamento às indenizações, que todos já esperavam ser baixas. “Acontece que a realocação não existiu e nunca vai existir”. “Quando a gente fez o cadastro, todo mundo queria casa na nova vila”, conta a Liderança da Vila em entrevista.

No documento da Norte Energia vinham as opções que a lei exige que o empreendedor ofereça aos impactados: o reassentamento em uma nova vila, a indenização e a carta de crédito para comprar um novo terreno.

O morador conta que os moradores da vila já haviam escolhido uma terra, entre três opções que a Norte Energia havia oferecido a eles. “A gente queria uma área com acesso à estrada e ao rio”. “Um monte de gente já não tinha direito a ir pra vila nova, e das poucas que sobraram, cada dia que passava mais gente pegava a indenização, com medo de ficar sem nada”. Aí entrou na história o prefeito [vice-prefeito de Vitória do Xingu], que queria vender uma área dele nessa situação... Aí ele aproveitou o dia da votação – em que inclusive eu não estava na vila – e disse pra todo mundo ‘olha, se vocês escolherem essa terra aqui, eu vou ajudar vocês’. Isso dividiu ainda mais a opinião dos moradores. Alguns funcionários do prefeito, de fora do Santo Antônio, vieram para cá, foram de casa em casa, no dia da eleição da terra, fazer ‘campanha’ pra terra do prefeito. Algumas pessoas acreditaram nas promessas e acabaram votando nessa terra. Os advogados na Norte Energia já estavam com a documentação toda pronta. No final, só sobraram a minha propriedade e mais quatro que tinham o direito de ir para nova Vila. “E eu disse que não ia porque eu tinha escolhido outra terra, e não essa do prefeito.” “Eu sei que não vai sair vila nenhuma. O que eles devem fazer é comprar terra pra fazer tipo uma vila industrial, é conjunto de casa para quem vier com a família trabalhar na obra. Eles vão construir uma vila pra botar sete famílias?!” “E é porque eles enrolaram a gente o ano todo que cada um pegou seus destinos... Tem gente indo para depois de Altamira, Anapu, Amapá, Maranhão, Tucuruí, Novo Repartimento, Porto Velho...”. (A.A, 2015).

No final de dezembro de 2011, a Norte Energia começou a se apoderar da Vila. Contratou um serviço de demolição e começou a pôr abaixo, uma a uma, as casas abandonadas, apoiada em uma Declaração de Utilidade Pública expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que ordenou as desapropriações sumárias.

“Todo dia aqui se derrubam duas ou três casas”. A gente só tá recebendo uma mixaria. O japonês dono da empresa que vem demolir as casas aqui, a cada dez casas que ele derruba, ganha mais do que a minha indenização. (H.G, 2015).

Uma das maiores brutalidades neste processo foi à interdição do pequeno cemitério da Vila. Uma enorme placa anuncia que “fica expressamente proibido todo e qualquer sepultamento no local”.

Do lado de cada túmulo, a empresa fincou uma estaca tomando “posse” das sepulturas. “Fecharam o cemitério”. Se morre alguém temos que ligar pra Norte Energia, achá-los sabe-se lá onde, pra eles levarem o corpo sabe lá pra onde, pra depois realocar – o que não vai acontecer porque não compraram área nenhuma. E mesmo vendo Santo Antônio ser destruída, E ainda falando do cemitério que passou por um levantamento e uma catalogação dos restos mortais dos antigos moradores, no ano de 2011, no objetivo de realocar os restos mortais para um espaço ainda não definido naquele momento. (C.A, 2015).

Hoje, em 2015, sabe-se que os restos mortais não foram retirados, a área está isolada com pode se observando na foto 22.

**Foto 22:** Cemitério da vila Santo Antônio.



**Fonte:** Bezerra, 2013.

Mas segundo um morador sem perspectivas de ser cumprido o que foi acordado com o Consorcio Construtor: “Se eles não cumprirem o que deveria ser feito então vou voltar pra lá e me estabelecer no cemitério vivo é claro. Porque morto sei que não vão me deixar voltar naquele lugar onde derramei meu sangue pra construir” (C.A, 2015).

Segundo Magalhães (2009) a hidrelétrica Belo Monte seria responsável por, simultaneamente, alagar e reduzir drasticamente a oferta de água em um trecho de 100km da Volta Grande do Rio Xingu, que banha muitas comunidades, como a comunidade em estudo e muitas terras indígenas.

Em pesquisa, assume-se a assertiva dos autores, pois é possível identificar os traumas psicológicos que os moradores estão sofrendo por terem que deixar suas casas, muitos vivem

uma indecisão de onde recomeçar sua vida, pois dependem da indenização oferecida pela empresa como relata o morador: “Dependendo do que eu ganhar, eu vou escolher meu destino isso é a pior desgraça da minha vida, tinha lote, andava de cavalo, ir pro rio, deitava na minha rede em baixo as árvores, e agora”? (A.A 2015).

De acordo com Alves (2013), atualmente os moradores indenizados estão espalhados em municípios da Transamazônica, como Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo e Medicilândia. Os moradores que se deslocaram para esses municípios têm que estruturar seu sustento em torno de novas atividades como pecuária extensiva, plantio do cacau ou prestação de serviços na área urbana. Algumas compraram logo a sua nova residência e outros ficaram ainda algum tempo vivendo de aluguel social em duas localidades estabelecidas pela Norte Energia, na agrovila Leonardo D´vinci e no povoado Belo Monte.

Dessa forma na perspectiva de hoje 2015 no dia 13 de Junho de 2015 precisamente às dezessete horas os ex- moradores se reuniram no km 45 para relembrar os momentos que viveram em Santo Antonio, próximo à antiga vila na casa de um vizinho um dos poucos que restou no entorno da hidrelétrica para celebrar e comemorar o padroeiro da vila.

No que se refere aos bens culturais, não só os intangíveis, ligados aos lugares de memória, aos símbolos e ao sentido de pertencimento, pois a tradição sempre remete a um passado atualizado no presente, como afirma CANDAU 2011, mas também os tangíveis, representados por paisagens naturais, vestígios arqueológicos e bens imóveis, são muitas vezes sacrificados, em nome do progresso, na implantação de usinas hidrelétricas, sem possibilidade de recuperação.

O modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil faz com que os projetos de aproveitamentos hidrelétricos sejam ditados pela lógica do mercado, colocando em segundos planos fatores importantes, como os impactos culturais e os prejuízos pessoais que advirão os moradores afetados pela obra. O resultado é perverso, porque todo povo funda sua identidade sobre uma memória histórica, alimentada de lembranças de um passado vivido, que delas necessita para manter seus laços comuns.

#### 4.2. Aqui ainda é o meu lugar? Depoimentos dos moradores da Comunidade Babaquara

A Comunidade Babaquara ainda é o destino de muitos migrantes. Destino sim, pois para alguns desses moradores a migração ainda não terminou, inclusive passou a ser lugar de abrigos para famílias impactadas pelo empreendimento em outras comunidades. Não tem sido fácil entender os desafios gerados em função da UHE Belo Monte, mas é circunstancial reconstruir acerca dos modos de vida e do uso do espaço pelos sujeitos do lugar.

Para a maioria dos moradores, a comunidade ainda é o melhor lugar, em uma classificação sobre os lugares por onde passaram, muitos ratificam a respeito do pertencimento com o lugar. As pessoas chegaram à comunidade através de “conhecidos” que tinham informação sobre a distribuição de terras no município, essas pessoas entravam em contato com o INCRA e tomavam as devidas providências para a obtenção do lote.

Os migrantes ao chegarem à comunidade já tinham objetivos definidos, uns vieram em busca de tranquilidade, outros admitiram ser a realização de um antigo sonho, ser proprietário de um "pedaço de terra". Vale ressaltar que nem todos os participantes da pesquisa foram assentados, alguns compraram lote dos primeiros assentados, que por motivo “desconhecido” não permaneceram no assentamento no constructo de grande diversidade sócio espacial.

A intenção e os objetivos que levaram as famílias a procurarem a comunidade Babaquara tendem a inviabilidade em função do avanço das águas em boa parte das propriedades. Tem-se essa afirmativa, pois muitas das famílias já sofreram no período de cheia natural do rio com a invasão das águas.

De modo substancial, a vulnerabilidade gerada com parada compulsória da produção, alterou a relação da sociedade com seu espaço construído. Nestes termos, tem-se em entrevistas explícito o estranhamento que as famílias vêm sofrendo ao retomar ao sistema de produção e na reconfiguração das relações sociais, essas inclusive muito mais determinadas pela lógica de mercado neste momento, 2015, em relação ao período que antecede o início das obras.

A agricultura não é mais a única base de renda para muitos dos que vivem na comunidade, pois tem outras fontes de renda como aposentadoria, bolsa família, casa de aluguel na cidade, meeiros e trator de terraplanagem e alguns mantêm a propriedade apenas para o lazer, estabelecendo moradia em Altamira e desenvolvendo trabalho fixo no comércio.

As diferentes formas assumidas na comunidade têm como processo estimulador as visitas contraditórias promovidas por representantes da Norte Energia. A primeira visita para identificação da área, vistoria da benfeitoria, marco e piquete nas propriedades. Na primeira conversa todos seriam indenizados e deveria deixar os lotes. Essa definição perdurou por três anos e que eles não deveriam mais plantar, pois o que fizesse depois do cadastro não seria pago.

A Norte Energia já fez o levantamento da propriedade e colocou a placa, com a barragem não vem o desenvolvimento vamos perder as nossas coisas, sem lazer, pois a onde implantaram a pedra e o limite da água e como vai ficar o rio como se estivesse sempre no inverno, vamos ficar na pior. Belo Monte retrata o medo de perder a terra e não ser indenizada e fica pensativa quando vir o marco, ou seja, a pedra na frente e atrás demarcando seu lote. (P.P, 2015).

Tal circunstância faz com que os agricultores passem por momentos de vulnerabilidade, uma vez que por três ciclos agrícolas deixam de organizar suas produções.

Ficou difícil tudo parado, a Norte Energia atrapalhou a nossa vida, deixamos de cultivar e ficamos esperando pela boa vontade deles para decidir o que realmente iam fazer com as nossas propriedades. Uma tristeza! Até o cacau paramos de cultivar, deixamos de cuidar, e o mato e os macacos tomaram conta. E agora vem com essa história que são iram pagar por uma metade. Destruíram nossa vida (L.F, 2015).

Como consequência tem-se deslocamentos para cidade, dependência de aposentaria e benefícios, mas também conta com a necessidade de venda de força de trabalho para vizinhos e produtores de outros municípios. Nestes termos é que vem sendo considerado que o efeito gera a refuncionalização da comunidade, pois com a retirada da determinação os familiares da comunidade tentam retomar o cotidiano, mas no primeiro momento com a necessidade de atrelamento dependente as lógicas externas a comunidade.

No início de 2013, as famílias receberam novamente representantes da Norte Energia com um novo discurso, dessa vez que seria indenizada somente as partes dos lotes que ficam alagadas no período chuvoso, referente à cota 100, pelo restante não seria pago nada e, que eles poderiam ficar e voltar as suas atividades normais:

Buscava tranquilidade quando vim morar na comunidade, no entanto com a história de barragem isso tudo acabou. E fala da saída da sua propriedade já estou idoso, não tenho como começar tudo de novo, vai receber a indenização e comprar uma chácara. E desabafa: Quem mexe com a terra, não sabe viver sem ela. Se hoje com o inverno a água mata todas as plantações imagina com essa barragem tudo vai desaparecer (L.S, 2015).

Dessa forma os moradores hoje se encontram sem perspectivas, pois ficam imaginando como vai ser a vida depois do termino da barragem e o aumento do volume de água. Como seis meses de chuva intensa já causa um transtorno imenso em todas as suas atividades e como será quando isso tornar uma situação permanente.

Assim, as comunidades agrícolas em áreas de empreendimentos hidrelétricos sofrem com a perda do lugar (material e imaterial) em função da reprodução da lógica capitalista, na qual apropria e expropria os moradores a depender das circunstancias e interesses do empreendedor. Neste caso, o consórcio construtor de Belo Monte.

Na comunidade Babaquara, há muito mais que apenas uma unidade produtiva; há relações e inter-relações construídas durante décadas, culturas enraizadas há muitas gerações. Com o enchimento do reservatório muda a sua realidade, os seus vínculos sociais e a sua forma

de viver: “muitas são as memórias e as histórias para a população que verá parte da sua propriedade debaixo d’água para sempre”.

Isso implica na perda de referenciais importantes, que vão desde as relações, construídas ao longo de muitos anos, as trocas e o apoio mútuo, o uso de locais de convivência, até o uso coletivo e a apropriação do espaço e dos recursos naturais, que não serão reproduzidos no novo local onde reproduziram sua nova moradia.

E hoje 2015, depois de concretizada as indenizações e restando apenas quatro moradores dos doze que viviam a margem direta do rio Xingu, vão tentando retomar suas atividades que antes já realizavam, sendo que os que resolveram ficar tiveram que mudar o local da residência em torno de mil metros distante das margens. Mas aos poucos começam a reviver a rotina que tinham antes disso e fica bem visível no comentário do morador que revela o seu cotidiano na sua propriedade:

Hoje depois de quatro anos posso novamente voltar a plantar a minha roça coisa que fazia antes com todo prazer, estou plantando milho, macaxeira, feijão, mais cacau, criando de novo galinha, já penso em trazer porco, o ruim e porque aqui ainda não tem energia e nem estrada do centro para cá, porque com essa historia de barragem perdemos foi o nosso beneficio, porque se ia alargar tudo não teria motivo para melhor nada. Agora estou aqui praticamente sozinho os vizinhos mais próximos todos abandonaram os lotes e com isso nem sei se vou ter direto a receber energia, me sinto abandonado. Só sei que já voltei a produzir um pouquinho de farinha para despesa. E estamos aqui e seja o que deus quiser. (L.F, 2015).

Diante do receio de perder tudo que construiu um dia os moradores da comunidade Babaquara lamentam o distanciamento, de seus vizinhos, e estão construindo uma nova identidade como sujeitos sociais diante da possibilidade do que lhe restou após a indenização. Essa nova configuração está sendo um processo doloroso, pois tal deslocamento tem provocado grandes transtornos porque causam alterações radicais no modo de vida, na cultura e nas relações sociais. As dificuldades que a maioria tem encontrado de recompor a sua vida nos padrões anteriores demonstram as consequências socioculturais deste processo de refuncionalização.

Acredito que vou ter muitos prejuízos, o que eles falam não condizem com a realidade do que realmente acontecerá. Imagino pragas, água podre, suja e vão tirar a ponte que dar acesso a minha propriedade. Fico pensando se a água não ficar perto do termino da ponte. Como vou ficar nesta situação? Eu acredito que alguns pés de cacau vão morrer com a enchente e também vai atingir o chiqueiro dos porcos. As informações são todas distorcidas e deixam as pessoas mais confusas. (W.B, 2015).

O processo de indenização transcorreu com muitos traumas para as famílias envolvidas, pelo fato do consorcio construtor deixa para última instância para resolver a situação desses

moradores e que para Cavalcante (2008, p 14) essa materialização do empreendimento os impactos passam a ser imediatos, ou seja, sua materialização é requisito para que eles ocorram {...}. Incide diretamente nas atividades econômicas, pela perda de áreas produtivas de várzea, restrição de algumas atividades já existentes {...}. Isso fica evidente quando se acompanha família que são retiradas de seus lugares sem nenhuma consideração ou preocupação com seus sentimentos ou a sua relação com aquele lugar que levaram anos para construir e viram tudo ser transformado em questão de segundos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço pode ser percebido como o palco onde as manifestações históricas se apresentam, mas deve ser concebido primordialmente como condição, meio e reflexo da vida social. O espaço torna-se indispensável para o prosseguimento da história, pois emerge os elementos produtivos e não produtivos necessários para explicar e justificar a lógica de expansão do modo de produção capitalista.

Nesta perspectiva, buscou-se analisar as transformações ocorridas no espaço agrário da vila Santo Antônio e da Comunidade Babaquara, a partir da intensificação das relações capitalistas de produção, bem como os resultados nas atividades realizadas pelos agricultores e sua trajetória até se fixar nesse novo lugar.

Na comunidade Babaquara, ocorreram significativas transformações no uso da terra, nas técnicas de produção e nas relações de trabalho. A base produtiva foi alterada e se desenvolveram atividades agrícolas especializadas para o suprimento do mercado, isso antes da execução das obras na UHE Belo Monte, doravante, o decréscimo na mercantilização dos produtos agrícolas que ocorreu paulatinamente.

No processo, a comunidade e a vila se tornaram espaço para a realização ampliada do capital, de formas diferenciadas e de caracterização de diferentes sujeitos social do espaço. As explorações familiares absorveram novas técnicas e isso redefiniu as relações internas e externas das unidades de produção, no qual principalmente o as famílias em condições camponesas ficaram desfavorecidas no bojo das relações capitalistas.

A participação do governo foi fundamental na viabilização das atividades agropecuárias, também na execução da UHE Belo Monte como processo transformador das atividades mencionadas. Em Babaquara, o avançar das obras na usina fez perceber a perda do sentimento de pertencimento e a transformação nos meios e modos de vida da população local, moradores que não tiveram suas demandas alcançadas e que forçosamente se readaptaram a uma nova realidade sócio espacial.

De acordo com os resultados obtidos, ficou evidente a ação do Estado sobre os moradores, escamoteando as demandas públicas em função do desenvolvimento capitalista. Mesmo diante dos desafios, os moradores com toda sua trajetória, ainda resistem para permanecer na comunidade, no seu lugar de morada e no espaço de produção.

De acordo com os documentos oficiais da Norte Energia os moradores da vila Santo Antônio, destoante ao que aconteceu na comunidade Babaquara, seriam realocados para uma área próxima ao canteiro de obras da instalação da hidrelétrica, próximo também do espaço

original da comunidade. Ao passar de todo o processo de negociação os moradores receberam indenizações e estão distribuídos em vários municípios da microrregião.

Importante frisar a necessidade da localização geográfica, proximidade do lugar de origem, é representada quando seis das doze famílias entrevistadas (50%) buscou moradia em áreas no entorno da antiga vila Santo Antônio, exemplo concreto a tentativa de reestruturação da dinâmica social na Vila Leonardo da Vinci.

Um feito no processo em Santo Antônio foi à impossibilidade de realocação dessas pessoas, as quais compulsoriamente tiveram que negociar as indenizações e assim tendo seus direitos básicos usurpados. No contexto de formação, a vila começou com poucos moradores que procuravam uma vida tranquila, com a facilidade de conseguir terras para construir suas residências e um meio de sobrevivência para sua família.

A população, por sua vez, passou por abruptas mudanças sociais com a alteração da paisagem, e foi inserida bruscamente em novas atividades e/ou realidades, estranhas ao seu estilo de vida na produção de um novo cotidiano. Ao mesmo tempo, observou-se uma desestruturação psíquica, uma deterioração na memória e a expansão das dificuldades de refazer os hábitos e modos de vida da população local.

Salienta-se que os impactos sociais que afligem aos moradores dos espaços estudados são de difícil mensuração, porém perceptíveis no decorrer da pesquisa. Deste modo, persiste na sistematização de dados da pesquisa e nas reflexões sobre os impactos para que na versão final deste trabalho sejam apresentadas as argumentações com respaldos contundentes acerca da desestruturação vivida pelos ex-moradores de Santo Antônio e moradores de Babaquara.

Durante a pesquisa constatou-se que o modo de vida, típico da população ribeirinha que tem ou tinha no rio Xingu seu principal alicerce, ficou consideravelmente comprometido, pois com o desenvolvimento da construção da hidrelétrica junto veio às transformações que mudou a rotina de todos seja os diretamente afetados ou de influencia direta neste momento essa nomenclatura não corresponde à realidade vivida nas duas áreas de estudos, pois os transtornos atingiram as duas da mesma forma tanto se trata de bens materiais com dos imateriais com perda das diversas atividades, que auxiliava na economia de subsistência da população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

ALVES, J. M. Luta e resistência dos movimentos sociais à Hidrelétrica de Belo Monte na Transamazônica – PA. **Revista ID e AS**, V. 7, n. especial, 2013.

ARANHA-SILVA, Edima. As Usinas Hidrelétricas e a (des)territorialidade no Brasil. In: Sílvia Regina Pereira; Benhur Pinós da Costa; Edson Belo Clemente de Souza. (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BARRIOS, Sônia. A produção do espaço. In: SOUZA, Adélia de e SANTOS, Milton (Org.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986. (Coleção Espaços).

BENINCÁ, Dirceu. Energia & Cidadania a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Relatório de Impacto ambiental: aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Brasília, maio de 2009

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Análise do 2º Relatório Semestral de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2011

CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.  
\_\_\_\_\_. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTE, M.M. de A. et al. Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: Estudo sobre as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira/ Rondônia/Brasil. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008, p.14.

CORRÊA, R. L. (Org.) **Olhares Geográficos: Modos de Ver e Viver o Espaço**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2012.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/ RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA-RIMA). CNEC. 2009

EIA – Estudo de Impacto Ambiental. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Diagnóstico da Área Diretamente Afetada/ADA. Meio Socioeconômico e Cultural – ADA rural, dezembro 2008c. Volume 24, 529p. <Disponível em: [http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento\\_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/EIA/](http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/EIA/)>. Acesso em: 10 out. 2015.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto **Amazônia, Amazônias**. São Paulo. Editora Contexto. 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. (Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro) 3. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1997

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo – Annablume. 2005.

HERRERA, José Antônio e GUERRA, Gutemberg A. Diniz. **Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da região Transamazônica**. N. 14. Textos do NEAF. UFPA. Belém. 2006.

HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense**. 2012. 365 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2012.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial ( ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In. ARAUJO, G. B. de.; HAESBAERT, R. (orgs.). **Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ISA - INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Especial Belo Monte: Cronologia histórica**. Disponível em:<<http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

ISA - INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Especial Belo Monte: Características**. Disponível em:< <http://www.socioambiental.org/esp/bm/carac.asp>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 8. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LARROSA, J. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. *Educação e Realidade*, v. 29, n. 1, p. 27-43, jan-jun. 2004.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução: Grupo "As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

MAGALHÃES, S. e HERNANDEZ, F. (orgs). Painel de Especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de setembro de 2009, mimeo.

MAGALHÃES, S.; MARIN, R. A.; CASTRO, E. Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais. In: MAGALHÃES, S.; HERNANDEZ, F. D. M. (Org.). **Painel de Especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.** Belém, 2009.

MANDEL, E. Introdução ao marxismo. Lisboa: Antidoto, 1978.

MATOS, K. S. L.; VIEIRA, S. L. **Pesquisa Educacional o prazer de conhecer.** Ed.Uece. Fortaleza, 2001.

MARCUSCHI, Luís Antônio. Concepção de língua falada nos manuais de português de 1º. e 2º. Graus: uma visão crítica. Trabalhos em Linguística Aplicada, 2005.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis:** a presença do espaço na teoria e na prática geográfica. São Paulo: Contexto, 2012.

NABARRO, S. A. **Modo de vida e Campesinato no capitalismo: Contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida.** 2014. 240 f Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo-Departamento de Geografia, São Paulo, 2014

NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. In: *ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária*, 2013.

NORTE ENERGIA. **Relatório Online da Norte Energia.** Altamira, 2015.

NESA - NORTE ENERGIA. **Alterações no arranjo definido nos estudos de viabilidade.**

Disponível em: <[http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Belo%20Monte/Outros%20Documentos/Belo%20Monte%20%20Projeto%20B%e1sico%20de%20Engenharia/Arquivos%20PDF/Volume%20I%20%20Texto/Tomo%20I/Cap\\_05%20%20Alteracoes%20no%20Arranjo%20da%20Viabilidade.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Belo%20Monte/Outros%20Documentos/Belo%20Monte%20%20Projeto%20B%e1sico%20de%20Engenharia/Arquivos%20PDF/Volume%20I%20%20Texto/Tomo%20I/Cap_05%20%20Alteracoes%20no%20Arranjo%20da%20Viabilidade.pdf)>. Acesso em 12 ago. 2015.

NEVES, D. P.; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato.* Formas tuteladas de condição camponesa Vol.2. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2008.

Pinto, Lúcio.F. Hidrelétricas na Amazônia: Predestinação, fatalidade ou engodo? Belém: Edição Jornal Pessoa, 2002.

Projeto básico ambiental da Usina hidrelétrica Belo Monte. (PBA). planos, programas e projetos. volume 2, 2009.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

REZENDE, L. P. Dano moral e licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas. Curitiba: Juruá, 2001

RIMA – RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. 2009.100p**

Disponível em: <[http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento\\_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/RIMA/](http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/RIMA/)>. Acesso em: 10 out. 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço** – 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 5º Ed. São Paulo: Edusp, 2012. Coleção Milton Santos.

SANTOS, L.A. & ANDRADE, L.M.M. (orgs). As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SILVA, Genival Assunção da. **O Assentamento como forma de Ocupação em Presidente Figueiredo:** Projeto de Assentamento Canoas. Manaus: Ufam, Monografia, Especialização em Geografia da Amazônia Brasileira. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Amazonas, 2005.

SILVA, Darlene Costa da. **As transformações no espaço agrário da comunidade Babaquara, município de Altamira- Pará.** (Monografia em geografia) Faculdade de Geografia. Universidade Federal do Pará. Altamira, 2013.

SIGAUD, L. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho. Comunicação do Programa de Pós-Graduação do Programa Antropologia Social do Museu Nacional, v. 9, p. 1-116, 1992.

SOUZA, M. J. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial - Marcelo Lopes de Souza.** BERTRAND Brasil, 2013.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, Januário F. (Org). Max Sorre. São Paulo: Editora Ática. 1994..

SUZUKI, J.C. território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades brasileiras. Espaço& sociedade, v.16. nº 2, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia - Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

Werner, Deborah. Dilemas socioambientais das regiões atingidas por barragens: O caso da UHE Santo Antônio. Anais do V encontro nacional da Anppas, anppas 10 anos: analisando os desafios teóricos e as novas agendaas públicas, Florianopolis-SC, 4 a 7 de outubro de 2010.

Woortmann, Elen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo: Brasília: Hucitec/EDUNB. 1995.

#### SITE PESQUISADOS

<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/11/ibama-concede-licenca-de-operacao-para>  
<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/11/ibama-concede-licenca-de-operacao-para-usina-de-belo-monte> acessado dia 04/01/2016 as 08:50  
<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/11/ibama-concede-licenca-de-operacao-para-usina-de-belo-monte> acessado dia 04/01/2016 as 08:50

<http://www.revista.ufr.br/index.php/actageo/issue/view/117/showToc>..Acesso;10/02/2016. DOI : 10.5654/actageo2013.0003.0004

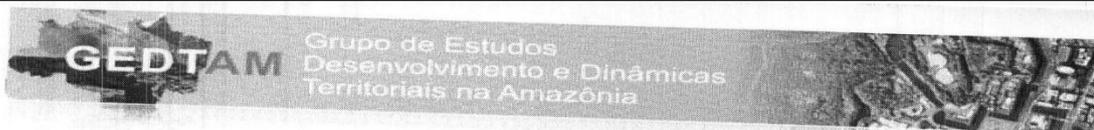
[http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Belo\\_Monte\\_Painel\\_especialistas\\_EIA.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf)20%20

<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT17-601-577-20100903225428.pdf> acessado dia 01-11-2015

[https://www.pib.socioambiental.org/pt/Povo:Asurini\\_do\\_Xingu](https://www.pib.socioambiental.org/pt/Povo:Asurini_do_Xingu).acessado dia 15 de dezembro 2015.

## APÊNDICES

## Apêndice 01



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS ALTAMIRA  
FACULDADE DE GEOGRAFIA  
FORMULÁRIO DE ENTREVISTA DOMICILIAR – RURAL**

Entrevista com responsável: ( 1 ) Sim ( 0 ) Não Número Quest: \_\_\_\_\_ Localização: S \_\_\_\_\_  
W \_\_\_\_\_

Pesquisador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

**I- Dado do Informante**

Nome: \_\_\_\_\_ Apelido: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Tempo de  
Municipalidade: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefones: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Estado Civil: (1) Casado (2) Solteiro (3) Viúvo (4) Separado (5) União Estável

Escolaridade: (1) Analfabeto (2) Fundamental (3) Médio (4) Superior

(1) Completo (2) Incompleto

Profissão: \_\_\_\_\_ Quanto tempo de profissão? \_\_\_\_\_

Atualmente atua na profissão? (1) Sim (0) Não Onde está trabalhando atualmente? \_\_\_\_\_

**II- Dados do Domicílio**

Endereço: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Setor Censitário: \_\_\_\_\_ Ponto de referência: \_\_\_\_\_

III.1) Condição da Moradia: ( 1 ) Alugada ( 2 ) Própria com financiamento ( 3 ) Própria sem financiamento

(4) Cedência familiar (5) Cedência profissional (6) Ocupada (7) Outra: \_\_\_\_\_

III.2) Tipo de Moradia: ( 1 ) Alvenaria ( 2 ) Madeira ( 3 ) Palafita ( 4 ) Taipa ( 5 ) Outro: \_\_\_\_\_

III.3) Quantos cômodos possui o domicílio? ( 1 ) ( 2 ) ( 3 ) ( 4 ) ( 5 ) ( ) Outro

III.4) A rua é pavimentada? ( 1 ) Sim ( 0 ) Não Condições: ( 1 ) Boa ( 2 ) Ruim ( 3 ) Péssima

III.5) Há energia elétrica? ( 1 ) Sim ( 0 ) Não Possui medidor? ( 1 ) Sim ( 0 ) Não

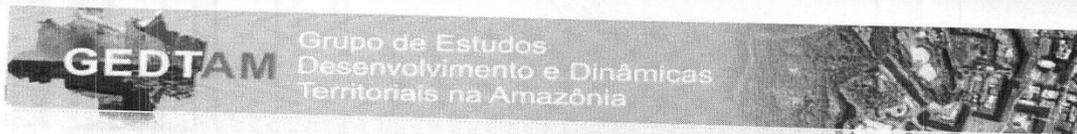
III.6) Há coleta de lixo? ( 1 ) Sim ( 0 ) Não Com que frequência? ( 1 ) X / semana ( 2 ) X / semana

( 3 ) X / semana ( ) Outros \_\_\_\_\_

III.7) Se for não, qual o destino? ( 1 ) Jogo em terrenos baldio ( 2 ) Queima ( 3 ) Enterra ( 4 ) Joga à margem de rios ( 5 )  
Outros

III.8) Há saneamento básico? ( 1 ) Sim ( 0 ) Não Condições: ( 1 ) Bom ( 2 ) Ruim ( 3 ) Péssimo





III.9) Qual a forma de abastecimento da água? (1) Companhia de abastecimento (2) Poço amazônico (3) Poço semiartesiano (4) Rio / igarapé (5) Caminhão pipa (6) Outros \_\_\_\_\_

III.10) Quantos cômodos possuem água encanada? (1) (2) (3) (4) (5) ( ) Outro

### III - Questões socioeconômicas e culturais

IV.1) Quantos membros possuem a família? (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) ( ) Outro

IV.2) Quantas pessoas moram no domicílio? (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) ( ) Outro

IV.3) Quantas pessoas do domicílio são maiores de idade? (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) ( ) Outro

IV.4) Quantas pessoas que moram no domicílio são? Homens \_\_\_\_\_ Mulheres \_\_\_\_\_

IV.5) Quantas pessoas frequentam a escola? (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) ( ) Outro

IV.6) Quantas crianças em idade escolar fora da escola? (0) (1) (2) (3) (4) (5) (6) ( ) Outro

IV.7) Existem pessoas com necessidades especiais no domicílio? (1) Sim (0) Não

III.8) Em caso de sim, essa pessoa é assistida pelo governo? (1) Sim (0) Não

IV.9) Há algum outro membro do domicílio que necessita de atendimento especial? (1) Sim (0) Não Qual? \_\_\_\_\_

IV.10) Há algum membro do domicílio participa de atividade cultural local? (1) Sim (0) Não Qual? \_\_\_\_\_

IV.11) Algum membro do domicílio frequenta o cinema? (1) Sim (0) Não (2) Não soube informar

Com que frequência? Semana \_\_\_\_\_ Mês \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_

IV.12) Algum membro do domicílio frequenta a biblioteca? (1) Sim (0) Não (2) Não soube informar.

Com que frequência no mês? \_\_\_\_\_

IV.13) Algum membro do domicílio frequenta infocentros? (1) Sim (0) Não (2) Não soube informar Se sim, com que frequência no mês? \_\_\_\_\_

IV.14) Quais as principais atividades de lazer do domicílio? ( ) Praia ( ) Balneários ( ) Bares  
( ) Praças ( ) Festas ( ) Outros \_\_\_\_\_

IV.15) Quantos membros do domicílio trabalham? (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) ( ) Outro

IV.16) Qual a renda do domicílio, aproximadamente? R\$ \_\_\_\_\_

IV.17) O domicílio faz parte do CAD Único? (1) Sim (0) Não (2) Não soube informar

IV.18) No domicílio há beneficiário de programa social do Governo Federal? (1) Sim (0) Não (2) Não soube informar Se sim, quantos? \_\_\_\_\_

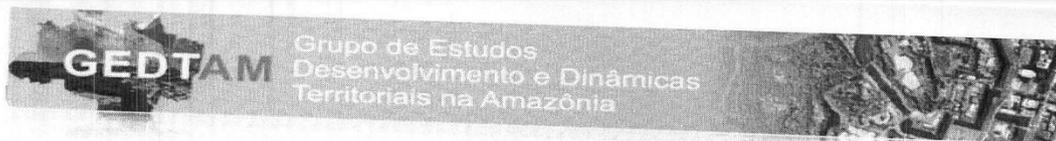
IV.19) Tipo de benefício recebido? (1) Aposentadoria (2) Bolsa família (3) Bolsa verde  
(4) Benefício (5) Outro \_\_\_\_\_

IV.20) Aproximadamente, qual o valor total recebido pelo domicílio? R\$ \_\_\_\_\_

IV.21) Alguma criança ou adolescente participa de algum projeto social? (1) Sim (0) Não (2) Não soube informar Se sim, Qual? \_\_\_\_\_

IV.22) Qual a demanda do domicílio para creche? \_\_\_\_\_ crianças. Quantas estão na creche? \_\_\_\_\_ crianças.



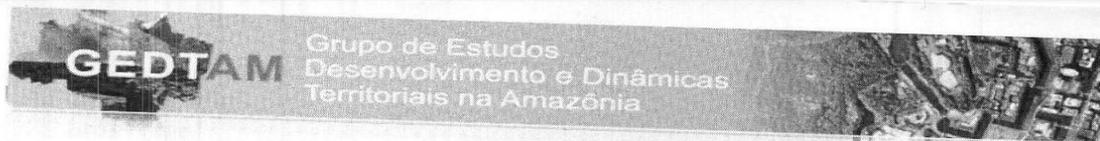


- IV.23) Qual meio de transporte mais utilizado no domicílio? (1) carro (2) moto (3) bicicleta  
(4) transporte coletivo (5) animal (6) outro \_\_\_\_\_
- IV.24) Qual o meio de comunicação mais utilizado no domicílio? (1) Telefonia fixa (2) Telefonia móvel (3) rádio amador  
(4) Internet (5) telefonia móvel rural (6) correios (7) outro \_\_\_\_\_
- IV.25) Qual o meio informativo mais utilizado no domicílio? (1) Televisão (2) Rádio (3) Internet  
(4) Jornal impresso (5) conversa com outras pessoas (6) outro \_\_\_\_\_
- IV.26) O domicílio possui TV por assinatura? (1) Sim (0) Não
- IV.27) O domicílio possui computador? (1) Sim (0) Não Quantos? \_\_\_\_\_

### V- Espaços públicos e serviços básicos

- V.1) Algum membro do domicílio costuma participar de audiências, sessões ou manifestações públicas?  
(1) Sim (0) Não Com que frequência no ano? \_\_\_\_\_
- V.2) Há posto de saúde próximo ao domicílio? (1) Sim (0) Não Condições: (1) Bom (2) Ruim (3) Péssimo
- V.3) Há escola pública próxima ao domicílio? (1) Sim (0) Não Condições: (1) Bom (2) Ruim (3) Péssimo
- V.4) Como você classifica o lugar onde mora? (1) Bom (2) Ruim (3) Péssimo Por quê?  
(1) \_\_\_\_\_  
(2) \_\_\_\_\_  
(3) \_\_\_\_\_
- V.5) Há policiamento? (1) Sim (0) Não Com que frequência na semana? \_\_\_\_\_
- V.6) Você considera o lugar onde mora? (1) Não violento (2) Pouco violento (3) Muito violento
- V.7) Há iluminação pública? (1) Sim (0) Não Condições: (1) Bom (2) Ruim (3) Péssimo
- V.8) Há área arborizada próximo ao domicílio? (1) Sim (0) Não Condições: (1) Bom (2) Ruim (3) Péssimo
- V.9) Há sindicato e/ou associação de moradores? (1) Sim (0) Não (2) Não soube informar
- V.10) Você participa das reuniões? (1) Sim (0) Não Com que frequência ao ano? \_\_\_\_\_
- V.11) O sindicato ou associação realiza atividades de educação ambiental? (1) Sim (0) Não (2) Não soube informar  
(1) \_\_\_\_\_  
(2) \_\_\_\_\_  
(3) \_\_\_\_\_
- V.12) Algum membro do domicílio já participou de atividades relacionadas à educação ambiental? (1) Sim (0) Não (2) Não soube informar
- V.13) O conhecimento adquirido foi compartilhado com os outros membros do domicílio? (1) Sim (0) Não (2) Não soube informar
- V.14) Como você classifica a arborização da cidade? (1) Bom (2) Ruim (3) Péssimo





V.15) O domicílio recebe visitas do ACS? ( 1 ) Sim ( 0 ) Não ( 2 ) Não soube informar

Com que frequência ao mês? \_\_\_\_\_

V.16) Como você avalia a visita do ACS? ( 1 ) Bom ( 2 ) Ruim ( 3 ) Péssimo

V.17) O domicílio recebe visitas do Agente de endemias? ( 1 ) Sim ( 0 ) Não ( 2 ) Não soube informar

Com que frequência ao mês? \_\_\_\_\_

V.18) Como você classifica o atendimento nas Unidades Públicas de Saúde? ( 1 ) Bom ( 2 ) Ruim ( 3 ) Péssimo

### VI. Questões sobre desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

VI.1) Quais as áreas de políticas públicas você considera prioritária para o desenvolvimento econômico do município e/ou região?

( 1 ) ( ) Saúde

( 4 ) ( ) Educação

( 7 ) ( ) Saneamento Básico

( 2 ) ( ) Ambiente

( 5 ) ( ) Assistência Social

( 8 ) ( ) Direitos Humanos

( 3 ) ( ) Trânsito

( 6 ) ( ) Segurança

( 9 ) ( ) Outros

VI.2) O domicílio é assistido por algum projeto ou programa de desenvolvimento socioambiental? ( 1 ) Sim ( 2 ) Não ( 3 ) Não soube informar

Se sim, Quais?

(1) \_\_\_\_\_

(2) \_\_\_\_\_

(3) \_\_\_\_\_

VI.3) Algum membro do domicílio participou de discussões sobre políticas públicas? ( 1 ) Sim ( 0 ) Não ( 2 ) Não soube informar

Quais? (Ordem prioritária)

( ) ( ) Código Tributário

( ) Plano Diretor

( ) Orçamento Plurianual

( ) Agenda 21

( ) Agenda Cultural

( ) Saneamento Básico

( ) Municipalização do Trânsito ( ) Política de Assistência

( ) Segurança

( ) Empreendimento UHE Belo Monte

( ) Transporte

( ) Outros: \_\_\_\_\_

VI.4) Você considera que a implementação da UHE Belo Monte tem sido? ( 1 ) positivo ( 2 ) Negativo ( 3 ) Sem definição

Em que aspectos?

(1) \_\_\_\_\_

(2) \_\_\_\_\_

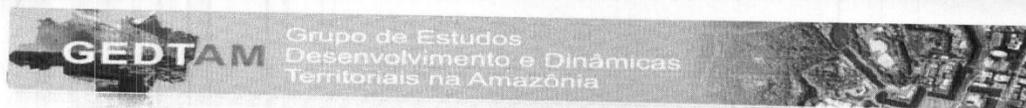
(3) \_\_\_\_\_

VI.5) A família foi realocada devido ao empreendimento da UHE Belo Monte? Sim ( 1 ) Não ( 0 )





## Apêndice 2



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS ALTAMIRA  
FACULDADE DE GEOGRAFIA  
FORMULÁRIO AGRÍCOLA E FLORESTAL (Produtor Rural)**

Entrevista com responsável: (1) Sim (0) Não Número Quest: \_\_\_\_\_ Localização: S \_\_\_\_\_  
W \_\_\_\_\_

Pesquisador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

**I) Dados do Informante**

Nome: \_\_\_\_\_ Apelido: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Tempo de Municipalidade: \_\_\_\_\_

Quanto tempo reside neste estabelecimento? \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefones: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Estado Civil: (1) Casado (2) Solteiro (3) Viúvo (4) Separado (5) União Estável

Escolaridade: (1) Fundamental (2) Médio (3) Superior (1) Completo (2) Incompleto

Profissão: \_\_\_\_\_ Quanto tempo de profissão? \_\_\_\_\_

Atualmente atua na profissão? (1) Sim (0) Não Onde está trabalhando atualmente? \_\_\_\_\_

II.1) Em que município está seu estabelecimento? \_\_\_\_\_

II.2) Qual o nome da localidade? \_\_\_\_\_

II.3) Que ano adquiriu o estabelecimento? \_\_\_\_\_

II.4) Reside no estabelecimento? (1) Sim (0) Não II.5) Desde quando \_\_\_\_\_

II.6) Se não, onde reside? \_\_\_\_\_ II.7) Por quê? \_\_\_\_\_

II.8) Como adquiriu o estabelecimento (lote)? (1) Assentado (2) Doação (3) Ocupação (4) Compra (5) Outro \_\_\_\_\_

II.9) Quanto custou na época da compra? (R\$) \_\_\_\_\_

II.10) Atualmente, considera que vale quanto? \_\_\_\_\_

II.11) Possui algum tipo de documento? (1) Sim (0) Não

II.12) Se sim, qual? \_\_\_\_\_

(1) Título definitivo (2) Protocolo de compra e venda (3) Seção de uso (4) Contrato de arrendamento

(5) Anuência/SPU (6) Outro \_\_\_\_\_

II.13) Qual o tamanho total da área em hectare? \_\_\_\_\_ ha.

II.14) Quanto possui de mata primária? \_\_\_\_\_ ha.

II.15) Quais as principais atividades desenvolvidas no estabelecimento? \_\_\_\_\_

II.16) Possui outro estabelecimento rural? (1) Sim (0) Não

II.17) Se sim, em que ano adquiriu o outro estabelecimento? \_\_\_\_\_

II.18) Qual o tamanho total da área do outro estabelecimento? \_\_\_\_\_ ha.

II.19) Quanto possui de mata primária? \_\_\_\_\_ ha.

II.20) Quais as principais atividades desenvolvidas no outro estabelecimento? \_\_\_\_\_









VI.3) Quais as principais dificuldades para a produção?

- ( ) Transporte ( ) Infraestrutura (água, energia, estrada) ( ) Acesso a políticas públicas ( ) Acesso a tecnologia  
( ) Assistência técnica/Acompanhamento técnico ( ) Regularização fundiária ( ) Outros

VI.4) Desenvolve produção orgânica? (1) Sim (0) Não VI.5) Se sim, qual?

VI.6) Qual o motivo que o levou à produção orgânica?

VI.7) Se não, qual o motivo?

VI.8) Utiliza defensivos agrícolas? (1) Sim (0) Não

VI.9) Se sim, quais?

VI.10) Se não, por quê?

VI.11) Em quais cultivares?

VI.12) Em quais situações?

VI.13) Qual a destino dos vasilhames? ( ) Centro de coleta ( ) Descarte na propriedade ( ) Reutilização ( ) Outros

VI.14) Recebe ou recebeu orientações técnicas de como utilizar os defensivos agrícolas? (1) Sim (0) Não

VI.15) Se sim, de quem foi a orientação? ( ) Estabelecimento comercial ( ) Iniciativa governamental ( ) Instituição privada  
( ) Outros

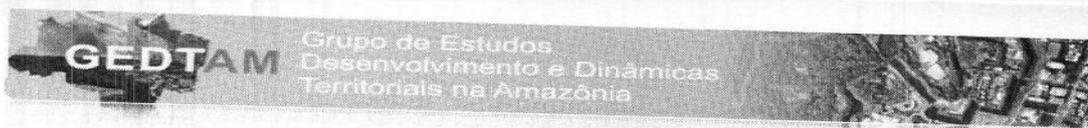
VI.15) Gostaria de trabalhar com outras culturas/produtos? (1) Sim (0) Não

VI.16) Por quê?

## VII. Comercialização

VII.1) Quando começou comercializar seus produtos (agrícola e florestal)?





VII.2)-Por quê?

VII.3) Quais os principais produtos que comercializava (ano de chegada)?

VII.4) Quais os principais produtos que comercializa atualmente?

VII.5) Por que mudou os produtos comercializados?

VII.6) Como determina o preço de seus produtos?

VII.7) Quais as principais dificuldades para a comercialização da produção?

- ( ) Preço      ( ) Transporte      ( ) Organização social      ( ) Organização produtiva  
 ( ) Acesso a políticas públicas      ( ) Atravessador  
 ( ) Outros \_\_\_\_\_

VII.8) A comercialização de seus produtos tem contribuído no alcance do objetivo da família? \_\_\_\_\_

VII.9) Por quê?

VII.10) Possui sistema de armazenamento? ( 1 ) Sim    ( 0 ) Não

VII.11) Se sim, qual? ( ) Paiol    ( ) Barracão    ( ) Sistema improvisado    ( ) Cômodo da casa    ( ) Barracão comunitário  
 ( ) Vasilhames    ( ) Câmara fria    ( ) Caixa térmica  
 ( ) Outros \_\_\_\_\_

VII.12) De que forma transportam a produção (prioridade)?

( ) Transporte próprio    ( ) Transporte da Associação/ Cooperativa    ( ) Alugado/Frete    ( ) Carro de linha    ( )  
 Fluvial    ( ) Outros \_\_\_\_\_

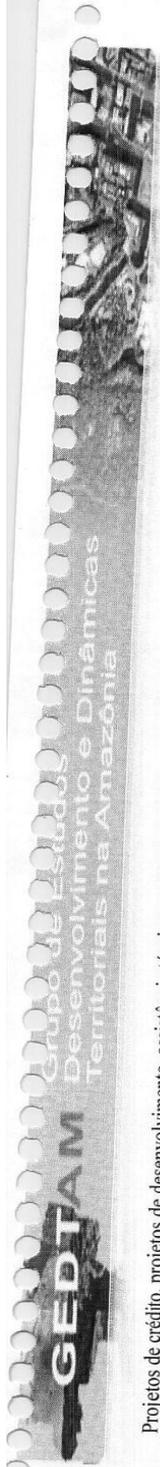
VII.13) Quais as Principais dificuldades para o escoamento?

( ) Distância    ( ) Condições de trafegabilidade (estradas, pontes)  
 ( ) Sistema de transporte    ( ) Preço do combustível    ( ) Infraestrutura (energia, armazenamento, balsa)  
 ( ) Outros \_\_\_\_\_

VII.14) No estabelecimento existem ou existiram problemas ambientais? (Sulco, ravina, voçoroca, processo de assoreamento, etc.) (1) Sim      (0) Não

VII.15) Se sim, o que faz/fez para resolver?





Projetos de crédito, projetos de desenvolvimento, assistência técnica e extensão rural.

Tipo de Financiamento (1)	Agente Financiador	Valor (R\$)	Ano de Início	Ano de Final	Quitou?	Atividades Financiadas (2)	Contribuiu no Projeto da Família?		Teve ATER? (sim/não)	Opinião sobre ATER? (3)
							Sim	Não		

- (1) [FNO especial: 01 – PRONAF \_\_\_\_\_; 02 – FNO normal: 03 – Outro: 04 \_\_\_\_\_]
- (2) [Pecuária Bovina: 01 – Pecuária de Pequenos Animais: 02 – Culturas Permanentes: 03 – Culturas Anuais: 04 – Piscicultura: 05]
- (3) [Boa: 01 – Regular: 02 – Ruim: 03 – Não sabe/não respondeu: 04]



### Apêndice 03

Quadro: Enrevistados

Nome do Entrevistado	N. do Entrevistado	Idade (anos)	Comunidade de Origem	Tempo de Comunidade (anos)	Atual Local de Morada	Observações
A. F. *	1	78	Santo Antônio	40	Vila Leonardo da Vinci – Vitória do Xingu.	Fundador da Vila / Não recebeu nada da Norte Energia, o último a sair da localidade, tio da dona Claudia. Continua trabalhando com bar. Mas reclama das condições e do rendimento referente à que tinha antes. Ante o primeiro semestre de 2014 a Norte Energia pagava metade do aluguel social. Hoje tem que arcar com toda despesa.
A. S.	2	64	Santo Antônio	30	Vila Leonardo da Vinci – Vitória do Xingu	Trabalhava no seu restaurante, onde lembra saudosa da sua profissão e nos momentos vagos ia pescar. Hoje vive da aposentadoria, não conseguiu comprar uma casa com a indenização e mora numa área de invasão. Mãe da Meires.
E. A.	3	59	Santo Antônio	25	Agrovila Vale Piauiense – Brasil Novo.	Era pescador de peixe ornamental a mais de trinta anos. Líder da localidade. Hoje vive de fazer serviços braçais na microrregião de Altamira. Tem forte ligação com o Xingu Vivo. Sogro do Valcione e ex- esposo da dona Cláudia.
C. A.	4	59	Santo Antônio	39	Altamira	Líder da localidade, responsável pela festa do padroeiro, professora a mais de trinta anos da escola local. Hoje aposentada. Sogra de Valcione e ex- esposa de Elio.

A. M.	5	32	Santo Antônio	10	Vitória do Xingu	Professor da escola local líder político, perseguido pelo governo municipal pela influencia que tinha junto aos moradores de organização pela luta social. Concursado continua atuando.
H. G. *	6	45	Santo Antônio	37	Comunidade Belo Monte – Vitória do Xingu	Pescadora e hoje vive de uma aposentadoria e de conserta malhadeira. Mãe de Pedro e sogra de Valdelina.
V. S.	7	39	Santo Antônio	35	BR 230 – km 45 – Vitória do Xingu	Pescador de peixe ornamental, organizador do time de futebol local, hoje tem um filho que joga em Portugal no time... e o que vive mais próximo da antiga localidade, pois ainda não conseguiu superar o trauma da saída. Vive de favor no
						lote de um amigo. Trabalha de vigilante na escola do povoado Belo Monte e nas folgas trabalha com seu pai que mora num lote no Anapu. Um dos fundadores da localidade. Genro de Cláudia e Elio.
V.S.*	8	29	Santo Antônio	15	Vila Leonardo da Vinci – Vitória do Xingu.	Trabalhava no serviço geral da escola local. Hoje desempenha a mesma função na Sotreq. Nora de Helena
L. P.	9	30	Santo Antônio	27	Vila Leonardo da Vinci – Vitória do Xingu.	Trabalhava na escola local como professora. Hoje desempenha a mesma função na escola Leonardo da Vinci.
L.G.	10	59	Santo Antônio	18	Comunidade Belo monte – Vitória do Xingu.	Pescador, hoje trabalha de pedreiro e nas horas de folga segundo ele procura o rio para relembrar os velhos tempos.
M. S.	11	41	Santo Antônio	38	Vila Leonardo da Vinci – Vitória do Xingu	Trabalhava no serviço geral da escola local. Hoje desempenha a mesma função na escola Leonardo da Vinci.

						Filha de Antônia.
P. B.*	12	26	Santo Antônio	23	Comunidade Belo Monte – Vitória do Xingu.	Pescador lutou pela relocação junto com outras seis famílias. Hoje trabalha na base da Petrobras no povoado de Belo Monte. Filho de Helena.

Nome do Entrevistado	N. do Entrevistado	Idade (anos)	Comunidade de Origem	Tempo de Comunidade (anos)	Atual Local de Morada	Observações
L.G.	13	42	Babaquara	39	Babaquara	Líder comunitário e faz parte do conselho escolar. Irmão da Maria das Dores.
P.A.	14	62	Babaquara	30	Babaquara	Possui casa na cidade desde 1995 em uma área afetada pela hidrelétrica recebeu indenização. Ex-líder comunitário.
M.B.	15	63	Babaquara	34	Babaquara	Os filhos moram na cidade numa área afetada pela hidrelétrica, receberam indenização. / foi merendeira da escola Babaquara está aposentada.
V.D.	16	56	Babaquara	16	Babaquara	Trabalha na feira do produtor na cidade de Altamira de quinta- feira ao sábado e retorna para a localidade. Construiu recente um barracão para a realização de festa para interação dos comunitários.
A.P.	17	64	Babaquara	34	Babaquara	Dono do Bar onde acontece hoje a socialização entre os moradores. Tem casa na área urbana.
P.P.*	18	64	Babaquara	22	Babaquara	Tem casa na cidade / dos 100 ha do lote terá 15% do lote indenizado. Morador da margem do rio. Receberam 90 mil reais de indenização.

T.A.	19	59	Babaquara	31	Babaquara	Tem casa na cidade /seu lote está entre os igarapés, mas não sabe se vai ser indenizado / propriedade todo demarcado pela Norte Energia. Mora na parte de terra firme.
O.P.	20	52	Babaquara	33	Babaquara	É Agente Comunitária de Saúde, estuda na cidade o curso técnico de enfermagem. Tem casa na cidade numa área afetada pela hidrelétrica e foi realocada para o bairro Jatobá.
F.C.	21	49	Babaquara	18	Babaquara	Ex-líder comunitário e proprietário da maquina de arroz que beneficiava a produção da localidade que está desativada (falta de produção)
W.B*.	22	47	Babaquara – Altamira.	18	Altamira	Trabalha de contador, e visita a propriedade nos fins de semana, tem caseiro onde cuida da criação de porcos, galinha e da plantação de cacau. Propriedade nas margens do rio recebeu indenização de 113 mil real pela área que vai alargar e pela ponte que construiu para chegar à propriedade principalmente no período de cheia. Permanece com a Propriedade.
L.F.*	23	76	Babaquara	40	Babaquara - Altamira	Morador mais antigo dos entrevistados tem casa na cidade em área afetada pela hidrelétrica e foi indenizado. No lote foi indenizado pela área que fica alargado no período chuvoso. Recebeu 14 mil reais. Morador das margens que permaneceu.
M.S.	24	48	Babaquara	37	Babaquara	Trabalha como agricultura desde 14 anos e atualmente é merendeira da Escola Babaquara. Irmã do Lindomar e filha da

							moradora mais antiga da localidade.
--	--	--	--	--	--	--	--

**Fonte:** Pesquisa de campo (2014 a 2015)

## Apêndice 04

### TRANSCRIÇÕES

ENTREVISTADO: Lindomar

ENDEREÇO: Babaquara

IDADE:

ESCOLARIDADE:

Duração da entrevista: 00:37:28

Entrevistadoras: professora Elisabeth Vidal e professora Darlene Costa

Terceiros: Senhor Erenenázio, Motorista do ônibus.

Entrevistado: (...) por baixo, tipo assim, aqui a comunidade aqui ficou parece que doze famílias ainda sem energia, umas cresceu e depois passou a rede, e outras a questão de acesso não recebeu. Aí tá com essa audiência...

Elisabeth: Estão batalhando.

Entrevistado: Tá lutando. Aí eu fiquei responsável pela comunidade para (brigar) pela luz para quem ficou para trás.

Darlene: Por que, Lindomar, tem tanta gente nova na comunidade?

Entrevistado: Pessoal que estão voltando, sabe? Essas pessoas que estão vindo, umas estão comprando áreas novas né, e outras são pessoas que estão vindo porque achou que Belo Monte não era tudo. Porque antes Belo Monte era Tudo. Hoje já não é mais tudo. Belo monte já está ficando de escanteio. O pessoal já está vindo para a roça, porque a roça é lugar do cara viver. Tem mais tranquilidade né. Aqui tá se criando... Eu estive fazendo um levantamento aí... Se criou parece que foi umas doze casas na comunidade. Que o pessoal comprou os pedacinhos dos vizinhos.

Elisabeth: Aumentou né?

Entrevistado: *Sim.*

Darlene: *Essas pessoas que compraram são parentes ou são pessoas diferentes?*

Entrevistado: *Geralmente são parentes. Ou pessoas que estão vindo de fora. Esse rapaz bem aqui, o Severino, ele tá vindo de fora.*

Terceiros: *A maioria desse povo que vieram para ficar realmente em Altamira, eles gostam muito de terra. E eles querem pegar um pedacinho de terra para ter sua chácara para o final de semana.*

Entrevistado: *É. Ficar à vontade. Ter uma vida.*

Terceiros: *Ali para o lado da Serrinha, do Monte Santo, o que tem de pessoas de fora comprando terra ali. Mais próximos da cidade. Ramal do Coco. (Aqueles lados ali).*

Entrevistado: *O diretor estava me falando que no mês de Julho. Mês de Julho pra cá, mês de Agosto pra cá, ele recebeu mais de cem alunos que veio do outro lado aí. De Altamira, essas bandas dali. (INAUDÍVEL) do Sol Nascente.*

Darlene: *Do Sol Nascente? Aumentaram cem alunos?*

Entrevistado: *Aumentou cem alunos de Agosto para cá.*

Darlene: *E o Babaquara. A escola do Babaquara?*

Entrevistado: *A escola do Babaquara, na questão de alunos nós estamos com quarenta e seis alunos. Nós temos de primeira à quarta. Da primeira ao quinto e do quinto ao nono ano.*

**ANEXOS**

## Anexo 01

**AUTORIZAÇÃO DE ACESSO**PROCESSO Nº UHE-BM-RXD-193

Município / Estado

Localidade

Altamira / PABabaquara Cassari

Nome

Francisca das Chagas Simões da Silva

Identidade

Rg: 263 428-8CPE: 371.298.642-49

Por meio desta, autorizo o Consórcio NORTE ENERGIA S.A., CNPJ 12.300.288/0001-07 e suas contratadas, a empresa CARTA – Cartografia e Agrimensura Ltda, e ECSA Engenharia Sócio Ambiental, entrarem em minha Propriedade para executar os seguintes serviços:

- **Levantamentos Topográficos, para o cadastramento das divisas da propriedade, indicando a correta posição das mesmas, bem como prestando as informações cadastrais necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.**
- **Implantação de Marcos de Concreto para referenciar as medições (quando for o caso).**
- **Implantação de piquetes de madeira demarcando a área de inundação e Área de Preservação Permanente (quando for o caso).**
- **Cadastro Sócio Econômico através de entrevistas.**
- **Levantamentos Físicos através da medição das edificações, identificação e quantificação das culturas permanentes, e identificação e quantificação do uso atual dos solos.**

Quaisquer danos que eventualmente ocorram em minha propriedade em virtude da realização dos trabalhos, serão comunicados em até dez dias, para serem indenizados em até 30 dias corridos, após a realização dos serviços.

Após o pagamento da indenização devida, será dada a quitação dos débitos mediante recibo.

Para os devidos fins, assino a presente AUTORIZAÇÃO em duas vias de igual teor, que são também assinadas pelo representante do Consórcio NORTE ENERGIA S.A.

Local Altamira / PAData 19/06/2012

\* Francisca das Chagas Simões da Silva  
Assinatura do Proprietário

**Antônio Raimundo S.R.Coimbra**  
Diretor Socioambiental  
Norte Energia S.A

## Anexo 02



## AUTORIZAÇÃO DE ACESSO

PROCESSO Nº UHE-BM-RXD-193

Município / Estado

Localidade Travessão do Babaquara  
Comunidade Ribeirinha

Vitória do Xingu / PA

Nome Marcelo Ferreira da Silva / Francisca das Chagas Simão  
da Silva

Identidade: \_\_\_\_\_

Por meio desta, autorizo o Consórcio NORTE ENERGIA S.A, CNPJ 12, 300,288/0001-07 e suas contratadas, a empresa SCIENTIA Consultoria Científica, entrar em minha propriedade para executar os seguintes serviços:

- Colocação de placas para sinalização de sítios arqueológicos.
- Realização de levantamento arqueológico para identificação de locais de antigas ocupação históricas
- Escavação arqueológica dos sítios pré-históricos e Históricos identificados, Conforme especificação do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

Quaisquer danos que eventualmente ocorram em minha propriedade em virtude da realização dos trabalhos acima citados, serão comunicados em até 10 (dez) dias, para serem reparados em até 90(noventa) dias corridos, após da realização dos serviços.

Nos casos em que eventualmente ocorra danos ao imóvel deverá a Norte Energia, após a realização dos reparos apresentar ao proprietário laudo de realização das obras ou medidas adotadas para assinatura de quitação do compromisso assumido.

Para os devidos fins, assino a presente AUTORIZAÇÃO em duas vias de igual teor, que são também assinadas pelo representante do Consorcio NORTE ENERGIA S.A.

Local Altamira - PAData 11/12/2013

Assinatura do Proprietário

Paulo Sergio Silva da Costa  
Gerente do Meio Socioeconômico  
Diretoria Socioambiental  
Paulo Sergio Silva da Costa  
Gerente do Meio Socioeconômico  
Norte Energia S.A.